



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

WANDERSON DOS ANJOS CURCINO

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A
SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: o caso do Jornal Diário do Pará**

Belém/PA
2016

WANDERSON DOS ANJOS CURCINO

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A
SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: o caso do Jornal Diário do Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo.

Belém/PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Cursino, Wanderson dos Anjos

A construção do discurso jornalístico sobre a sustentabilidade das cidades: o caso do Jornal Diário do Pará / Wanderson dos Anjos Cursino; Orientador, Silvio Lima Figueiredo. – 2016.

114 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

1. Jornalismo - Pará. 2. Cidades - sustentabilidade - Pará. 3. Jornal Diário do Pará. 4. Meio ambiente. 5. Campo social - Pará. I. Figueiredo, Silvio Lima, orientador.
II. Título.

CDD 22. ed. 070.8115

WANDERSON DOS ANJOS CURCINO

A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: o caso do Jornal Diário do Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo
Orientador- NAEA/UFPA

Prof^a Dr^a Simaia do Socorro Sales das Mercês
Examinadora interna – NAEA/UFPA

Prof^a Dr^a Alda Cristina Costa
Examinadora externa – ILC/UFPA

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho desta amplitude é possível de ser realizado sem a retaguarda emocional de pessoas que nos inspiram e incentivam a sempre melhorar. Por isso agradeço aqui todos os meus familiares e amigos que ao longo desses anos testemunharam os bastidores da produção dessa pesquisa. Agradeço portanto aos meus pais Telma Sarmento e Wandernilson Curcino e meus irmãos Tássia Curcino e Wandernilson Filho por sempre estarem comigo e me auxiliarem em todos os momentos importantes da minha vida, aos meus tios Lídia Aparecida e Edivaldo Curcino, pela grande inspiração e carinho e aos meus avós Gabriel Curcino e Olgaarina Sarmento, por meio dos quais eu agradeço a todos aqueles que me antecederam e que, de alguma forma, direta ou indiretamente, ajudaram a criar as condições para que hoje estas páginas fossem escritas.

Agradeço também ao professor Doutor Silvio Lima Figueiredo pela relevante contribuição dos melhores direcionamentos dados para esta pesquisa e pela paciência e persistência no processo de amadurecimento e aperfeiçoamento deste autor.

Agradeço ainda a todos que fazem parte deste Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará pelo o ambiente de convivência e aprendizado, formal e informal, que tornaram esse período muito mais rico de experiências. Destaco especialmente a importante contribuição da professora doutora Ana Prado a qual deu o incentivo inicial para que este projeto hoje seja realidade.

Obrigado a todos!

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo de caso que discute a construção do discurso de sustentabilidade das cidades pelo jornal Diário do Pará. Entende-se que tal discussão é pertinente por ser o jornalismo uma das instâncias sociais de construção social da realidade, e por tanto, ser estratégico na legitimação de determinados discursos sociais, como este apresentado. Pretende-se responder mais objetivamente, a seguinte questão: como é construído o discurso de sustentabilidade das cidades no jornal Diário do Pará? Para chegar a estas respostas, nos guiamos por meio de mais duas questões: Qual o discurso dominante de cidade sustentável no jornal? De que forma este discurso se apresenta? E qual o papel dos agentes na construção destes discursos? Foram analisadas matérias que correspondam ao período de julho de 2012 a julho de 2015. A teoria do campo social foi o ponto de partida para a análise. Entre os resultados obtidos podemos destacar que o discurso predominante enfatiza a racionalidade econômica e material da cidade e se distancia de uma perspectiva social, socioambiental ou de justiça ambiental e se desenvolve a partir de premissas como as da racionalidade econômica dos recursos da cidade; da ênfase tecnológica como solução para os problemas ambientais urbanos e da conscientização ambiental como forma de promover a racionalização dos recursos. Quanto às fontes, encontramos ao menos quatro categorias delas: fontes oficiais (Secretaria de Estado, Municipal, Governo do Estado, Prefeitura Municipal e Governo Federal), fontes populares (entrevistados avulsos), fontes institucionais (Entidades de Classe, Associações, Cooperativas, ONGs) e fontes especialistas (pesquisadores de Universidades e Institutos de pesquisa), e fontes institucionais (representantes de entidades de classe, de Cooperativas e Associações). Dentre estas, as fontes que mais interferem no discurso de sustentabilidade estão as fontes especialistas, especialmente sob a função de dar legitimidade a argumentações própria do campo jornalístico.

Palavras chave: Sustentabilidade das cidades. Discurso jornalístico. Campo social

ABSTRACT

This paper presents a case study that discusses the construction of the discourse of sustainability of cities by the *Diário do Pará* newspaper. It is understood that such discussion is relevant because it is the journalism of the social institutions of social construction of reality, and therefore, be strategic legitimation of certain social discourses, as shown this. Aims to answer more objectively, the following question: how is constructed the discourse of sustainability of cities in *Pará Daily* newspaper? To get these answers, we are guided by two more questions: What is the dominant discourse of the journal sustainable city? How this speech presents? And what is the role of agents in the construction of these speeches? materials will be analyzed correspond to the period from July 2012 to July 2015. A theory of social field was the starting point for analysis. Among the results we can highlight that the predominant discourse emphasizes economic rationality and city material and distance from a social, environmental or environmental justice and develops from the premises as the economic rationality of the city's resources; technological emphasis as a solution to urban environmental problems and environmental awareness in order to promote the rationalization of resources. As to sources, there are at least four categories of them: official sources (Secretary of State, Municipal, State Government, Municipal City Hall and Federal Government), popular sources (loose respondents), institutional sources (Class Entities, Associations, Cooperatives, ONGs) and expert sources (Universities of researchers and research institutes), and institutional sources (representatives of professional associations, unions and associations). Among these, the sources that most interfere in sustainability discourse are the specialist sources, especially in the function of giving legitimacy to the very arguments of the journalistic field.

Key words: Sustainability of cities. Journalistic discourse. Social field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Matérias analisadas	76
Quadro 2 -	Tópicos da matéria “Trânsito: desafio coletivo”.....	81
Quadro 3 -	Tópicos da matéria “A arte de Reciclar.....	83
Figura 1 -	Matéria “A arte de reciclar”.....	84
Quadro 4 -	Tópicos da matéria “Para desembarcar no futuro”.....	85
Figura 2 -	Matéria para desembarcar no futuro.....	86
Quadro 5 -	Tópicos da matéria “Serviço precisa estar entre as prioridades”.....	87
Figura 3 -	Matéria “Serviço precisa estar entre as prioridades”.....	89
Quadro 6 -	Tópicos da matéria “Malária: o cerco a grande Belém”.....	90
Figura 4 -	Malária: o cerco à grande Belém.....	91
Quadro 7 -	Tópicos da matéria “obras colocam em risco mananciais”...	92
Quadro 8 -	Tópicos da matéria “Moradores cobram providencias”.....	93
Quadro 9 -	Resumo.....	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15
2.1 As correntes do movimento ambientalista e as origens do desenvolvimento sustentável	15
2.2 O desenvolvimento sustentável e suas críticas	24
3 DAS CIDADES À SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES	29
3.1 O desenvolvimento das cidades e o planejamento urbano	29
3.2 Sustentabilidade das cidades: marcos institucionais	33
3.3 Sustentabilidades das cidades: discussões conceituais	38
4 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO SOBRE A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES	47
4.1 Jornalismo e a questão da sustentabilidade: uma aproximação problemática 47	
4.2 O jornalismo e a construção social da realidade	51
4.2.1 A objetividade jornalística e a cultura profissional	54
4.2.2 Valores-notícia.....	57
4.3 Enquadramento noticioso: a hierarquização de informação no discurso jornalístico	60
5 ANÁLISE DO JORNAL DIÁRIO DO PARÁ	66
5.1 O campo social como conceito interpretativo	66
5.2 O jornal Diário do Pará	68
5.3 Seleção do corpus	69
5.4 Procedimentos de análise	71
6 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES NO DIÁRIO DO PARÁ	73
6.1 Esclarecimentos iniciais	73
6.2 O discurso dominante	74
6.3 Os tópicos da notícia	79
6.3.1 Enquadramentos propositivos.....	79
6.3.2 Enquadramentos temáticos	86
6.3.3 Enquadramento episódico.....	90
6.4 O papel dos agentes na construção do discurso sobre sustentabilidade das cidades	94
6.4.1 Fontes especialistas	94
6.4.2 Fontes populares	98

6.4.3 Fontes oficiais.....	101
6.4.4 Fontes institucionais	103
7 CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

A dissertação apresentada aqui é, antes de tudo, uma tentativa de aproximação de duas frentes distintas: as problemáticas levantadas pelos sentidos da sustentabilidade, mais precisamente da sustentabilidade das cidades e o papel do jornalismo na construção social desses sentidos. Tal aproximação tem a finalidade maior de evidenciar como os discursos de sustentabilidade das cidades são construídos através das coberturas diárias dos problemas urbanos de um grande jornal regional, evidenciando especialmente a movimentação dos agentes neste processo.

Como se pode presumir, um objetivo como esse requer considerações mais específicas nas duas áreas, dadas as suas características distintas. As questões relativas à sustentabilidade da cidade remontam, por exemplo, a revolução industrial no século XVII que, ao mesmo tempo que trouxe grande avanço técnico e material dos modos de produção, foi também propulsora de um crescimento urbano sem precedentes, motivado pelo deslocamento de uma grande massa rural para o trabalho nos centros urbanos emergentes, com condições de moradias precárias. No Brasil, já no século XX, processo semelhante se repetiu e, embora tenha ocorrido de maneira mais gradual, o crescimento das cidades se seguiu do mesmo problema: precarização da vida nas cidades.

A sustentabilidade, inicialmente, seria um dos discursos contemporâneos que tem se oposto à racionalidade que baseia estas transformações. Para Leff (2012) a racionalidade cartesiana legitima uma falsa ideia do progresso da civilização moderna, e a sustentabilidade viria trazer à ideia de desenvolvimento novos parâmetros. No entanto, para além de uma ideia redentora, a sustentabilidade, como mostra Almino (1993), também tem sido reivindicado por diferentes correntes do ambientalismo desde a década de 1960, que atribuem a ela noções distintas e até conflitantes.

Mesmo que não tenha significado o fim desses conflitos de entendimento, o desenvolvimento sustentável, já no final dos anos de 1980, foi o projeto que conseguiu levar à patamares de institucionalidade as ideias ambientais, buscando acomodar, ao mesmo tempo, os interesses de países desenvolvidos, países em desenvolvimento, setores do ambientalismo e de grandes grupos empresariais. Desta forma contribuiu para tornar a sustentabilidade um paradigma para as várias áreas de atuação humana.

A sustentabilidade das cidades, deste modo, passa a ser uma das questões postas na contemporaneidade como uma das alternativas aos problemas urbanos. A largada foi dada ainda em 1972 com a Conferência de Estocolmo, uma das primeiras realizadas para discutir a

questão ambiental em nível internacional. Neste mesmo ano o chamado Clube de Roma, na Itália, lançou os “Limites do Crescimento”, documento produzido por intelectuais do mundo todo alertando para um futuro comprometido pelo constante desgaste dos recursos naturais pelas atividades humanas. Alguns anos mais tarde, já em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU) lança o Relatório “Nosso Futuro comum” (Relatório Brundtland) que serviu de base para que em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), fossem estabelecidas, pela primeira vez, os parâmetros para a sustentabilidade das cidades através do documento denominado Agenda 21, que mais tarde foi rediscutido e adequado localmente através de agendas locais.

Em Istambul, na Turquia, em 1996 a conferência Habitat II também se propôs a discutir o desenvolvimento das cidades a partir de uma perspectiva do interesse local lançando então o documento “Habitat II”. Além disso, uma série de outras conferências, em níveis globais ou não, envolvendo movimentos sociais, ocorreram de forma paralela, levantando questões ainda mais profundas acerca da problemática ambiental urbana, como a falta de qualidade de vida e o acesso desigual aos recursos na cidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) Rio + 20, ocorrida no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012, fechou um ciclo de 20 anos dos avanços nas discussões sobre as temáticas sustentáveis.

Tantas conferências ao longo destes anos contribuíram para que criar marcos institucionalizados da discussão da sustentabilidade urbana, no entanto, estiveram longe de produzir consensos sobre o que seria uma cidade sustentável. Ao contrário, estas discussões criaram uma arena ampla na qual vários agentes posicionam suas concepções de sustentabilidade da cidade numa estratégia, em última análise, de legitimar suas perspectivas (ACSELRAD, 1999).

É justamente neste ponto que o campo do jornalismo se insere. Sendo esta atividade voltada a construção e disseminação de discursos na sociedade, o jornalismo ocupa uma posição estratégica no processo de legitimação de ideias referentes a sustentabilidade das cidades. As narrativas que emergem deste campo, como lembra Correa (2009), atendem as necessidades das novas classes urbanas de organizar e construir sentidos sobre o mundo, tornando-se assim, importante elemento na construção social da realidade. As notícias, matéria base do fazer jornalístico, além da pura informação, carregam consigo valores implícitos sobre os temas tratados e enquadramentos particulares destes temas.

Atualmente, nos estudos acadêmicos da comunicação, existem em geral dois caminhos nos quais se relacionam as temáticas da sustentabilidade e o jornalismo: o primeiro são

trabalhos exploratórios no campo do jornalismo ambiental que buscam revelar as especificidades de comunicar a sustentabilidade para os mais diferentes públicos e o segundo são trabalhos que tentam identificar o tratamento dado pelos mais diferentes veículos de comunicação e mídias para os assuntos relacionados a sustentabilidade como aquecimento global, desmatamento, queimadas entre outros, sendo, neste caso, muito comuns as intenções de compreender o processo de enquadramento e agendamento desta temática. Sobre o recorte mais específico da sustentabilidade nas cidades, muito pouco se tem produzido.

Estes estudos têm grande relevância por que revelam até certo ponto como questões relacionadas à sustentabilidade são tratadas nos meios de comunicação e qual são as estratégias utilizadas pelos media para que estas questões cheguem ao conhecimento da sociedade, no entanto eles não conseguem responder com consistência à questão: que sentido é atribuído à sustentabilidade das cidades através dessas coberturas dos veículos de comunicação? A tentativa de apresentar possíveis respostas à questão é importante uma vez que, admitindo a cidade sustentável não apenas como um conceito formal, mas também como um discurso socialmente construído e entendendo os agentes do campo jornalístico também agentes produtores deste discurso, amplia-se, o conhecimento das origens das transformações simbólicas pelas quais o conceito passa. Além disso, ao operacionalizar a pesquisa por meio de teorias escolhidas para dar conta do objeto, busca-se posicionar e representar com um certo grau de detalhamento, o campo midiático da produção deste discurso com a posição de seus agentes, com base nas obras de Pierre Bourdieu.

A perspectiva da análise crítica do discurso jornalístico que aqui se adota está baseada em algumas premissas de Teun Van Dijk (1990), que considera o discurso do jornalismo, e por consequência, da notícia, como uma prática social institucional particular, produzindo um discurso igualmente particular. Desta forma a notícia pode ser analisada, segundo o autor, pelo seu componente textual e contextual. No primeiro se analisa as diferentes estruturas em diferentes níveis do discurso jornalístico e no segundo seus fatores cognitivos e sociais assim como as condições, ou limites destas estruturas textuais. Desta forma o autor pretende superar as análises que revelam as macroestruturas e microestruturas sociais da produção do discurso, e passa também a considerar de que maneira os produtores da notícia compreendem o fato e como estas compreensões dão forma aos textos jornalísticos, (VAN DJIK, 1990).

Sousa (2006) apresenta ainda contribuições que nos auxiliaram nos procedimentos mais específico da análise como escolha das categorias, elementos a serem analisados, dentre outros que serão especificados de forma mais detalhada em um capítulo posterior.

Portanto, a partir destas ideias, essa dissertação pretende responder mais objetivamente, a seguinte questão: como é construído o discurso de sustentabilidade das cidades em um dos jornais de grande circulação em Belém (Pará)? Para chegar a esta resposta, nos guiamos por meio de mais três questões: Qual o discurso dominante de cidade sustentável nesse jornal? De que forma este discurso se apresenta? E qual o papel dos agentes na construção destes discursos?

O período de análise selecionado corresponde de julho de 2012 a julho de 2015. O ponto de partida se justifica pela realização, no Brasil, em julho de 2012, da Rio+20. O evento trouxe ao país cerca de 100 chefes de estado e de governo e contou com a participação de 45.381 pessoas e de 4.075 jornalistas. Quanto à sustentabilidade das cidades, “O Futuro que Queremos”, documento da conferência oficial, trouxe alguns tópicos sobre o assunto, destacando a importância do “desenvolvimento sustentável das cidades” no contexto do combate à pobreza. Na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio + 20, organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países, trouxe discussões mais voltadas à relação da sustentabilidade com o território e a defesa da gestão democrática e participação popular dos espaços públicos. Portanto, com a grande mobilização em torno do evento, especialmente na cobertura jornalística, optou-se aqui por firmá-lo como um marco temporal para o levantamento do material de análise.

Quanto à escolha do jornal, o Diário do Pará, podemos dizer que ela se deve ao fato de ser um dos jornais de maior tiragem do Pará e pertencente à um dos cinco maiores grandes grupos de comunicação regional. É também o único jornal do Estado com auditoria do Instituto de Verificação de Comunicação (IVG), que faz sondagem independente do país, sendo apontado por esta instituição com uma tiragem de 24.744 jornais por ano.

O Diário do Pará também tem investido especialmente em ações com temáticas voltadas ao tema proposto neste trabalho, como é o caso da série ligada à campanha “Agentes do bem”, em 2013 e 2014, cujo tema era voltado ao meio ambiente e resíduos sólidos. Além disso, questões práticas nos levaram à essa escolha uma vez que, entre os grandes jornais do Pará, apenas os arquivos do Diário do Pará eram possíveis de serem acessados no período de realização da pesquisa. Os pressupostos metodológicos e a técnica de coleta de dados serão detalhados em um capítulo específico.

Para a construção do trabalho partimos, no **capítulo 2**, da discussão sobre as origens do desenvolvimento sustentável, especialmente a partir da perspectiva política, evidenciando algumas das diferentes correntes que marcaram a trajetória do ambientalismo. Também neste

capítulo discutimos, um pouco mais sobre os detalhes do conceito de desenvolvimento sustentável e as críticas feitas a ele.

No **capítulo 3**, introduzimos a discussão da sustentabilidade da cidade a partir da trajetória do desenvolvimento desses espaços, evidenciando de maneira sintética as tentativas de organização da cidade para resolver os problemas advindos da urbanização. É neste contexto que inserimos as discussões oficiais das cidades sustentáveis, destacando desde documentos como o Relatório Brundtland até a Habitat II da conferência de Istambul, em 1996. O capítulo reserva espaço ainda para apresentar as críticas feitas sobre essa ideia.

No **capítulo 4** passamos então a entrar no campo do jornalismo, discutindo primeiramente as aproximações deste campo com o campo ambiental por meio da atividade profissional, levantando alguns problemas apresentados por outros trabalhos neste processo. Introduzimos também aqui as perspectivas do paradigma do jornalismo como construção social da realidade, da cultura profissional e seus valores, que influenciam fortemente nas produções da notícia.

A apresentação dos pressupostos metodológicos inicia mais detalhadamente no **capítulo 5** no qual há também informações mais detalhadas sobre as características do jornal Diário do Pará. Já no **capítulo 6**, estão organizados os resultados obtidos com a pesquisa.

2 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade, em suas mais variadas manifestações, tem se tornado um discurso dominante e versátil na contemporaneidade. Sua presença atravessa as mais diversas atividades humanas, servindo, por exemplo, desde princípio orientador de políticas públicas de combate à pobreza, quanto discurso para agregar valor às marcas multinacionais, no campo publicitário. No entanto, para além de sua penetrabilidade no seio social, uma ideia recorrentemente relacionada a esse discurso chama a atenção: a de que há uma ideia homogênea e neutra da sustentabilidade.

Como será possível perceber, este trabalho parte de um entendimento completamente diferente. Entende-se que há um discurso dominante da sustentabilidade que é atravessado por várias lógicas e pensamentos distintos, sobretudo no que se refere a relação homem–natureza. Neste capítulo, portanto, antes de entrar na discussão da sustentabilidade das cidades em si, pretende-se apresentar uma breve trajetória do movimento ambientalista, dando destaque para as correntes de pensamento que influenciaram na configuração da ideia dominante de desenvolvimento sustentável que temos hoje e, por consequência, das noções de cidades sustentáveis. Tais ideias nos permitirão definir, com certa segurança, sob quais bases se estruturam as noções desenvolvimento sustentável.

2.1 As correntes do movimento ambientalista e as origens do desenvolvimento sustentável

O ponto comum de origem de todos os discursos relacionados à sustentabilidade, ao menos estruturado como o vemos hoje, remonta o ambientalismo, que também pode ser chamado de ecologismo. Almino (1993) chama a atenção para o fato de que, por mais que parecesse lógico que as ideias ecologistas, em suas primeiras manifestações, tivessem iniciado junto à revolução industrial, por este período marcar o acirramento dos problemas ambientais, tais ideias só foi se desenvolver bem mais tarde, na segunda metade do século XIX. Uma das hipóteses para isto, segundo o autor, é de que tais problemas passaram a ser considerados importantes apenas a partir do momento em que se tornaram problemas generalizados, afetando não apenas as classes desfavorecidas, mas também as classes abastadas.

O certo é que desde o surgimento do primeiro grupo ambientalista na Inglaterra de 1865, a “*British Commons, Open Spaces and Footpaths Society*”, até atingir sua expressão política nos anos 20 e 30 na Alemanha e nos anos 1970, nos Estados Unidos e outros países

da Europa, o ambientalismo, se desenvolveu em várias tendências ideológicas que hoje fazem parte da sustentação dos discursos do desenvolvimento sustentável. Dentre essas tendências algumas das mais gerais são o ecocentrismo, pensamento alinhado aos direitos da natureza que deu origem a noção de ecossistemas e que abrigará tendências biocêntricas e ecológicas; o tecnocentrismo, que coloca a tecnologia no centro dos problemas ambientais; o ambientalismo moderado, que tenta conciliar crescimento econômico, com o desenvolvimento social e com a conservação ambiental por meio do desenvolvimento sustentável; e a ecologia política, que analisa os problemas ambientais em função do contexto socioeconômico e político ideológico (ALMINO, 1993). Aqui, no entanto, cabe considerações mais detalhadas sobre cada uma dessas tendências.

Almino (1993) caracteriza o ecocentrismo com uma corrente de pensamento dominante em setores importantes do ecologismo contemporâneo, que, ao negar o protagonismo do homem no mundo, critica o papel central atribuído a ele na modernidade como sujeito da história. Defende, em vez disso, que a natureza ocupe esta centralidade cabendo ao homem ser considerado apenas parte desta natureza e que, portanto, deve estar sujeito a ela. No entanto o autor aponta a contradição de que, ao mesmo tempo em que se admite o homem como parte da natureza, nega-se esta relação ao apontá-lo como seu principal agente destruidor.

para que sua intervenção [do homem] perturbe a harmonia da natureza é necessário que homem e natureza sejam pensados numa relação de exterioridades. Ou seja, se o homem integra a natureza, é apenas como um corpo estranho. O homem, no fundo, não seria parte da natureza. Fora dela, é causa de desequilíbrio de uma natureza que, sem sua intervenção, é harmoniosa (ALMINO, 1993, p. 32).

Sob o mesmo ponto de vista, Diegues (1993) apresenta o econcentrismo como uma visão ortodoxa da relação homem – natureza, na qual a natureza teria um valor em si mesma, independente dos usos que o homem lhe conferisse. O autor explica que tais ideias começam a surgir no fim do século XVIII com o avanço da História Natural, mas principalmente com o crescimento desordenado das cidades. O motivo era que a degradação da vida nos grandes centros urbanos levou a aristocracia a procurar o campo, as paisagens bucólicas, a valorização da vida rural em conato com a natureza o que inspirou, inclusive, grande produção artística e literária neste período. No entanto, para Diegues (1993), a perspectiva ecocêntrica desconsidera formações sociais distintas por ele denominadas de pré-capitalistas, como indígenas, aborígenes, extrativistas, pescadores artesanais entre outros, cuja a relação com a natureza é diferente.

O ecocentrismo, segundo Jatobá; Cidade; Vargas (2009), é a base para várias correntes de pensamento denominadas de ecologia radical, no entanto, dentro desta mesma corrente existe a perspectiva biocêntrica e outra cuja a perspectiva é ecológica. A visão biocêntrica nasce junto com a ciência da ecologia, cunhada em 1866 por Ernst Haeckel, tornando-se um ramo desta. Traz a visão de que a natureza carrega um valor em si, que independe dos usos das atividades humanas. Dentro desta visão se originam também o preservacionismo, que surgiu na segunda metade do século XIX e promoveu a criação das primeiras reservas de proteção integral da natureza, e o conservacionismo, que se fortaleceu na virada do século como resposta ao processo de industrialização europeia, e trouxeram, além da preocupação com as reservas naturais, a preocupação da relação meio ambiente e homem no meio urbano

A segunda visão ecocêntrica, a ecológica, afasta-se do romantismo que girava em torno do tratamento dado às questões ambientais pelos biocêntricos, e passava a incorporar cada vez mais argumentos científicos. A partir da segunda metade do século XX, contexto de grandes mudanças na escala industrial com o fordismo e o taylorismo, o crescimento da produção e do consumo de energias fósseis e o aumento dos impactos ambientais contribuíram para o surgimento desta visão. Neste mesmo período houve a criação de instituições como União Internacional para a Conservação da Natureza que mantinha princípios do protecionismo, mas também tinha atribuições da conservação dos recursos. São também desta época as primeiras leis ambientais, como a Lei Nacional de Política Ambiental Norte-Americana (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

A busca da separação entre homem e natureza, colocando este primeiro como menos importante que o segundo, no entanto, parece ser o ponto comum às essas correntes. Na interpretação de Almino (1993), tal ideia traz consequências destacáveis. Uma delas é que ela colabora para o estabelecimento de um determinismo naturalista que, segundo o autor, condicionaria inclusive as formas de ocupação e organização humana.

Outra consequência deste distanciamento é uma “ética cosmológica” que considera a natureza como parâmetro principal para se pensar a infração humana. Desta forma a natureza encerraria o saber primordial, cabendo ao homem seguir seu percurso e fazendo de suas intervenções nada além de uma modificação da natureza nela própria. Daí nasce outra contradição, segundo Almino (1993), que está relacionada ao fato de que uma vez a natureza sendo vista como artifício e sabendo que todo artifício, por definição, é produto da intervenção humana, então o homem nunca poderia acompanhar a natureza, podendo apenas aproximar-se um pouco mais de seu curso. Desta forma, o homem sempre estará atrelado à

ideia de que precisará intervir na natureza, criar o artifício tomando sempre como parâmetro um modelo original, a natureza.

A questão da ética ambiental dentro perspectiva ecocentrista, no entanto, vai além do simples proteção e salvaguarda do meio natural, ela pressupõe ainda uma ideia de que as espécies têm um direito a ser respeitado, e que, por consequência, tem um valor em si mesmas, não podendo ser sujeitas às lógicas humanas de valoração, como a questão econômica. Da mesma forma, tal negação da centralidade do homem no processo histórico, coloca a natureza, segundo Almino (1993), numa condição divinizada ou substitui a figura divina por sua figura, em desacordo com a modernidade. Mesmo quando não se chegue à esta relação de extremo, diz ele, quando se crê na ordem natural das coisas, ou nos desígnios da natureza, acaba-se chegando à defesa da natureza pela natureza. Nesse aspecto pode-se dizer então, nos termos de Almino (1993), que o ecocentrismo é um anti-humanismo, uma vez que nega a autonomia do homem como sujeito racional de sua história.

É possível verificar ainda, que tais ideias ganharam status de institucionalidade atualmente tendo como um dos exemplos a criação de Áreas de Proteção que tem gerado conflitos com comunidades tradicionais em vários países, sobretudo os mais pobres. Isto por que, segundo Jatobá et al. (2009), na questão territorial, a ecologia radical, especialmente vinculada a ideia de ecocentrismo, promoveu a criação de áreas protegidas, especialmente as que não permitem a presença humana. Diegues (1993) apresenta, nesta perspectiva, a formação dos primeiros parques nacionais criados nos Estados Unidos no final do século XIX – que se tornou modelo para outros parques nacionais ao redor do mundo, nos quais áreas, antes habitadas por indígenas, após o extermínio desses povos serviram para a criação de parques que servissem a recreação das sociedades urbanas emergentes.

Tais áreas, segundo os autores, são importantes para a manutenção da biodiversidade, no entanto sofrem com a invasão e degradação de populações vizinhas.

Outra visão do território importante associada ao ecocentrismo é a das biorregiões, na qual:

o centro da experiência humana dá-se na relação das comunidades com a sua matriz de natureza local e regional, na qual a natureza e a sociedade são reunidas em um contexto de lugares específicos. O biorregionalismo dá destaque às potencialidades endógenas e às culturas locais, reconhece o território das populações tradicionais e o direito à diversidade cultural (JATOBA; CIDADE; VARGAS, 2009, p. 5 4).

O tecnocentrismo, segunda corrente a qual o ecologismo abriga, por outro lado, pode ser definida ainda como tecnocentrismo pessimista e tecnocentrismo otimista. Quanto ao

otimista, pode-se dizer que é, de certa forma, um aspecto do ecocentrismo por também pressupor a centralidade da natureza e é através da qual se tecem críticas à ideia de progresso. Dentro desta visão a tecnologia é considerado o instrumento do homem para transformar o natural em artificial. Também nesta perspectiva, se compreende que os avanços tecnológicos trariam consigo uma relação intrínseca do homem com a natureza e do sentido do progresso humano, ou seja, as tecnologias são portadoras de padrões de relações sociais ou que esses avanços já têm engendrado mudanças sociais e políticas (ALMINO, 2009).

Segundo Diegues (1993) essa visão tem origens mais remotas. Até o século XIX, especialmente na Inglaterra, predominava a ideia de que o mundo natural deveria servir ao homem e que as demais espécies deveriam ser domesticadas e administradas por este, se subordinando aos seus desejos e necessidades. Essa domesticação do natural havia se tornado símbolo da civilização ocidental, sendo a função da ciência, nesta perspectiva, de dar ao homem as possibilidades de empreender essa domesticação. Segundo o autor, tal modelo foi tão forte na cultura ocidental, que foi reproduzida na forma de dominação de grupos marginalizados da época como miseráveis, mulheres e negros.

Pensando a centralidade da tecnologia de maneira diferente, os tecnocentristas otimistas e humanistas conservadores trazem a visão de que estamos, através da nova revolução tecnológica, ingressando numa fase pós-industrial em que tecnologias mais pesadas, e com interferência mais nefasta na natureza, estão sendo substituídas, por tecnologias de menor impacto e que venham a ser instrumentos de sustentabilidade do meio ambiente. Ao contrário do ecocentrismo, o tecnocentrismo entende a natureza não necessariamente finita, mas como portadora de uma capacidade de se reinventar e absorver as mudanças com as quais é exposta, sendo a tecnologia adequada, portanto, o meio para a correção dos desequilíbrios. Para Almino (1993) tal visão está ancorada na visão do progresso da ciência e da tecnologia.

A crítica do tecnocentrismo ecológica parte de um sistema de crenças contemporâneas, sobretudo na crença no progresso da ciência e da tecnologia. Não se trata apenas do tecnocentrismo otimista que esperam que, com as novas tecnologias, sejam superados os problemas ecológicos. A própria crítica a tecnologia é favorável pelos avanços tecnológicos, ou seja, é feita com base em evidências trazidas pelo progresso tecnológico (ALMINO, 1993, p. 45).

A tecnologia dentro do ecologismo, portanto, acaba desempenhando em muitos casos um papel de aliada na promoção de uma sustentabilidade do ambiente como também pode ser vista como uma das responsáveis por sua degradação. Esta última visão parece ter ganhado mais força nos discursos oficiais e podemos interpretá-la também como fazendo parte do que Joan Martinez Alier (2012) chama de “evangelho ou culto da ecoeficiência”, em que se

direciona a atenção aos impactos ambientais ou riscos à saúde de atividade da indústria, da urbanização e da agricultura.

De uma certa forma o tecnocentrismo baseado na ecoeficiência está melhor posicionado nas discussões sobre desenvolvimento sustentável e ideias derivadas como poderemos ver mais adiante. Especialmente por que entendem a natureza a partir da lógica utilidade (recurso natural) e prezam pela eficiência técnica capaz de minimizar os danos. Está também nesta corrente um grande elo do discurso da sustentabilidade com disciplinas científicas como engenharias, ciências biológicas e biotecnologia e até mesmo a economia, e segundo cita Alier (2012), ela tem sido considerada “um vínculo empresarial” com o desenvolvimento sustentável.

Jatobá et al. (2009) observam, no entanto, que diante do desafio de estabelecer o discurso da sustentabilidade em ações mais concretas faz com que esse discurso adquira um tom mais conciliatório, o que vai possibilitar o surgimento do ambientalismo moderado na década de 1970. O contexto, entretanto, era de uma crise do petróleo que indicava a necessidade de mudança do modelo fordista de então, e uma crescente preocupação com a sustentabilidade econômica do planeta diante do esgotamento dos recursos naturais. Um dos primeiros marcos deste debate foi a divulgação do documento *The limits to Growth* que inspirou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo em 1972 e a criação Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (JATOBA et al., 2009).

Existia um conflito que se acirrava no cenário mundial, especialmente após a proposta de redução do crescimento econômico e da população mundial trazida pela Conferência de Estocolmo. De um lado estavam boa parte dos países industrializados que concordavam com a ideia e de outro estavam os países em desenvolvimento que eram contra, sobretudo por que apresentavam boas taxas de crescimento e investimentos externos, deste conflito nasceu a necessidade de se criar, dentro do âmbito das Nações Unidas, uma tese que conciliasse o desenvolvimento e conservação ambiental, surgindo assim o desenvolvimento sustentável (JATOBÁ et al., 2009).

A ação mais efetiva neste sentido, segundo os autores, ocorreu na década de 1980, durante a transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível e teve como marco inicial o Relatório final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento aprovado em 1987, conhecido como Relatório Brundtland. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 1992, no Rio de Janeiro representou o estabelecimento da proposta do ambientalismo moderado

politicamente, com a ideia de desenvolvimento sustentável. Dez anos mais tarde, em Johannesburgo na África do Sul, ocorreu a Cúpula Mundial, a Rio +10, que teve a finalidade de fazer um balanço das propostas firmadas na Conferência anterior, a partir do qual se pode perceber que os indicadores socioambientais haviam piorado. A partir desta constatação, a Conferência elegeu o combate à pobreza como um dos objetivos principais a partir de então, fazendo com que a questão social, por meio da inclusão social, surgisse como elemento fundamental da sustentabilidade (JATOBÁ et al., 2009).

Quanto a sua visão espacial, o ambientalismo moderado tem uma proposta voltada ao ordenamento territorial, bastante influenciada por Ignacy Sachs. Tal ideia pressupõe uma distribuição mais equilibrada do território dos assentamentos humanos, das atividades econômicas e influenciou fortemente as políticas de ordenamento territorial adotadas pela União Europeia. No entanto, devido à grande demanda de investimentos públicos, esta não tem sido uma prática nos países em desenvolvimento (JATOBÁ et al., 2009).

Por fim, a proposta da ecologia política surge como uma das tentativas de compreender melhor justamente estes conflitos, sobretudo que emergiram por meio do estabelecimento do ambientalismo moderado. Segundo os autores, é uma corrente de pensamento ligada ao campo acadêmico iniciado ainda na década de 1970 e num primeiromomento era muito identificado com o neomalthusianismo, centrando suas críticas à pressão demográfica sobre os recursos naturais. Revisitada por novos intelectuais, nos anos de 1980, a ecologia política se afastou das ideias neomalthusianas e daquelas que apresentavam soluções estritamente técnicas para os problemas ambientais assim como de outras correntes de pensamento da antropologia ecológica e da ecologia cultural. A intenção era encontrar relações entre a degradação ambiental e a opressão dos agentes sociais e o contexto político-econômico dos países em acentuada desigualdade social.

Desta forma a ecologia política se baseia na ideia de que os problemas ambientais não podem ser compreendidos isolados do contexto político e econômico em que foram criados, e que, portanto, fatores socioeconômicos, políticos e atores sociais devem ser articulados nos níveis global, regional e local (JATOBÁ et al., 2009). O que se pode perceber, ainda, é que a articulação proposta cria precedentes importantes para uma atuação global, em nome de problemas ambientais locais. O foco no papel das desigualdades dentro da problemática ambientais, por sua vez, é o ponto de partida para o surgimento de muitos movimentos com este tipo de atuação, sempre tomando como parâmetros as ideias de justiça ambiental e desigualdades socioambientais e as estratégias de resistência e de movimentos socioambientais.

Para Alier (2012), esta corrente do ecologismo ainda tem sua atenção sobre os impactos econômicos ao meio ambiente, mas o que a diferencia dos outros é que ela passa a focar no deslocamento geográfico das externalidades negativas do crescimento econômico, voltando-se muito mais para ações que promovam a sustentabilidade no presente, sobretudo de populações localizadas na fronteira do capitalismo. Justamente por esse motivo Alier (2012) considera este também o “ecologismo dos pobres”.

O eixo principal dessa terceira corrente não é a reverência sagrada da natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não como uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim pelos humanos pobres de hoje (ALIER, 2012, p. 34).

Não por acaso, Jatobá et al. (2009), aponta também as relações de poder entre os atores sociais e suas práticas socioespaciais como o foco principal da abordagem do território na perspectiva da ecologia política. Nesta visão, segundo os autores, a disputa por recursos naturais por grupos cuja capacidade de poder é diferente um do outro é fundamental para entender os conflitos ambientais contemporâneos e tem condicionado, desta forma, como estes grupos vão ocupar o território. A ideia, na verdade, encontra respaldo em outras teorias sobre a ocupação do solo urbano, e de certa forma terá grande influência em determinadas políticas socioambientais para as cidades.

Pode-se dizer que de uma certa forma cada corrente marcou ou ficou mais evidente em um determinado período da trajetória do ambientalismo. Como resume Montiberller-Filho (2001) num primeiro momento, no período da década de 1950, tal movimento era liderado por cientistas, uma vez que foi por meio da ciência que a questão ecológica foi posta para a sociedade. Nos anos 1960, no entanto, esse discurso é capturado por organizações não governamentais, sobretudo nos Estados Unidos. Nos anos de 1970, houve um avanço no sentido de se institucionalizar o ambientalismo, tendo como marco a Conferência de Estocolmo em 1972. Tal fato trouxe para dentro do debate governos e partidos políticos dentre outras instituições, além de fazer surgir várias agências estatais vinculadas ao meio ambiente. Já o ambientalismo da década de 1980 será marcado por um relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1983, denominado relatório de Brundtland, por sintetizar o conceito de desenvolvimento sustentável. Já nos anos de 1990, a característica principal foi a entrada do setor empresarial no debate, tendo em vista o mercado verde emergente.

Porém, as correntes aqui apresentadas não podem, neste contexto, ser consideradas de forma rígida. Há na realidade, várias outras formas de classificação do movimento

ambientalista que varia entre autores e perspectivas teóricas. O objetivo principal de colocá-las aqui é para nos apresentem de uma forma mais abrangente a diversidade de pensamentos a respeito da relação homem- natureza que o movimento ambientalista conforma assim como uma certa trajetória na qual, cada corrente de pensamento, teve um papel importante. Em nosso entender influenciaram nas formas de se pensar a sustentabilidade nas cidades.

Neste sentido, portanto, existe uma forma de entender a sustentabilidade do ponto de vista da conservação e da preservação ambiental colocadas aqui como aspectos de uma ecologia radical ou do ecocentrismo, nos termos de Almino (2009) e Diegues (1993). De uma forma geral, políticas territoriais que tiveram como base esta corrente foram as que geraram mais conflitos justamente por colocar como centro de suas preocupações a natureza.

Compartilham desta visão ainda a parcela do tecnocentrismo apontada por Almino (1993) como pessimista, e é onde se localizam as críticas mais contundentes contra a utilização da tecnologia como solução para problemas ambientais, o que pode ter forte impacto nas orientações de políticas que promovam este tipo de estratégia. Por outro lado, o uso da tecnologia parece não ser apenas problemático por sua negação, mas também pela crença de que o seu uso, por si só, implicaria o melhoramento das condições ambientais, ideia que parece encontrar espaço dentro de outros setores do ambientalismo, o que acaba desconsiderando a influência de outros processos como os culturais e até políticos como dinamizadores do desenvolvimento (JATOBÁ et al., 2009).

Outra maneira de ver sustentabilidade é por parte daqueles alinhados às ideias da ecologia política, ou ao “ecologismo dos pobres” na interpretação de Alier (2012) na qual o centro do debate não está o mercado, a natureza, seja enquanto recurso ou enquanto “coisa intocável”, mas sim como os impactos interferem diretamente na distribuição dos recursos, deixando certos grupos cada vez mais excluídos. Tal ideia parece ter incorporado alguns debates das ciências sociais, no entanto parecem não ser ainda a visão dominante na orientação das políticas votadas à sustentabilidade, o que pode influenciar no seu poder diante das demais correntes.

No entanto, o ambientalismo moderado, parece, de um modo geral, ter conseguido se colocar com discurso dominante dentro das discussões ambientais, sobretudo por conta das formulações do conceito de desenvolvimento sustentável e por uma tentativa de aglutinar as diversas tendências em pontos mais ou menos comuns. Embora bastante criticado enquanto sua efetiva possibilidade prática, são as ideias formuladas dentro desta corrente que tem influenciado fortemente Governos das diversas esferas e países para construir suas estratégias de sustentabilidade. Foi a partir desta corrente que foi possível estabelecer,

especialmente no âmbito das Nações Unidas, estratégias mais universais de desenvolvimento sustentável lhe conferindo um nível de institucionalidade dos quais as outras tendências ainda estão distantes. Neste sentido, cabe, ainda que brevemente as características do projeto de desenvolvimento sustentável posto em prática a partir da década de 1970.

2.2 O desenvolvimento sustentável e suas críticas

Assim como a trajetória dos movimentos ambientalistas foi marcada pelo sistemático enfrentamento da lógica dominante do uso dos recursos naturais, no campo da ciência, tal embate fez emergir as primeiras noções de sustentabilidade. Segundo Leff (2010) este processo iniciou no campo teórico, com a tentativa de se contrapor à racionalidade econômica, aquecida pelo capitalismo, do crescimento sem limites que negava a natureza e a cultura, e deslocava a relação entre o real e o simbólico. Tratou-se, portanto, de um embate entre o campo ecológico e econômico pelo reconhecimento da natureza como suporte, condição e potencial do processo de produção. Isto por que, aponta Leff (2010, p. 134),

a visão mecanicista do mundo, produzido pela razão cartesiana e pela dinâmica newtoniana converteu-se no princípio constitutivo da teoria econômica, predominando sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida e orientando o desenvolvimento *antinatura* da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica desterroou a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental que foram aparecendo como *externalidades* do sistema econômico.

Segundo Leff (2010) esse encontro entre economia e ecologia foi motivado a medida em que, a partir da segunda metade do século XX, problemas como poluição do ar e da água, erosão e salinização o solo, aquecimento global passaram a fazer parte de uma escala maior. Como problemas deste tipo começavam a ser reconhecidos como ameaças à economia, esta área passou a reconhecer e tentar incorporar conceitos e noções muito caras à ecologia como o equilíbrio ecológico, a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida dos seres humanos.

Desta forma, segundo o autor, a ecologia e os temas ligados a ela, antes tratados como externalidade no campo econômico, ou seja, que o conjunto de problemas que fogem a compreensão da teoria do processo econômico dominante, e passa a internalizá-las como também processo econômico. No entanto o autor salienta que este processo necessitou de uma mudança de paradigmas dentro do campo da economia uma vez que, inicialmente, a economia

passou a ser classificada como um subsistema que deveria ser limitado pela capacidade do sistema ecológico.

Os questionamentos trazidos entorno do debate sobre a sustentabilidade, portanto, iam muito além de garantir preservação e proteção dos ecossistemas e das espécies, eles traziam consigo a necessidade de transformar as bases que fundamentavam solidamente as teorias de desenvolvimento até meados da década de 1970. Desse embate, político e teórico, começa a surgir a ideia de um limite para o crescimento, sob o risco de um colapso ambiental futuro, ideia referendada pelo Clube de Roma em 1972 (formado por intelectuais e políticos de várias áreas) no seu relatório “Os Limites do Crescimento”.

Discutir tais limites no campo do desenvolvimento, no entanto, significou também uma discussão de sua aplicabilidade prática, enquanto estratégia global. Estas diferenças, como mostramos na secção anterior, tiveram sua expressão dentro do movimento ambientalista, porém as tensões também emergiam das diferentes condições em que os países se encontravam naquele momento. Segundo Sachs (2009), ainda durante a Conferência de Estocolmo, existiam duas visões em disputa: os que previam a abundância dos recursos e os que tinham uma visão catastrófica em relação ao meio ambiente. Os primeiros acreditavam que a preocupação com os problemas ambientais poderia retardar a corrida dos países em desenvolvimento de chegarem ao nível dos países desenvolvidos. Qualquer externalidade negativa que houvesse decorrente deste processo seria corrigida quando esses países alcançassem tal patamar. Era uma visão, segundo o autor, popular tanto entre os políticos de direita quanto entre os de esquerda.

Já os pessimistas acreditavam que o crescimento demográfico e econômico, ou ao menos o crescimento do consumo, não fossem imediatamente estagnados, haveria uma grande catástrofe ambiental no planeta. Segundo Sachs (2009), muitos desses pessimistas eram de correntes neomalthusianas e acreditavam que um dos grandes problemas ambientais era o crescimento populacional, mesmo que boa parte desta população não tivesse acesso aos bens de consumo como tinham os pequenos grupos mais abastados.

No encontro de Founex e, mais tarde, na Conferência de Estocolmo, ambas as posições extremas foram descartadas. Uma alternativa média emergiu entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB. (SACHS, 2009, p.52).

Essa alternativa média apontada por Sachs (2009) se tratava das raízes da ideia de desenvolvimento sustentável, que alguns anos mais tarde, em 1987, foi amadurecida e

sistemizada no relatório “Nosso futuro comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e a Desenvolvimento da ONU. Nesse sentido, se lançou a ideia do desenvolvimento sustentável como a capacidade da humanidade de atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras também possam garantir as suas. Inclui claramente a ideia de limites, para o crescimento econômico, influenciada por setores mais radicais do ambientalismo, porém, não o rejeita, agradando muitos dos países em desenvolvimento. Neste contexto, o crescimento econômico passaria a ser utilizado como meio de promover ajustes nas desigualdades sociais, que já neste documento, eram apontadas como um dos principais impedimentos para o desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1991).

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de alcançar pleno potencial de crescimento e desenvolvimento sustentável, exige claramente o crescimento econômico em lugares onde essas necessidades não estão sendo atendidas. Em outro lugar, ele pode ser compatível com o crescimento econômico, desde que o conteúdo do crescimento reflita os grandes princípios de sustentabilidade e de não exploração dos outros (CMMAD, 1991, p. 23).

Para alcançar tal patamar, o documento também apontava algumas estratégias que passaram a inspirar políticas nas mais diversas esferas, tais como o estímulo ao crescimento e melhoramento da sua qualidade, satisfação das necessidades básicas no que diz respeito a empregos, alimentos, energia, água e saneamento; reorientação da tecnologia e na gestão de risco, e considerar o meio ambiente e a economia nos processos decisórios (CMMAD, 1991).

Com o lançamento da ideia de desenvolvimento sustentável, desloca-se a sustentabilidade do campo estritamente ecológico, e a coloca em função de ao menos três dimensões: a ambiental, a econômica e a social. Sachs (2006, p.43), no entanto, amplia essas dimensões para cinco pilares fundamentais, tais como:

- a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de destruição social que paira de forma ameaçadora sobre alguns lugares problemáticos do nosso planeta;
- b) Ambiental, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida) como provedores de recursos e como recipientes para a disposição de resíduos;
- c) Territorial, relacionado a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;

- e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz as coisas acontecerem.

Porém, tanto a proposta mais restrita quanto a mais abrangente, por se fazerem efetivas e fiéis quanto os seus objetivos principais, necessitam que haja um certo equilíbrio interno entre as dimensões e nos efeitos de sua aplicabilidade para que alcancem os objetivos da sustentabilidade. Esta questão parece ser o ponto aglutinador das críticas à ideia de desenvolvimento sustentável com origem em vários campos. Para Leff (2006), por exemplo, a proposta da sustentabilidade não conseguiu até hoje se colocar como hegemônica exatamente pelo fato de ter sido absorvida, em muitos aspectos, pela lógica contra a qual se opunha na origem:

O questionamento da economia a partir da ecologia não tem levado à desconstrução da racionalidade econômica dominante e a fundar uma nova teoria da produção nos potenciais da natureza e nos sentidos das culturas, e por isso, as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais (LEFF, 2006, p. 134).

Latouche (2009), compartilha do mesmo diagnóstico e argumenta que o desenvolvimento sustentável como uma ideia conciliadora no sentido de apagar as controversas que carrega, não é verdadeira. Para ele o termo se tornou tão amplo que passou a ser reivindicado por todos, sem nenhum consenso, principalmente por grandes empresários do capitalismo, fato que faz o autor considerar o desenvolvimento sustentável um slogan capitalista que tenta desviar o seu foco das discussões da questão que é o fundamental: o modelo de desenvolvimento da sociedade vigente. O fato de o desenvolvimento sustentável prevalecer sobre outro termo mais neutro, o ecodesenvolvimento, é, segundo o autor, uma das provas disso.

Esse encontro entre o discurso sustentável e o discurso ambientalista significou também a utilização do desenvolvimento de discursos e práticas de dominação de grupos marginalizados dentro do sistema capitalista Barnejee (2003) observa, por exemplo, que ao se submeter ao paradigma economicista dominante, o discurso do desenvolvimento sustentável passa a se basear em apenas um único sistema de conhecimento consagrado sob um regime de verdade, desconsiderando os conhecimentos de povos tradicionais. Além disso, em nome do desta mesma concepção de desenvolvimento sustentável, muitos dos agentes capitalistas tem promovido a destruição de recursos importantes para a sobrevivência desses povos, provocando conflitos ao redor do mundo.

O desenvolvimento sustentável, a despeito de sua promessa de autonomia local não é igualitário por que a destruição ambiental também não é: ela é mais devastadora para os povos com menos recursos para evitar a devastação dos seus espaços naturais (BULLARD, 1993). Essas populações são mais frequentemente compostas

por pobres, negros, mulheres e crianças do terceiro mundo (BARNEJEE, 2003, p.121).

Desta forma, se observa claramente que o fator das diferenças entre grupos e a dominação de uma lógica econômica de mercado é preponderante para este pretendido equilíbrio entre as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável não ocorra. A ênfase em um determinado aspecto da sustentabilidade (econômica, ambiental, social) será em grande expressão dessa lógica.

3 DAS CIDADES À SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES

3.1 O desenvolvimento das cidades e o planejamento urbano

A cidade, segundo Lefebvre (1991), pode ser entendida como “obra” no sentido de local de criação, onde se estabelecem centralidades, encontros, e no qual as relações sociais se transformam. As cidades antigas, de uma certa forma, foram uma expressão desta vocação da cidade. Houve, por exemplo,

a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana), ligada à posse de escravos, depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores, outrora quase nômades, relegado para fora das cidades (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

Desta forma pode se entender que ao longo da história a cidade expressou várias formas condizentes com os contextos sociais e culturais vigentes. No entanto, segundo Lefebvre (1999), não se pode entender as cidades medievais e as cidades contemporâneas como fazendo parte do mesmo conceito de sociedade urbana uma vez que esta tem um marco contextual específico: nasce da industrialização.

Este processo começa a ser desenvolvido num período ainda anterior. A partir do acúmulo de riquezas gerado pela agricultura e pelo comércio de mercadores, as cidades, que haviam entrado em declínio durante um longo período, voltam a crescer e a ganhar importância. Elas passam a servir de apoio às comunidades camponesas e acumular, além de riquezas, conhecimentos, técnicas e obras de arte. Coloca-se, desta forma, em conflito a vocação da cidade enquanto “obra” por que, a partir deste ponto, ela começa a absorver uma nova lógica, a lógica de consumo, do valor de troca. O desenvolvimento de um capitalismo comercial que permite um fluxo maior não só de pessoas, e técnicas, mas, sobretudo, de riquezas. (LEFEBVRE, 1991).

Neste contexto, novos agentes da burguesia, classe emergente deste processo, acabam por concentrar as terras e a riqueza. A mobilidade desta riqueza forma uma rede cada vez mais complexa que, no entanto, segundo Lefebvre (1991), não culmina exatamente numa rede de cidades que superasse a concorrência entre si, mas deu lugar sim a uma sociedade a qual se organizava por meio de um Estado centralizador cuja a capital é uma das expressões.

Para além, desta organização espacial, a sociedade urbana pressupõe uma lógica social nova que procura se impor sobre as antigas formas de cidade, criando necessidades, conformando-a aos fluxos de mercadorias, de trabalhadores entre outras coisas. A cidade enquanto obra (enquanto valor de uso) passa a ser substituída por uma cidade regida pelo consumo (valor de troca). Desta forma, a sociedade urbana pode ser entendida como “objetivo e finalidade da industrialização”, uma vez que a vida urbana passa a estar subordinada ao crescimento industrial (LEFEBVRE, 1991).

Algumas formas de organização do espaço urbano foram colocadas à prova partir do desenvolvimento desta sociedade urbana. Um deles, o urbanismo, nasce, segundo Choay (2010) da necessidade de se resolver o problema do planeamento “maquinista” da cidade posto em prática num contexto de início do século XIX. Nasce, portanto, de uma crítica a esta sociedade que testemunhou um crescimento urbano sem precedentes na história até então, especialmente na Grã-Bretanha, França e Alemanha. Este crescimento suscitou o surgimento de uma nova ordem de cidades que se adaptava às exigências econômicas e sociais emergentes.

Esta cidade pode ser definida por alguns elementos como a racionalização das vias de comunicação urbana, maior especialização dos setores urbanos, criação de novos espaços que mudam a dinâmica das cidades como grandes lojas, grandes hotéis, prédios para alugar; e o deslocamento de classes operárias e médias para os subúrbios (CHOAY, 2010).

Face a essa nova racionalidade que se acerca das cidades industriais, nasce também, ao longo do século XIX, estudos sobre a cidade tanto de caráter descritivo, com a introdução da estatística a estes estudos, quanto aqueles que se direccionaram aos aspectos humanitários e políticos. Houve, a partir daí uma série de pensadores que teceram ideias sobre como deveriam ser as cidades, sempre dentro da crítica à desordem urbana emergida da industrialização. (CHOAY, 2010).

Para Choay (2010) é possível classificar analiticamente estas ideias como as da fase pré urbanista e as da fase urbanista. As primeiras fazem parte de um período de elaboração mais utópicas das ideias e geralmente são criadas por não especialistas mais que subsidiaram posteriormente autores da fase urbanista, que por sua vez tinham finalidades mais práticas e despolitizadas. No entanto a experiência destes modelos, muito longe de contribuírem para a minimizar os efeitos nocivos do processo industrial, foram expressão do mito de que o urbanismo é uma ciência rigorosa e reproduz valores problemáticos, tais como a fé no progresso e no poder total das técnicas, aversão pela sociedade mecanizada, nostalgia das

velhas comunidades culturais, aversão pelo mundo naturalizado e nostalgia de uma relação criadora com a natureza que ocorria nas cidades antigas.

Dentro desta respectiva, podemos falar do nascimento de um espaço urbano com algumas características específicas. Para Corrêa (1995) este é um espaço que pode ser apreendido em cinco características distintas, quais sejam: pelos diferentes usos da terra que ocorre nele; pela sua condição fragmentada e articulada; por ser um reflexo da sociedade; por ser condicionante da sociedade e um por ser um espaço de reprodução das classes sociais.

Neste sentido a cidade se organiza por meio dos usos sociais que fazem dela, surgindo assim as áreas centrais, de oferta de serviços, de lazer dentre outras variações. No entanto, esta fragmentação convive com uma articulação dada também por relações socioespaciais manifestadas em fluxos de veículos, de cargas, de pessoas, assim como de decisões, rendas, investimentos financeiros, dentre outros. Esta condição da cidade fragmentada e articulada é consequência, como se pode observar, de um reflexo da sociedade no espaço urbano que também se caracterizará pela profunda desigualdade entre as classes, a garantia das condições de produção capitalistas, e conflitos sociais (CORRÊA, 1995).

Dentro desta grande implicação do meio social no espaço urbano, Corrêa (1995) destaca ainda alguns grupos de agentes que, guardada algumas particularidades, são responsáveis pela produção do espaço urbano, dentre eles o Estado, os grandes empresários industriais, comerciais e de serviços, os proprietários de terra, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos.

Em contextos mais específicos, como a Amazônia, a observação destes agentes do espaço urbano é importante. O Estado, por exemplo, foi um dos principais impulsionadores do desenvolvimento das cidades na região. Com a criação das primeiras cidades coloniais no século XVII, a finalidade era apenas povoamento do território e organização dos interesses econômicos e as redes criadas neste período foram alargadas ainda mais durante Ciclo da Borracha, no século XIX. No entanto foi a partir da década de 60 do século XX que o um planejamento nacional, protagonizado por um Estado de perspectiva nacionalista e desenvolvimentista, começa a inserir a região em uma nova lógica urbana. Esta intervenção de lógica Keynesiana, segundo a autora, trouxe à região como consequências a criação de uma nova fronteira de mercado e trabalho, crescimento e nascimento de novas cidades, incentivo a migração de outras regiões do país além de tensões geradas pela pobreza, desigualdade social, e exclusão da terra. Castro (2009, p.5) evoca, portanto, como uma das marcas desta intervenção, a criação de fronteiras, estas representando “o encontro de várias

origens que obedecem a racionalidades distintas, mas que acabam por conformar relações sociais e um novo campo de sociabilidade”.

No entanto a autora mostra que, enquanto a industrialização é um marco importante para a análise da urbanização das cidades europeias e de cidades brasileiras onde a indústria mais se desenvolveu, na Amazônia ela não pode servir de parâmetro de análise fundamental. Isto porque outros fatores ligados às dinâmicas socioeconômicas, demográficas e técnicas e à informalidade do trabalho levaram a região à uma espacialidade menos concentrada.

Mercês (2011) destaca outro fator muito importante na produção do espaço urbano nesta região, que está ligado, sobretudo, não exatamente ao planejamento, mas a ação privada de algumas empresas que marca a expansão de forma capitalista na Amazônia. No caso de Belém, segundo ela, houve um crescimento da produção privada de edifícios residenciais que teve seu pico nos anos de 1980 e desde 2006 vem retomando essa tendência. Esse movimento ocorre especialmente a partir de incorporadoras de fora da região, primeiramente para atender as necessidades de população de alta renda, mas depois, volta-se também a população menos favorecida economicamente.

Segundo Mercês (2011), essa produção capitalista tem a forma de verticalização da habitação na cidade, mas, também aparece na forma da expansão dos condomínios horizontais. Para a autora, esse fenômeno tem gerado, entre outras coisas, no aprofundamento da segregação tanto no sentido da homogeneização social interna e quanto no sentido da maior concentração de uma classe em uma determinada região da metrópole.

Mas é no planejamento urbano, em boa medida, produto dessa industrialização, que recaem, de forma generalizada, as críticas por trazerem à sociedade urbana, e para a cidade contemporânea em particular, conflitos de toda a ordem. Por um lado, a crítica de grupos que acreditam que o Estado, por ser capitalista, se utilizará do planejamento urbano para favorecer as classes dominantes, do outro, os grupos conservadores, sob a crença na livre concorrência, defendem que o Estado interfira cada vez menos em tais processos, e deixa ao mercado o desenvolvimento desta tarefa (SOUZA, 2002).

Expressão destes questionamentos, no entanto, foi a ascensão, a partir dos anos de 1980, de uma lógica única de planejar a cidade, ou, uma “cidade de pensamento único”, nos termos de Arantes; Vainer; Maricato (2000). Manifesta por meio do “Planejamento estratégico da cidade”, da “cidade mercadoria”, “cidade espetáculo”, também deu lugar ao crescimento de uma “cidade ilegal” marcada pela violência, pela pobreza, pela degradação humana entre outros efeitos. Não por acaso, neste mesmo contexto histórico, o campo do planejamento começa a incorporar os primeiros debates sobre o desenvolvimento sustentável.

3.2 Sustentabilidade das cidades: marcos institucionais

A relação entre meio ambiente e cidade é muito profunda e se desenvolve a partir dos questionamentos das bases ideológicas de desenvolvimento assentado na lógica da sociedade urbana emergente da industrialização e da urbanização. No entanto, a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, fortalecido no bojo do ambientalismo moderado, esta relação passa a ser colocada como uma alternativa importante do planejamento urbano, por meio da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A ideia de uma cidade sustentável, por exemplo, se desenvolve no âmbito deste discurso a partir década de 1970, se fortalecendo apenas nos anos de 1990, após a divulgação do Relatório Brundtland. Segundo Marília Steinberger (2001), no entanto, especialmente no Brasil, tal fato não gerou grandes decisões práticas de início, além da criação de algumas leis relativas ao meio ambiente, tendo destaque alguns princípios inclusos na Constituição de 1988, fato que, para alguns autores, marca o surgimento do meio ambiente urbano como campo de investigação no Brasil.

Pode-se dizer que o Relatório Brundtland, de 1987 aborda o desenvolvimento sustentável para as cidades a partir do ponto de vista dos desafios, que são, por sua vez pensados levando em conta as especificidades das cidades dos países em desenvolvimento e das cidades dos países desenvolvidos. Esta separação é o ponto no qual se tenta amenizar as desigualdades de posição (e também condição), entre os países à época ditos desenvolvidos e os em desenvolvimento. Um dos destaques, ainda bastante influenciado pela ideia do limite de crescimento, é a preocupação com questão do crescimento populacional das cidades de então. Esta questão foi posta especialmente para os países em desenvolvimento já que as taxas de crescimento aumentavam muito além da capacidade que governos locais tinham de garantir a todos os serviços e a infraestrutura básica. Naquela altura (1985), 41 % da população mundial vivia em áreas urbanas e a perspectiva era de 46% em 2000. Na América Latina eram 69% em 1985 e com perspectiva para subir para 78,8% em 2000. Em 2014 esse número já corresponderia à 54 % da população morando em áreas urbanas (CMMAD, 1991).

O aumento da população nestas cidades, segundo o diagnóstico do documento, provocaria uma proliferação de assentamentos humanos sem condições mínimas de moradia e baixa qualidade de vida. O documento elenca uma série de problemas causados por este crescimento que passa, entre outras coisas, pela insuficiência de transporte público até o acesso de água potável.

Grande parte da habitação usada pelos pobres é precária. Prédios públicos estão, muitas vezes, em um estado de abandono e decadência avançada. Assim também é a infra-estrutura essencial da cidade: transporte público está superlotado e usado em demasia, como são as estradas, ônibus e trens, estações de transportes públicos, latrinas e pontos de lavagem. Vazamentos em sistemas de abastecimento de água, ea pressão da água baixa resultante permite esgoto para infiltrar-se em água potável. Uma grande proporção da população da cidade, muitas vezes não tem água encanada, drenagem pluvial, ou estradas (CMMAD, 1991, p. 267).

O documento destaca ainda como consequência do aumento da população nas grandes cidades, a proliferação de algumas doenças relacionadas às más condições de moradia: as doenças agudas respiratórias, tuberculose, parasitoses intestinais e doenças ligadas à falta de saneamento e à água potável contaminada (diarreia, disenteria, hepatite e febre tifoide) são geralmente endêmicas. Essas doenças acometem principalmente crianças pobres. Este aspecto é um dos mais tratados quando o assunto é sustentabilidade na cidade, em especial as questões de poluição de rios e córregos e produção de resíduos (CMMAD, 1991, p. 267).

Problemas com o ar, água, ruído e poluição de resíduos sólidos têm aumentado rapidamente e pode ter impactos dramáticos sobre a vida e a saúde dos habitantes da cidade, na sua economia e no emprego. Mesmo em uma cidade relativamente pequena, apenas uma ou duas fábricas de dumping resíduos no único rio próximo pode contaminar todos beber, lavar, cozinhar e água.

Estes problemas, como é possível perceber, eram encarados sob diversas perspectivas, tomando a natureza não só pelo seu valor em si, mas muito mais pelo seu valor enquanto recurso natural que, seja pela escassez ou pelo seu desgaste, acaba impactando negativamente em setores da economia, da saúde, e do social.

Para Cardoso (2002), esta ideia pretensiosamente conciliadora entre as duas lógicas (a da cidade e do meio ambiente) trazida no documento tem grande reflexo para pensar o planejamento dessas cidades. Antes a questão urbana era tratada, tanto no campo técnico quanto no campo político, como uma questão de planejamento e os problemas urbanos ou eram considerados problemas de insuficiência do crescimento econômico ou desequilíbrios gerados pelo crescimento excessivo. Com o Relatório Brundtland muda-se a forma de pensar o desenvolvimento urbano ao incluir no debate a questão ambiental, em especial em países de “Terceiro Mundo”, lançando assim uma nova alternativa de urbanização.

O relatório, pode-se dizer, avança num sentido de trazer à tona discussões sobre o impacto ambiental nas cidades e, mais ainda, coloca este modelo de planejamento num patamar privilegiado e como uma forma alternativa para as cidades no futuro. Seus desdobramentos podem ser vistos na AGENDA 21, relatório oficial da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em

1992, a ECO 92. O argumento central do documento, sobre a deterioração dos assentamentos humanos - sobretudo em países em desenvolvimento - é de que ele ocorre por conta dos baixos investimentos no setor, em áreas como habitação, lazer, seguridade social, e bem estar social, por governos locais. Desta forma, segundo Agenda 21 (2000, p. 13), o objetivo dos “assentamentos humanos” (incluindo cidades) seriam o de:

Melhorar a qualidade de vida social, ambiental e econômica dos assentamentos humanos e as condições de vida e de trabalho de todas as pessoas, em especial dos pobres de áreas urbanas e rurais. Essas melhorias deverão basear-se em atividades de cooperação entre os setores público, privado e comunitário, e na participação, no processo de tomadas de decisões, de grupos da comunidade, e de grupos com interesse específicos, como mulheres, populações indígenas, idosos e deficientes.

Ao explicitar esses objetivos, a Agenda 21, enquanto uma espécie de plano de ação global, aponta para a necessidade de articulação dos mais variados agentes para promover a qualidade de vida social, ambiental e econômica dos assentamentos, dentre eles as cidades. Partindo do diagnóstico do Relatório Brundtland, a estratégia se volta para a “cooperação” entre vários grupos, dentre eles grupos com interesses específicos e muitas vezes marginalizados nos processos de planejamento urbano até então. Pode-se destacar ainda, dentre esses grupos, os do setor privado que são apontados como uma alternativa, muitas vezes, ao baixo investimento público neste setor.

Dentre as frentes de atuação defendidas para os assentamentos humanos na Agenda 21 estão: a) oferecer a todos moradia adequada; b) aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos; c) promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra; d) promover a existência integrada de infraestrutura ambiental: água, saneamento, drenagem, e manejo de resíduos sólidos; e) promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos; d) promover o planejamento e o manejo de assentamentos humanos localizado em áreas sujeitas a desastres; f) promover atividades sustentáveis na indústria da construção e d) promover o desenvolvimento de recursos humanos e da capacitação institucional e técnica para o avanço dos assentamentos humanos.

O encontro Rio+10, ocorrido dez anos após a Rio 92 em Johannesburgo, na África do Sul mostrou, no entanto, que apesar da Agenda 21 ter sido um grande avanço para a implementação de algumas estratégias para o desenvolvimento sustentável, boa parte dos compromissos ainda não haviam sido cumpridos. A Conferência então teve o objetivo de reafirmar esses compromissos e elencar desses os mais prioritários e urgentes, escolhendo assim o combate à pobreza, a mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o

manejo dos recursos naturais como os principais requisitos para o desenvolvimento sustentável.

Como uma extensão da Agenda 21 global, lançada com a Rio 92, vários países utilizaram seus princípios e construíram Agendas locais, mais específicas e adequadas para cada região. No caso da Agenda 21 brasileira o documento apresenta como alternativa diante dos problemas causados pela expansão da urbanização desordenada no país, uma reforma urbana baseada na organização do uso do solo, descentralização administrativa e num processo participativo que permita a sociedade influir e ter voz nos destinos dos recursos.

Em 1996, em Istambul, na Turquia, a realização da Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - Habitat II também representou outro marco importante na consolidação da ideia de sustentabilidade nas cidades. Além de destacar a problemática da pressão ecológica e nos estilos de vidas originais que as cidades estão passando, a Agenda Habitat, documento oficial do evento, fala ainda das desigualdades sociais como problema urbano já no sumário executivo, em especial através da formação de cidades “ilegais” e confronto com a cidade “legal”. A mensagem clara que se tentava discutir era a construção de cidades mais humanizadas por meio do desenvolvimento social e extinção das desigualdades nesses espaços.

No âmbito da estratégia de desenvolvimento sustentável adotada na Cimeira da Terra no Rio (1992), temos de reforçar as capacidades criativas e produtivas das cidades, permitindo-lhes superar os muitos males a que estão presas. É verdade que as cidades devem ter um lugar nas redes econômicas mundiais, mas a economia deve servir à realização humana: emprego e, mais geralmente, atividades produtivas devem promover a eliminação da pobreza e da integração social e consolidar a democracia nas cidades, de acordo com o desenvolvimento social, estratégia adotada na Cimeira Social de Copenhague (1995), (HABITAT II, 1996, p. 9).

Desta forma o Habitat II (1996) aplica de maneira mais clara os conceitos do desenvolvimento sustentável, levantadas, sobretudo na Agenda 21, às noções de desenvolvimento urbano. A inserção das cidades num sistema global de competitividade, portanto, embora não desconsiderada ou questionada, deve ocorrer por meio do desenvolvimento social, que se centra nas necessidades humanas básicas. Especialmente por essas ideias, como avalia Maricato (2013), pode-se dizer que a conferência teve um caráter de questionamento do paradigma dominante em áreas como a habitação e as políticas urbanas, e não por acaso os dois principais objetivos do documento são: a) moradia adequada para todos e b) desenvolvimento de Assentamentos Humanos Sustentáveis em um mundo em urbanização.

a habitat II constitui um duro golpe nas concepções de urbanismo vigente durante todo o século XX, o que pode representar uma vantagem – fim do planejamento tecnocrático, burocrático, e autoritário – ou uma desvantagem – demissão do Estado em relação do uso do solo. Propostas e planos de autores, bem como indefectíveis projetos urbanísticos visionários, também estavam num ambiente em que se discutia o tempo todo em um novo padrão de gestão das cidades, juntamente com os seus moradores (MARICATO, 2013, p. 170).

É também neste documento que é definido o “desenvolvimento urbano sustentável”, a partir da interação das ciências naturais com as ciências sociais. Uma das primeiras estratégias apresentadas a esse respeito são as estratégias de habitação, vistas como desafiadoras à época pela crescente elevação da população e da migração do meio rural para o meio urbano. São incentivados para esses fins políticas de propriedade da terra, medidas de controles de terras e políticas de assistência e empréstimos especialmente para a associação de moradores. Faz parte da estratégia ainda o incentivo à busca por materiais mais leves e menos danosos ao ambiente na construção de habitações. Busca-se, portanto, um estímulo a ciências e a tecnologia para que possam desenvolver esses materiais com uma eficiência cada vez melhor (HABTITAT II, 1996).

A questão da água volta a ser destaque, sob a perspectiva do limite, como um dos recursos mais importantes do ambiente urbano. Diagnostica-se que o recurso tem sido atingido fortemente pelo rápido crescimento urbano no último século, com grande impacto na saúde pública, especialmente nos países “do Sul”. Considerando-a um elemento frágil pela sua fácil exposição, o documento sugere que se criem mecanismos e políticas para que a água possa ser protegida da influência das atividades industriais e do uso não regulado de quem a polui (HABTITAT II, 1996).

Outra estratégia apresentada pela Habitat II (1996) é quanto à reservas energia, uma vez que é apontado o crescimento da demanda por energia, evento que pode impactar negativamente o ambiente e pode representar uma grande ameaça as cidades costeiras. A solução estaria atrelada ao uso de recursos energéticos pouco poluentes e recursos renováveis além da promoção de uma “revolução de eficiência” no uso da energia nas cidades.

A última estratégia apontada na Habitat II (1996) para o desenvolvimento urbano sustentável se refere ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Ele enfoca esta questão a partir da perspectiva da melhor distribuição e acesso desses instrumentos de desenvolvimento entre os agentes da cidade, uma vez que este recurso tem se tornado cada vez mais um meio de participação na governança das cidades e de exercício da democracia direta.

Outro marco da sustentabilidade urbana, em especial no Brasil, é o Estatuto da Cidade, projeto de lei proposto no início da década de 1990 no Congresso Nacional. Ao longo da consolidação do projeto foram incluídas algumas diretrizes relacionadas a sustentabilidade urbana, tais como a garantia ao direito a cidades sustentáveis, planejamento do desenvolvimento das cidades com finalidade de reduzir e corrigir possíveis efeitos negativos do crescimento urbano para o meio ambiente e a audiência do Poder Público municipal e da população interessada no processo de implantação de empreendimentos ou atividades com potencial efeito negativo sobre o meio ambiente natural e construído (STEINBERGER, 2001).

O Estatuto da cidade assegura ainda, de maneira inédita no país, o direito à cidade sustentável. No artigo 2º, no qual são apresentadas as diretrizes sob as quais a política urbana deve se basear, entre elas “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, Lei n. 10.257, art. 2º, 2001).

3.3 Sustentabilidades das cidades: discussões conceituais

É possível perceber que as sucessivas Conferências em nível global traçaram um percurso da ideia de sustentabilidade das cidades que vai da racionalização dos recursos urbanos até a humanização da cidade, incluindo no planejamento desses espaços valores não só do ambientalismo, mas de setores ligados ao debate social. A temática ambiental, mas especificamente por meio do discurso do desenvolvimento sustentável, como foi visto, passou a orientar e a servir de parâmetro dos planejadores urbanos a partir do final da década de 1980. Para Acselrad (2009) este fato se efetivou por meio de dois movimentos: a ambientalização do discurso da política urbana a partir do aumento da concentração populacional nas metrópoles e suas consequências negativas e a inclusão de questões urbanas na discussão da sustentabilidade especialmente a partir da adoção da melhora da “qualidade ambiental da vida urbana”. O autor vê nessas iniciativas uma preocupação comum com a temporalidade das cidades, ameaçando a estabilidade das estruturas urbanas com o passar do tempo.

No entanto é importante retomarmos a ideia inicial, explanada ainda na primeira seção deste trabalho, sobre a multiplicidade de noções sobre a sustentabilidade presentes na sociedade. Tal fato é um dos aspectos que corroboram para que conflitos emergem não mais

apenas dentro do campo ambiental mais também e principalmente com lógicas de outros campos, haja vista que a noção de sustentabilidade das cidades tem se construído justamente por meio dessas interseções.

A área do planejamento urbano parece ser um bom exemplo para observar estes conflitos. Embora fruto de muitas discussões e levantando legítimas questões sobre a insistência de determinados direcionamentos das políticas urbanas até então, não se pode negligenciar a complexificação do cenário do planejamento urbano frente às ideias ambientalistas. Temos, portanto, um encontro de duas lógicas distintas e que por si só, já comportam certa complexidade: a do planejamento urbano e a ambiental. Para Costa (2009) tal aproximação tem servido, ao menos no caso do Brasil, para a ampliação deste campo para além das fronteiras setoriais, criando condições de convergência de práticas entres as duas áreas.

No entanto, apesar das convergências nas práticas de gestão e planejamento, não se pode dizer, na visão de Costa (2004), que há uma superação dos conflitos sociais nem criação de consensos em torno das formas de produção e apropriação do espaço urbano. Uma das primeiras lógicas apontadas por ela é a do ordenamento do território, ligada a fase pré-urbanista citada anteriormente, mais especificamente da visão funcionalista, que considera o planejamento instrumento capaz de promover a ordem, por meio do desenho regular. Na formulação das políticas públicas urbanas esta seria uma visão superada no Brasil, mas resiste em alguns setores fora da área do planejamento urbano, através da crença no redentor papel do planejamento (COSTA, 2004).

A segunda lógica do planejamento urbano é a do retorno dos investimentos públicos, que o considera como uma forma de promover a justiça socioespacial. Ela tem uma influência bem maior dentro das experiências de planejamento no Brasil por ter atravessado a trajetória dos movimentos de reforma urbana, e orientado vários planos urbanísticos e planos diretores. Segundo Costa (2004) desta forma busca-se o uso produtivo do espaço em detrimento da manutenção dos vazios urbanos. A inclusão do debate da sustentabilidade, na contramão desta lógica, propõe a utilização desses vazios para usos sociais ou outros usos produtivos.

Quanto às políticas ambientais, a primeira lógica destacada por Costa (2004) é a da preservação, originada da ecologia radical e da visão ecocêntrica apresentada no capítulo anterior. Ela se materializa no campo da política atual, principalmente por meio do Sistema Nacional de Classificação de Unidades de Conservação (SNUC). No caso das áreas urbanas, o conflito se estabelece em torno das chamadas Áreas de Proteção Permanente, uma vez que a ocupação em margens de cursos d'água, mangues, encostas e áreas de risco em geral é

considerada ilegal. No entanto muitas formações urbanas se constituem justamente nessas áreas, e mesmo que a política se oriente pela ideia de preservação tanto dos recursos naturais quanto das populações, a necessidade da habitação sempre se sobrepõe.

A segunda lógica, a da valorização econômica da natureza se contrapõe a esta anterior. Ela pressupõe uma atribuição de valores de econômicos à natureza, que se expressa, por exemplo, na linguagem como em termos “recursos naturais”, por meio de princípios de ressarcimento e de compensações, cobrança de usos de recursos naturais e estabelecimento de cotas de poluição.

Há várias maneiras de interpretar esses encontros entre os dois campos de conhecimento. No campo teórico, várias tendências teórico-metodológicas e, portanto, disciplinares, tratam da relação entre meio ambiente e o espaço urbano a partir da problemática da insustentabilidade destes espaços. Estas diferenças se manifestam, por exemplo, por meio de impasses conceituais sobre o que seria de fato uma cidade sustentável, que, segundo Magalhães (2006), tem como centro a utilização de conceitos da ecologia urbana e sustentabilidade urbana por diferentes autores como significados “cruzados e sobrepostos”. Este fenômeno, segundo ele, diz respeito a entrada das ciências sociais no debate ambiental, trazendo uma análise extremamente marcada pela contraposição homem x natureza, a ideia de que as sociedades humanas estão em relação constante com a mesma, e de que o domínio do “natural” é atravessado pelo domínio da cultura.

Steinberger (2001), no entanto, a partir da observação de como a ecologia, a economia, geografia, sociologia e o urbanismo abordam a questão, aponta que essas aproximações tem gerado alguns mitos sobre a insustentabilidade urbana, quais sejam: os limites da natureza, fortemente influenciado por posições mais radicais do ambientalismo, o equilíbrio ecossistêmico; a capacidade de o homem modelar a natureza; a tecnologia como regeneradora da degradação da natureza e solução da escassez; e a racionalidade do modernismo.

Nesse sentido, propõe-se que a desconstrução aqui sugerida passe pela própria desconstrução da racionalidade instrumental embutida no arcabouço teórico-conceitual de cada uma das disciplinas que tratam a relação homem-natureza como uma apropriação utilitária; passe também pela desconstrução do planejamento como o maior símbolo desse tipo de racionalidade e, mais especificamente, do planejamento urbano (STEINBERGER, 2001, p. 15).

Desta forma, Steinberger, (2001) não avalia a aproximação entre os diferentes campos como necessariamente negativa, mas sugere que as diferentes lógicas que nascem dessas aproximações aos poucos dêem lugar a uma outra racionalidade que, ao mesmo tempo em que se beneficie da contribuição de outros conhecimentos, construa uma racionalidade própria.

Isto por que o ambiente urbano não se estabelece por uma abordagem isolada do meio ambiente e do urbano, mas numa visão integradora transdisciplinar que abandone a noção de insustentabilidade decorrente da racionalidade ambiental.

Moura (1999), por sua vez, vai ao encontro de Steinberger (2001) na concepção de cidade sustentável. Para ela a ideia de que o ambiental e o urbano são duas lógicas inconciliáveis, presente seja em trabalhos acadêmicos, como na própria mídia e nas políticas governamentais, é uma hipótese que deve ser revista. Não exatamente por meio do argumento usual de que há um vertiginoso crescimento das cidades em termos de população e que, portanto, essa é uma abordagem necessária para enfrentar os problemas urbanos da contemporaneidade, mais principalmente por que no meio urbano é que se “constitui a materialização espacial das relações sociais, além do elemento transformador destas relações” (COSTA apud MOURA, 1999, p. 56), e que, portanto, é por meio deste caráter transformador que as lógicas distintas se encontram. Desta forma tenta-se, segundo a autora, aliar as duas expressões numa só a partir do meio ambiente urbano, que dá conta tanto das dimensões naturais e construídas quanto das questões relacionadas à melhora da condição de vida, cidadania e qualidade de vida. Para a autora não se trata de conceito perfeitamente conciliatório entre meio ambiente e urbano, porém é uma importante síntese conceitual para o problema.

A conciliação teórica e prática entre os campos ambiental e do urbano, por meio do meio ambiente urbano, do planejamento urbano sustentável ou mesmo da cidade sustentável parece se resolver internamente, recriando as formas existentes de planejamento. Mas a gestão dos conflitos inerentes aos dois campos, deve ser sempre colocada como uma das dimensões deste processo, sob o risco de se criar a ideia da homogeneidade do discurso sustentável. Deste aspecto, nascem muitas das críticas sobre a efetividade das ações propostas no âmbito de todas as conferências globais já apresentadas ou mesmo pelo reconhecimento da existência de um certo limite da ideia de convergência suscitada pelo ambientalismo moderado.

Limonad (2013) considera, por exemplo, que existe muitas vezes uma adoção indiscriminada e sem discernimento por governos e empresas, da ideia de sustentabilidade, colocando-a como elemento isento das contradições e dos conflitos próprios apresentados anteriormente. Este fato, segundo a autora, corrobora para um processo de ideologização da questão espacial e faz com que o planejamento destes espaços se distancie do seu caráter transescalar. O momento alto em termos de efetividade deste processo de ambientalização do planejamento, segundo Limonad (2013), foi a Habitat II ao sugerir “planejar e agir estrategicamente para reduzir a pobreza urbana, a exclusão social e promover o status

econômico e social dos cidadãos e proteger o meio ambiente de forma sustentável”, que serviu para unificar as agendas do desenvolvimento sustentável do Programa Ambiental das Nações Unidas e o centro para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas.

Um indicador do êxito desse programa é a dimensão que assumiu em menos de vinte anos. Atualmente opera em mais de trinta países de forma diferenciada, com participações diversificadas. Sua proposta geral é formar quadros de governo mediante a capacitação e instrumentalização de autoridades locais e de seus parceiros para a gestão e planejamento urbano ambiental sustentável das cidades (LIMONAD, 2013, p. 133).

No entanto, se por um lado são trazidas discussões importantes do ponto de vista ambiental, para dentro do campo do planejamento urbano, na visão de Limonad (2013), este movimento também tem servido à legitimação e fortalecimento de determinadas lógicas da organização da cidade ao mesmo tempo em que tem enfraquecido o sentido social da questão ambiental.

Nesse sentido, as propostas de desenvolvimento sustentável e, por vezes, a ambientalização do planejamento têm um fundo comum, por assim dizer, instrumental que contribui para esvaziar em parte o sentido social da questão ambiental e para ocultar o caráter estratégico que o espaço social assume para a reprodução do capital na contemporaneidade (LIMONAD, 2013, p.137).

Neste sentido Limonad (2013) afirma a importância que devem ter as questões sociais dentro de uma discussão sobre a sustentabilidade, especialmente num mundo desigual. No mesmo sentido Jacobi (2004), a partir dos anos 50 do século XX, com crescimento do processo de periferização, indica que dois fenômenos puderam ser observados nas cidades brasileiras: intervenções na rede de drenagem e a explosão dos loteamentos de periferia. Tais fenômenos trouxeram desastrosas consequências para a sustentabilidade das grandes cidades.

No geral, observa-se um crescente agravamento dos problemas ambientais nas metrópoles, já que o modelo de apropriação do espaço reflete as desigualdades socioeconômicas imperantes, sendo o período marcado pela ineficácia ou mesmo ausência total de políticas públicas para o enfrentamento destes problemas, predominando a inércia da Administração Pública na detecção, coerção, correção e proposição de medidas visando ordenar o território do município e garantir a melhoria da qualidade de vida (JACOBI, 2004, p.171).

Jacobi (2004) expõe desta forma que a questão ambiental na cidade e sua sustentabilidade é fortemente influenciada por questões de ordem política e social. A periferização crescente, sem as condições básicas de coleta de lixo, de acesso à água e às redes de esgoto, com maior exposição a poluições e degradação da qualidade de vida, também tem significado um comportamento desta sustentabilidade para determinadas classes no

ambiente urbano. É o que aponta Jacobi (2000), por exemplo, num estudo da percepção dos moradores acerca dos problemas ambientais na cidade de São Paulo e no universo familiar. Os resultados mostraram e reforçaram as diferenças entre áreas centrais, intermediárias e periféricas. Identificou que grande parte da população percebe a realidade socioambiental a partir da exclusão, dos problemas, de riscos, da falta de informação e dos canais de participação. Os estratos mais baixos socioeconomicamente tendem a sofrer mais com problemas ambientais por conta da falta de acesso a serviços públicos e das condições de urbanização nas quais habitam.

Outros dados da pesquisa mostram que havia um grande conhecimento por parte dos moradores quanto às soluções para atenuar os impactos negativos ao meio ambiente, no entanto boa parte deles tinha uma atitude passiva diante de tais problemas, quadro que não teve grandes mudanças comparando os níveis socioeconômicos. Por outro lado, boa parte dos entrevistados enfatiza a importância das ações governamentais que supervisione a execução de políticas públicas. Jacobi (2000, p. 169) destaca, no entanto, que:

A necessidade de ter mais acesso a informação, especialmente por grupos sociais mais excluídos pode promover mudanças comportamentais necessárias para possibilitar uma atuação mais orientada para o interesse geral. Cidadãos bem informados, ao se assumirem enquanto atores relevantes têm mais condição de pressionar autoridades e poluidores assim como, de se motivar para ações de co-responsabilização e participação comunitária.

Para o autor, promover a sustentabilidade das cidades, significa incluir também possibilidades diversificadas de democracia participativa nas quais estas classes possam expressar suas demandas. Além disso, se faz necessário ainda estimular uma consciência ambiental, promovendo a geração de empregos sustentáveis e a participação mais intensa dos processos decisórios da cidade por parte da população.

Em outro estudo na mesma perspectiva, Fuks (2001), trata da disputa sobre a compreensão pública de assuntos e problemas sociais ligados ao meio ambiente por meio da análise dos conflitos de alguns agentes na cidade do Rio de Janeiro. Uma das conclusões do estudo é de que embora haja uma oposição clara e conflitiva entre visões de mundo “antagônicas, e “irreconciliáveis”, este embate não se pauta necessariamente pela defesa intransigente da natureza ou pela ideologia do progresso, mas antes de tudo por uma luta em torno do uso do solo. Tal fenômeno tem sugerido mudanças no caráter dos conflitos ambientais, conferindo-lhe novas tipologias. Isso tem ocorrido, segundo Fuks (2001), por conta de um processo de circulação e assimilação sociais mais amplas pela discussão sobre meio ambiente, especialmente no espaço urbano.

Trata-se de um processo de incorporação e redefinição de sentido, em que setores envolvidos em conflitos ambientais tomam parte em um duplo processo. Envolvendo de um lado a difusão social da temática ambiental, e de outro, a elaboração de versões específicas que contribuem para definição de meio ambiente (FUKS, 2001, p. 217).

Essa dimensão, contudo – reconhecida como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável– parece mal posicionada nos jogos de poder dos discursos sobre a cidade sustentável. Ao contrário, ele tem sucumbido diante da lógica da “cidade empresa”, garantidora da produtividade e competitividade global, onde se criam novas formas administrativas governamentais e instâncias regulatórias voltadas tanto para a sustentabilidade como para a sustentabilidade urbana (ACSELRAD, 1999).

As tensões oriundas dessa diferença se localizam também no campo da produção desses discursos, por meio de conteúdos e práticas, e se expressam através de uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade requerida por diversos agentes. Como observa Acselrad (2009, p. 45):

os ecólogos parecem mal posicionados para a disputa em um terreno enraizado pelos valores de produtivíssimo fordista e do progresso material. A visão sociopolítica tem se restringido ao esforço de ONGs, mas especificamente na atribuição de precedência ao discurso econômico, pretendendo inclusive a precedência ao discurso de equidade, com ênfase no âmbito das relações internacionais. Melhor se apropriou da noção até aqui, sem dúvida, o discurso econômico, pretendendo, inclusive, a preexistência da mesma na teoria do capital e da renda de Hicks.

Neste sentido o autor sugere que as noções de sustentabilidade, sejam elas mais ou menos vinculadas às perspectivas do planejamento empresarial das cidades, oferecerão uma oportunidade para se pensar em uma “ecocracia emergente”, fortalecidas pela criação de instâncias governamentais e regulatórias. Acselrad (2009) aponta, neste contexto, três representações discursivas distintas da cidade: a representação tecno-material da cidade, representação da cidade como espaço de qualidade de vida e representação da cidade pelas legitimações políticas do desenvolvimento.

Na representação tecno-material das cidades, como observa Acselrad (2009), há uma reprodução adaptativa das estruturas urbanas relacionadas aos modelos de "racionalidade energética" e "metabolismo urbano", surgidos da interação de conceitos da ecologia e da economia. É uma concepção que sofre bastante influenciadas ideias neomalthusianas na hipótese de um "limite da capacidade urbana", notadamente vindas da ecologia radical. Uma cidade sustentável, dentro destes preceitos, reduziria o consumo de energias fósseis e outros recursos materiais, exploraria os fluxos locais, aumentando estoques de energia e reduzindo o volume de rejeitos.

Outro fator que estaria ligado a racionalidade eco energética é a distribuição desigual de recurso e populações no espaço. A pressão da concentração da população e de serviços acarretaria em maior pressão sobre o meio físico, e os recursos ambientais urbanos. Deste modo:

Tal representação das cidades aponta para novos modelos técnicos do urbano, fundada na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de matéria e energia. Para reduzir o impacto entrópico das práticas urbanas, caberia adotar tecnologias que poupem espaço, matéria e energia, e sejam voltadas para a reciclagem de materiais (ACSELRAD, 2009, p.55).

Neste processo o planejamento urbano teria a função central de garantir a diminuição da perda energética e promover a desaceleração desse processo por meio do investimento em técnicas e tecnologias cada vez mais eficientes, do ponto de vista da racionalidade econômica.

Não por acaso, a forte presença desta racionalidade faz com que, esteja presente neste discurso a crença do mercado enquanto instância reguladora da cidade por excelência. Nesta forma, conduzir à cidade ao futuro, segundo essa lógica, corresponderia a garantir à cidade a competitividade e a produtividade. Expressões desse pensamento estão na tentativa de promover inovações técnicas ou numa racionalização do espaço. Podem ainda ser encontradas em projetos de mudança urbana como apresenta Acselrad (2009, p.83).

A concepção da sustentabilidade como trajetória progressiva em rumo à eficiência ecoenergética é normalmente acompanhada da constituição de uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana, pela via da “educação ambiental”, da disseminação de uma “consciência ecológica”, de projetos comunitários de reciclagem ou pelo engendramento de uma “economia da reciclagem.

Quanto a representação da cidade como espaço de qualidade de vida, mostra-se uma tentativa de opor-se aos componentes mercantis e técnicas representadas pela representação anterior. Para legitimar esta visão, segundo Acselrad (2009), são evocadas novos modelos de ascetismo e de pureza, no sentido de colocar a natureza como oposto da materialidade produzida pelo homem, para questionar as bases técnicas do urbano. Está ainda ligada a implicações sanitárias, que se opõem fortemente às atividades industriais que, por meio da emissão de líquidos e gases poluentes, imporiam um consumo forçado de mercadorias “invendáveis” ou do modo de consumo destas mercadorias.

No entanto, esta concepção também está associada a questões não-materiais da cidade, quando associada ao seu patrimônio. Evoca-se, desta forma o caráter indenitário, valorativo e heranças construídas ao longo do tempo. Sobre isso, Acselrad (2009, p. 60), observa que:

A perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais significados, eventualmente “naturalizados”, pode inscrever-se tanto em

estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes as suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético ou cultural em sentido amplo, de modo a atrair capitais na competição global.

Outro contexto no qual esta representação se coloca é na consideração da forma urbana como fundamental para a sustentabilidade da cidade. Assim a noção de cidade compacta, sobretudo na Europa, é admitida com certa simpatia por conseguir aliar eficiências ecoenergética e qualidade de vida. Mesmo assim, esta não é uma concepção consensual dentro dos que defendem a qualidade de vida nas cidades (ACSELRAD, 2009).

Por fim, a representação da cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas refere-se às condições de construção política das bases materiais da cidade. Sendo assim, o fator de insustentabilidade se apresentaria quando as políticas públicas urbanas não conseguem atender as demandas sociais, provocando assim um desequilíbrio entre as necessidades sociais cotidianas, as demandadas por serviços urbanos e os investimentos em redes de infraestrutura. Neste sentido, Acselrad (2009, p. 63) apresenta a crise de legitimidade das políticas urbanas relacionada à:

Insuficiente adesão a racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos, ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviços. O impacto material das políticas será, conseqüentemente, contestado seja pelo ângulo da concentração socioterritorial dos benefícios.

Como se pode perceber esta é uma das representações que mais se foca no processo político da sustentabilidade urbana, mas que em muitos casos está relacionada a um planejamento “empresarial” das cidades, como sugeriu Acselrad (2009).

Todas estas representações, embora tenham sido feitas de modo bem sintética, podem ser um ponto de partida interessante para o que se pretende fazer neste trabalho, posicionando o discurso midiático sobre a sustentabilidade das cidades dentro de um campo de representações muito maior, e de algum modo, no que interessa, entender como estes mais diversos discursos são (re)construídos e posicionados dentro do próprio discurso midiático sobre sustentabilidade das cidades. Entende-se, ainda, dentro desta perspectiva, que boa parte destas representações estão ligadas quase que de maneira integral a questões do desenvolvimento material, tecnológico e econômico da cidade. No entanto representações da sustentabilidade enquanto um problema também social, como apontaram Magalhães (2006), Jacobi (2004), Limonad (2013), Fuks (2001) e Acselrad (2009) tendem a ser diluídas neste campo de discussões.

4 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO SOBRE A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES

Como se tentou defender até aqui, a noção de cidade sustentável é atravessada por diversas correntes de pensamento que marcam posições importantes no campo ambiental. Seu discurso pretensamente conciliador não consegue, no entanto, apagar os conflitos de interesses entre lógicas distintas, sendo interpretado pela sociedade a partir dos mais variados aspectos. O campo jornalístico é um dos campos nos quais esses sentidos são reconstruídos e colocados em visibilidade social, reforçando determinados aspectos em detrimento de outros.

Na verdade, o jornalismo apresenta algumas problemáticas específicas quanto a esta questão, o que nos leva, neste capítulo, a considerar com mais detalhamento, como os discursos são produzidos dentro deste campo e desta forma como podem interferir nos sentidos atribuídos à discussão da sustentabilidade nas cidades. Iniciaremos esta apresentação mostrando como as questões da pauta ambiental começaram a fazer parte do universo do jornalismo realçando as tensões que emergem destas aproximações. Para explorar melhor estas problemáticas, apresentaremos algumas características do campo do jornalismo e suas crenças, os processos de seleção e produção da notícia e a hierarquização desses discursos por meio do enquadramento das notícias.

4.1 Jornalismo e a questão da sustentabilidade: uma aproximação problemática

Segundo Fante et al. (2015) a primeira entidade de jornalismo voltada a questão ambiental foi a *Journalistes – écrivains pour la nature et l’écologie*, em 1968 em Paris, no entanto a discussão sobre o tema apenas se tornou pauta mais frequente do jornalismo em âmbito internacional a partir das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de 1972 em Estocolmo, incentivando criação da *Society of Environmental* em 1990 nos Estados Unidos. Na imprensa brasileira, embora algumas abordagens sobre a problemática da relação homem natureza já fossem presentes, o tema passa a se destacar apenas na década de 1960, sendo as reportagens do jornalista Randau Marques sobre trabalhadores da indústria de cortume que sofriam com contaminação por chumbo no interior de São Paulo, a experiência mais expressiva da época. Reportagens desse período, aliás, marcam, segundo Victor (2009) uma fase na qual havia certa militância em torno da causa em alguns setores da imprensa que incorporaram melhor esses valores. No entanto, podemos dizer que em muitos casos eram

pautas ainda marcadas por ideias do ambientalismo radical, notadamente no tom do “Limites do Crescimento”.

Mas o evento mais emblemático para a cobertura da temática das questões ambientais no Brasil foi a realização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992. Um evento de tal magnitude e ineditismo, demandou uma cobertura jornalística mais criteriosa de um assunto ainda muito restrito ao campo acadêmico, o que motivou a realização de seminários sobre o assunto pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJI) em Brasília em 1989. A partir daí houve a tentativa de criar várias entidades regionais que pudessem cumprir o papel de disseminar e compartilhar informações entre os jornalistas que faziam a cobertura desta temática (FANTE et al., 2015).

Esses grandes eventos globais sobre as questões ambientais e a institucionalização do movimento ecologista, sobretudo a partir da década de 1980, contribuíram para popularizar as terminologias sobre meio ambiente e, para além de ampliar o debate social, estimularam uma disputa entre os diversos agentes tanto pela legitimidade em falar sobre sustentabilidade como dos modos corretos de se pensar tais questões (ACSELRAD, 2009). O jornalismo se inseriu nesse campo de disputas, como observa Shwaab (2011), em um estudo sobre o discurso do verde nas capas de revistas da editora Abril.

Quando o jornalismo discursiviza um lugar para si, obrigatoriamente se posiciona em relação a outros lugares. Construir um lugar de saber dizer, reforçado pela tríplice base MPS, institucional, editorial, mercadológica indica que a vontade de verdade das revistas não está apenas no entrelaçamento democrático das vozes, mas no reconhecimento da configuração de um ator competente a enunciar soluções: avalia, categoriza, edita guias, abarca a totalidade, estampa a verdade (SHWAAB, 2011, p. 92).

Assim, dentro da discussão da temática ambiental, não podemos entender o jornalismo como isento das disputas uma vez que, ao mesmo tempo em que trabalha na tentativa de se colocar como mediador das diversas vozes que participam do jogo do dizer ambiental, ele se coloca como espaço legitimador destes discursos. Tal ideia fica mais clara quando a própria editora Abril lança um projeto editorial denominado Planeta Sustentável, abrangendo uma série de publicações nacionais. A sustentabilidade, muito além de pauta, passa a ser admitida como um valor simbólico significativo e que, portanto, merece um tratamento editorial mais engajado (SHWAAB, 2011).

No entanto uma questão sempre levantada em relação as coberturas jornalísticas ambientais, é quanto a dificuldade da ampliação das vozes e diversificação das abordagens. Costa (2006) apresenta o exemplo da cobertura jornalística sobre queimadas na Amazônia

feita pelos principais jornais da imprensa brasileira e internacional em três décadas e meia. Segundo a autora, na década de 1970 a cobertura sobre o problema ainda era pontual e não se constituía no principal foco das matérias. Os jornalistas eram a principal voz do discurso neste período. Na década posterior, 1980, alguns fenômenos climáticos, motivaram um número significativamente maior de matérias e artigos sobre o problema das queimadas, muitas delas marcada por um tom de alerta ambiental. As vozes do discurso também passaram por uma complexificação, incorporando agentes como os madeireiros, empresas locais, instituições científicas, órgãos governamentais, estes últimos em sua maioria.

Na década de 1990 houve uma intensificação da cobertura jornalística sobre os temas, sobretudo a partir dos anos de 1992, com a realização da Eco 92 no Rio de Janeiro e outros eventos climáticos importantes. As fontes mais citadas continuavam sendo as fontes governamentais, no entanto, passou-se a dar maior destaque os institutos de pesquisa de Universidades, ONGs e Organismos Internacionais. Nos três primeiros anos da década de 2000, apresenta-se uma ampliação de temáticas relacionadas à sustentabilidade, no entanto com uma cobertura jornalística menos intensificada por conta do aumento das chuvas neste período que conteve o avanço das queimadas. As vozes predominantes foram as do campo científico, e as ONGs do campo ambiental.

O estudo de Costa (2006) mostra que, de alguma forma, o desenvolvimento do tema na cobertura da imprensa se deu à medida em que, primeiro, houve a intensificação da ocorrência das queimadas mas principalmente a partir da forte influência de discursos transversais do campo científico, político e ambiental, não sendo tão marcado por discursos de outros grupos. Isso talvez aponte um cenário muito mais complexo no tratamento dos temas ambientais, no qual alguns agentes estão mais legitimados a falar que outros e por isso detêm maior poder na disputa pelo dizer ambiental (COSTA, 2006).

Questão parecida já era apontada na década de 1990 como um dos desafios para o tratamento das questões ambientais, a partir da sua diversificação de olhares e contextos, entendendo-a dentro de perspectivas mais amplas e articuladas.

Estes tipos de cobertura jornalísticas apresentam abordagens política, econômica, social ou científica que podem ser destacadas ou mescladas numa mesma matéria ou reportagem, dependendo da linha editorial da reportagem. No entanto é inegável que a imprensa brasileira, quando se trata de meio ambiente, tem dado maior destaque às denúncias e á abordagens políticas – privilegiando as fontes oficiais- em detrimento das abordagens sociais, econômicas, e principalmente científicas, e das fontes oriundas destas comunidades (OLIVEIRA, 1996, p. 63).

Referente à cobertura de problemas ambientais urbanos, Belmonte (2004) aponta a dificuldade de contextualizar e dar complexidade às problemáticas trabalhadas, fazendo com que a cobertura volte a sua atenção para a factualidade dos momentos de crise, como os desastres e conflitos ambientais como enchentes, deslizamentos de terra, poluição da água e se afaste de outras posturas mais analíticas. O autor defende que o jornalista abandone formas de abordagem que apenas descrevem a crise ambiental por que elas não contribuem em nada além de alarmar a população, sem ajudá-la a encontrar saídas. A contextualização dos fatos, portanto, é um dos grandes desafios do jornalismo, e, sobretudo, na cobertura de assuntos ligados às cidades.

Bueno (2007), defende ainda que o jornalismo deve admitir o saber ambiental não como privilégio a determinadas instâncias especializadas, mas sim a articulação de múltiplos saberes presentes na sociedade. Para tanto, o jornalismo deveria incorporar uma visão inter e multidisciplinar que faça frente à tendência de fragmentação imposta pelos modos de produção jornalística.

A adoção de tais posturas, entre outras, segundo Bueno (2007), subsidia o jornalista para que este possa desempenhar ao menos três funções essenciais diante da problemática ambiental, quais sejam: a informativa, a pedagógica e a política. Na primeira, deve atender necessidades do cidadão, do conhecimento de determinados temas da questão ambiental, como considerando os impactos que determinadas posturas, processos, e modelos causam ao meio ambiente. A função pedagógica diz respeito à identificação de causas, soluções e indicação de caminhos para a superação dos problemas ambientais. Quanto à função política, ela diz respeito a iniciativa mobilização dos cidadãos para se posicionarem contra os interesses que estão por trás do agravamento dos problemas ambientais e também está relacionada à vigilância do poder quanto ao cumprimento de seu papel dentro desta questão.

Contudo, uma vez admitindo tais funções, devemos também refletir sobre a sua problemática viabilidade. Informar é função primordial do jornalismo, mas o que informar dentro de um universo tão amplo de possibilidades como é a questão ambiental? Bueno (2007) adverte quanto à problemática da redução da cobertura jornalística a um olhar, que tem contribuído para a leitura negativamente comprometidas e a legitimação de conceitos inadequados. Redução da complexidade nos leva a pensar que é inevitável que haja uma atribuição de valor dos fatos para que se criem critérios de seleção do que deve compor o produto jornalístico, ou seja, critérios do que deve ou não ser noticiado. Esse processo de seleção, por sua vez, implica inevitavelmente na escolha de uma posição de fala, ou seja, uma perspectiva a partir da qual se pretende falar sobre determinado fato.

Tais hipóteses estão relacionadas, na verdade, a questões de fundo do fazer jornalístico. Suas formulações e tentativas de respostas estão, portanto, ligadas à análise de características específicas das rotinas e processos de produção da notícia e o contexto no qual estão inseridas. Nas secções seguintes problematizamos e tentamos aprofundar essas questões.

4.2 O jornalismo e a construção social da realidade

Podemos considerar o jornalismo como campo de atividades autônomo, no entanto que sofre forte influência ao longo do tempo do campo econômico e do campo político, o que torna a consideração da presença destes dois polos como inevitáveis para o entendimento do jornalismo enquanto atividade profissional (BOURDIEU, 1997). A interferência do campo político, por exemplo, de certo modo, está posta desde os primeiros anos de constituição do jornalismo como atividade, no século XVII, quando as publicações passaram a se voltar a eventos políticos da própria cidade onde eram sediadas. Tal relação de tensão entre a mídia e as instâncias de poder motivou em grande parte as lutas pela liberdade de imprensa (TOMPSON, 2011).

Quanto ao campo econômico, há uma relação histórica, mas que sofreu grandes transformações a partir do início do século XIX, quando as instituições de mídia passaram a se tornar empresas de interesses comerciais de grande escala. Tal processo resultou também numa maior concentração dos recursos em muitos setores da indústria e isso definiu em grande parte, o prestígio social destes meios e a posição que essas empresas ocupam hoje no campo da comunicação e do jornalismo em particular.

Com o aumento do número de leitores, a propaganda comercial adquiriu um importante papel na organização financeira da indústria; os jornais se tornaram um meio vital para a venda de outros bens e serviços e sua capacidade de garantir receita através de anúncios ficou diretamente dependente do tamanho e do perfil de seus leitores (THOMPSON, 2011, p. 111).

A inclusão da importância do leitor neste cenário, no entanto, mostra que, mesmo que haja uma interferência parcial de agentes econômico e políticos, as análises não podem se reduzir à mera influência externa destes no fazer jornalístico. A ideia de campo, portanto, pressupõe relações de poder, dentro de um cenário de desigualdade entre agentes dominantes e dominados, no qual vários destes buscam estratégias e táticas ou para manter o *status quo* ou para transformá-lo. O campo, portanto, é um espaço de relações dinâmicas e específicas. A concorrência pelo leitor, como aponta Thompson (2011), por exemplo, que, em último caso pode ser considerado como uma concorrência por uma fatia desse mercado jornalístico,

pode ser traduzida pela disputa entre os veículos de comunicação, se não pela melhor informação, pelo menos pela informação que mais agrade a este cliente/leitor (BOURDIEU, 1997, p.57-58):

A concorrência econômica entre as emissoras ou entre os jornais pelos leitores ou pelos ouvintes, ou como se diz, pelas fatias de mercado, realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o *furo*, a informação específica, a reputação na profissão e etc. e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita as restrições ligadas a posição do órgão de imprensa considerado nas forças e econômicas e simbólicas.

Desta forma, podemos entender o campo do jornalismo também como contendo valores específicos que interferem e guiam seus integrantes no desenvolvimento das atividades. Desta forma, é necessário que entremos nas nuances desses valores e crenças a fim de compreender, munidos com maior número de informações possíveis, as problemáticas levantadas anteriormente.

Partiremos dessa compreensão a partir da notícia, que é um elemento central do fazer jornalístico. Ela foi durante muito tempo entendida dentro dos estudos da comunicação de massa e socialmente por meio da metáfora do “espelho da realidade”, ou seja, como se refletisse nada mais que a realidade observada pelos jornalistas, por meio de um processo objetivo. No entanto, como foi mostrado na seção anterior, os problemas de distorções da informação e a impossibilidade de construir uma narrativa mais complexa impõe a necessidade que haja uma seleção de alguns aspectos desta realidade. Neste sentido Gaye Tuchman (1973) apresenta ideia de que, ao invés de espelho, a notícia seria uma construção social da realidade, ocorrida ao longo de todo o seu processo de produção.

Isto nos leva a considerar, portanto, que toda a narrativa jornalística sobre a sustentabilidade da cidade é, em última consequência, uma construção discursiva outra, e que, por sua vez se distancia em grande medida da realidade ampla e complexa do debate sobre sustentabilidade nas cidades, a questão central, portanto é saber que elementos interferem nesta construção. Gaye Tuchman (1973), considera que este processo se opera e é influenciado não apenas por uma prática reflexiva do fazer jornalístico - aliás, muito menos por estas - mas também por constrangimentos e tensões que se dão dentro do próprio ambiente organizacional, as empresas jornalísticas.

Alsina (1993) por outro lado pondera que a construção social da realidade operada não se pode restringir apenas dentro campo jornalístico e sim na interação deste com o seu público. Segundo o autor ela se inscreve no nível da vida cotidiana e por um processo de institucionalização dessas práticas que torna a atividade jornalística como uma atividade

socialmente legitimada para construir a realidade social e torna-la realidade pública e socialmente relevante.

Para desempenhar esse papel, no entanto, o jornalismo é uma profissão que trabalha essencialmente com a “manipulação rotineira de emergências não especializadas” (TUCHMAN, 1973, p. 121). Isso quer dizer que cabe ao profissional do jornalismo organizar, no processo de produção da notícia, uma série de eventos inesperados, que ganham valor por serem, na visão compartilhada do campo, excepcionais. Partindo desta perspectiva, por meio de uma pesquisa participativa na década de 1970 uma rede americana de TV e um jornal de grande circulação na mesma cidade, essa mesma autora procurou entender como os jornalistas organizavam seu fazer diário diante da necessidade de lidar com eventos inesperados e como o contexto das organizações jornalísticas interferiam nesse processo.

Os resultados mostraram que, de uma maneira geral, há uma tipificação dos acontecimentos noticiosos pela forma como estes ocorrem e pela forma como são interpretados pelos que participam da organização em uma dada situação. A organização, por outro lado, por meio de sua rede de relações, cria também uma rede de informações que asseguram certa ordem das rotinas de produção da notícia e são especialmente fundamentais na hierarquização dos acontecimentos, principalmente os inesperados (TUCHMAN, 1973).

Os acontecimentos aqui descritos, no entanto, se referem aos acontecimentos noticiosos, descrito por Alsina (1993) como um fenômeno que implica a variação de um determinado sistema em um tempo determinado, ou seja, a ruptura da norma, a comunicabilidade do ocorrido, ou seja, se tem interesse público e que tenha implicação com o seu destinatário.

A seleção, no entanto, ressalta Wolf (1992), envolve ainda outros elementos que trazem à produção jornalística ainda mais complexidade. A seleção de um acontecimento implica ter noção de que este é um acontecimento e não uma causal sucessão de fatos que não possuem a necessidade da visibilidade. No entanto, todos os acontecimentos podem exigir a excepcionalidade e particularidade necessárias, o que envolve a necessidade de selecionar a partir de três princípios:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um facto desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável; 2. devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada facto ocorrido a um tratamento idiossincrásico; 3. devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada. Estas obrigações estão relacionadas entre si (WOLF, 1992, p. 92).

Neste sentido, num contexto macro, é preciso considerar as posições da empresa jornalística num determinado campo e as relações estabelecidas por ela a partir desta posição (BOURDIEU, 1997), mas também, as posições e as relações dos jornalistas dentro deste cenário e dentro da empresa jornalística, por meio de códigos, símbolos, retóricas e outras práticas profissionais naturalizadas. As análises a partir destas frentes fornecem uma substancial complexidade e permitem entender os critérios de noticiabilidade, ou seja, a “aptidão” em que determinado acontecimento têm para se tornar notícia (WOLF, 1992).

4.2.1 A objetividade jornalística e a cultura profissional

Partindo da perspectiva da cultura profissional, Traquina (2005), compreende o jornalismo como uma comunidade interpretativa cujos agentes especializados, os jornalistas, partilham certos valores comuns que produzem uma forma de olhar muito singular, dentre todas as outras. Uma forma de entender esta singularidade é através da dominação de determinados valores em relação aos outros postos em circulação dentro do campo jornalístico, que, com o passar do tempo, se estabeleceram como marca do grupo, ou, como denomina o autor da comunidade interpretativa jornalística. Não se pode supor, no entanto, que valores hegemônicos estejam relacionados à ideia de uma inércia. Tais valores, pelo contrário, podem ser postos à prova ou simplesmente relativizados diante de situações, conjunturas e contextos específicos.

A objetividade, neste sentido, pode ser interpretada como uma crença sob a qual todo o fazer jornalístico se baseia, estando todos os outros valores de alguma forma ligados à ela. A objetividade seria, portanto, o atributo profissional a partir da qual o jornalista neutralizaria suas tendências ideológicas e gostos pessoais, por meio do emprego rigoroso da técnica e dos procedimentos consagrados da profissão. Para Tuchman (1972) a objetividade é, antes de tudo, um ritual do qual os jornalistas se valem como estratégia de defesa das críticas e uma tática ofensiva para se precaver destas. Esta crença se estrutura por meio de procedimentos formais tanto do jornal quanto da notícia como apuração dos fatos, apresentação de mais de uma versão de um mesmo fato quando este se apresenta conflituoso, apresentação de provas auxiliares que comprovem a ocorrência do fato, o uso de aspas e a estruturação hierárquica das informações (lead).

Outra forma na qual a objetividade pode aparecer é quando da relação dos jornalistas com agentes de outros campos. Esta relação, segundo Tuchman (1972) é mediada pelo menos por três generalizações feitas pelo jornalista. Uma delas é de que toda fonte tem interesses a

defender e que, portanto, para ser considerada credível, ela tem que provar sua fiabilidade. Outra generalização é a de que pessoas que ocupam elevados postos na hierarquia, embora tenham algo a defender, estão mais creditadas a falar por que tem a sua disposição conjunto de fatos muito maior do que qualquer pessoa. A terceira generalização parte do princípio de que instituições possuem mecanismos de se proteger e proteger os que dela fazem parte, e por isso, o significado de uma afirmação ou de um silêncio devem ser analisados levando em consideração os conhecimentos que se tem dos procedimentos institucionais. Todas estas generalizações balizam o *newsjudgement* dos jornalistas (TUCHMAN, 1972).

Esse *newsjudgement* também é bastante influenciado pelo senso comum que neste contexto desempenharia o papel de definir se determinada informação será adotada como um fato, especialmente quando se está lidando com aquelas informações que não possuem ou não podem ser provadas documentalmente. Ou seja, se uma informação não tiver possibilidade de ser comprovada por meio de fontes e documentos e ao mesmo tempo contrarie o senso comum, tende-se a julgar a informação como desqualificada a compor o produto jornalístico (TUCHMAN, 1972).

Tal crença também foi uma construção histórica que se efetivou com a modernização dos procedimentos jornalísticos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a partir do século XIX se estabeleceu uma divisão mais clara entre os jornais informativos (*news*), especialmente os sensacionalistas, e os jornais de opiniões e análises (*views*). Esta distinção se deu especialmente pela crença de que, ao se afastar dos gêneros mais claramente opinativos, e se aproximar do rigor da técnica, haveria um acréscimo de credibilidade diante do público. A questão, é que essa visão vem sendo questionada desde a década de 1960, a partir da ideia de que esta também é uma forma de se velar o poder exercido por estes meios (MIRANDA 2005).

A separação tem sido usada como camuflagem para o poder, originando-se, no entanto, do desapontamento do olhar moderno que, por outro lado, favoreceu à crítica: esta volta-se não só a ideia de objetividade, revitalizada a fim de dar suporte a ideia de profissionalismo, mas a própria ideia de profissionalismo (MIRANDA, 2005, p. 118).

Não se pode supor, porém, que a profissionalismo tenha um papel dispensável na orientação de procedimentos mais adequados para o jornalismo, a crítica, portanto, não é essa. A questão principal é que os valores trazidos por este profissionalismo, cuja a objetividade parece ser a mais significativa, também tem sido usado para criar ideias distorcidas sobre papel e atuação destes profissionais na sociedade. Tuchman (1972) observa que este objetivo

nem sempre é alcançado e que nem sempre há ligação clara entre os procedimentos utilizados e tal objetivo.

De fato, tem se sugerido que esses procedimentos, 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que “os fatos falam por si”; 3) são um instrumento de descrédito e um meio de o jornalista fazer passar sua opinião; 4) são limitadas pela política editorial de uma determinada organização jornalística e 5) iludem o leitor ao sugerir que a análise é conveniente, ponderada ou definitiva (TUCHMAN, 1972, p. 890).

A objetividade enquanto valor principal, também está relacionada a alguns pré-requisitos criados para o bom exercício da profissão. Um deles é a exigência de técnica que se cria em torno da necessidade de se lidar com as dificuldades impostas pelo tempo. O imediatismo, segundo Traquina (2005), é um valor do “ser jornalista” e é celebrado e cultuado por membros deste campo como um valor de grande importância na qualidade do trabalho final dos jornalistas, seja através de uma apuração detalhada em um curto espaço de tempo ou mesmo a competência de conseguir transmitir uma informação primeiro do que os concorrentes, o furo, no jargão jornalístico. Dominar o tempo, portanto, e trabalhá-lo a favor da própria atividade é uma característica de competência profissional em jornalismo. Isso por que será preciso adquirir esta habilidade para poder ter uma boa performance diante das eventualidades que não puderam ser previstas pelo planejamento, problemática apontada por Tuchman (1973).

Outra competência bastante valorizada pelos profissionais da área é a capacidade de articulação de saberes específicos para desempenhar uma função, o chamado reconhecimento de precedentes. Segundo Traquina (2005) tal competência está relacionada ao “saber de reconhecimento”, por meio da qual o jornalista reconhece os acontecimentos que possuem valor enquanto notícia (noticiabilidade), e ao “saber de procedimento”, que diz respeito aos conhecimentos que orientam a escolha dos dados para a construção da notícia. Há ainda um terceiro, o “saber de narração”, que é a capacidade de compilar todas as informações estruturando-as em uma narrativa noticiosa.

Soma-se à essas competências ainda, a capacidade de domínio de uma certa linguagem com regras estilísticas específicas que permitem, com que a mensagem seja transmitida com o menor número de ruídos possíveis ao maior número de pessoas. Este saber narrativo (TRAQUINA, 2005) pode estar ligado também a uma capacidade de mobilizar estruturas narrativas ainda maiores, que se encontram num inventário de discurso sobre determinado tema. Assim, ao escrever uma matéria, o jornalista aciona um acervo de formas discursivas sobre tal assunto, como estratégia de construção e legitimação da notícia.

Segundo Barros Filho e Martino (2003), podemos ainda destacar como um traço desse agir jornalístico, ou habitus jornalístico, ou seja, estruturas estruturadas e estruturantes das ações do indivíduo formadas nas práticas sociais, a existência de ao menos dois traços importantes: a defesa articulada às críticas externas e a autocrítica. No primeiro caso Barros Filho e Martino (2003, p. 113) apontam que:

O exame das principais críticas ao jornalismo revela uma surpreendente unidade estrutural da escolha de argumentos, do foco dos ataques e as discriminações de procedimentos esperados e condenados e revela a vinculação da crítica livre a condições específicas de ação no campo jornalístico.

Essas noções são apresentadas ao profissional ainda na Universidade como forma de transferência de capital simbólico por meio da prática do jornalismo e da crítica a esta prática relacionadas a uma ideia de um “bom jornalismo. Este fato, no entanto, não elimina o paradoxo entre o ajuste de sua prática profissional aos mecanismos da sua crítica (BARROS FILHO; MARTINO, 2003).

A outra característica, a da autocrítica, se desenvolve num sentido de autolegitimação de suas práticas buscando uma independência – ou imagem de independência – que lhe assegura a credibilidade fundamental para a existência da profissão. Trata-se, portanto, os dois movimentos, de afirmação e legitimação profissional que em última análise, também são de autodefesa (BARROS FILHO; MARTINO, 2003).

4.2.2 Valores-notícia

Podemos entender, portanto, que todas estas características levantadas até aqui como componentes fundamentais da noticiabilidade é o conjunto de elementos dos quais uma organização jornalística se utiliza para controlar a quantidade e o tipo de acontecimentos que devem se tornar notícias (WOLF, 1992). Entretanto, mesmo que determinados valores, competências e o contexto da organização nos possibilite compreender a produção das notícias, é necessário ainda, pela própria característica profissional, que haja um guia que auxilie nessa seleção na prática do fazer jornalístico. Segundo Wolf (1992) este guia seriam os valores notícias.

Os valores notícia utilizam-se de duas maneiras. São critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até à redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público (WOLF, 1992, p. 83).

Partindo dessa ideia, é possível considerar que dois dos valores essenciais para a escolha da notícia é o da relevância e atualidade. A relação estabelecida entre as duas estão na base de todos os outros valores notícia. A relevância, um conceito complexo e bastante diverso, é descrita por Corrêa (2009) como a um sentido pragmático que orienta a presença do agente no mundo cotidiano, ou seja, é o que ele seleciona como importante para orientar suas ações na vida. No entanto há muitas formas de se fazer isso, sugerindo que a noção de relevância está muito mais ligada às questões de contexto culturais e sociais.

Quando analisamos detalhadamente a noção de relevância vemos que esta é uma qualidade que não emana directamente do acontecimento, como se o acontecimento se conseguisse isolar a si próprio como acontecimento. A relevância de um acontecimento é atribuída em função de contextos sociais e culturais (CORRÊA, 2009, p. 07).

Pensar, portanto, ainda que brevemente, na projeção de alguns tópicos sobre a sustentabilidade das cidades em detrimento de outros, nos jornais, por exemplo, é explorar a problemática para além dos fatos em si, e entender o sentido que estes fatos alcançam dentro da produção dos discursos na prática jornalística. Isto sugere compreender o fenómeno a partir desta interseção entre o campo do jornalismo e as conjunturas nas quais ele está inserido.

A noção de atualidade, por outro lado, parece ser de mais fácil assimilação. Está ligada em primeira instância à temporalidade na qual o acontecimento relevante precisa estar temporalmente próximo ao público, para se tornar jornalístico. No entanto este fato precisa ser, para este mesmo público, relevante para ser atual, sugerindo uma dependência entre as duas noções. Além disso, como sugere Corrêa (2009), a ideia de atualidade temporal também está ligada a uma construção social específica. Neste contexto, o autor destaca que:

Não se trata de simplesmente afirmar que um evento e o correspondente enunciado que se lhe refere é actual e relevante – isto é que existe urgência no seu conhecimento – porque os media informativos os anunciaram como tal: o evento terá uma actualidade que resulta da novidade da ocorrência que descreve e do impacto que o enunciado tem nas condições contextuais que o rodeiam (CORRÊA, 2009, p. 15).

Diante desta orientação dada pelo princípio da atualidade e da relevância, as narrativas jornalísticas acabam por configurar, deste modo, importantes formas de percepção da realidade. A incorporação da atualidade e da relevância pelo jornalista, ocorrida no âmbito das práticas e experiências profissionais, se transforma na consolidação de critérios indispensáveis para a prática de um dito “bom jornalismo”.

Na visão de Traquina (2005) estes valores-notícia acabam construindo nos jornalistas uma forma de ver específica, que privilegia a visão bipolar da realidade. Esta visão tenta encontrar sempre dois polos opostos dentro de determinado tema, no qual se enfoca o lado positivo e o negativo, pró e contra. Tal fenômeno ajuda a entender, por exemplo, por que muitas vezes os jornalistas não conseguem fazer notícias mais profundas sobre determinado assunto, optando por enfoques mais dramáticos.

Há, no entanto, uma distinção entre valor notícia de seleção e valores notícia de construção. O valor notícia de seleção seria o valor que servirá de critério para determinar o que de fato merece ou não merece o tratamento jornalístico, ou seja, é ou não é notícia. Aqui temos, portanto, a morte de uma pessoa notoriedade do indivíduo envolvido, a proximidade do fato com o público, a relevância do fato, o tempo, a notabilidade (tangibilidade) do fato, o conflito ou controvérsia, a transgressão de regras (infração) e o “escândalo” como exemplos. Por outro lado, dentro do contexto de produção da notícia: a disponibilidade para a cobertura do acontecimento, o equilíbrio no número de abordagens sobre o fato, a concorrência com outras empresas jornalísticas e o dia noticioso (quantidade de fatos com muitos valores notícia) são outros valores com os quais o jornalista seleciona os fatos que irá tratar (TRAQUINA, 2005).

Já os valores de construção são critérios utilizados pelos jornalistas para a inclusão de determinado elemento de um fato na construção de uma notícia, ou seja, os elementos destacáveis dentro de um acontecimento que darão “qualidade” à notícia que irá ao público. Neste sentido Traquina (2005) nos aponta alguns destes valores de construção, tais como: a simplificação dos fatos, amplificação dos fatos ou de suas consequências, a relevância do fato (dar sentido ao fato), a personalização dos fatos (destaque para as pessoas envolvidas) e por fim o reforço do caráter dramático dos fatos. Desta forma, acontecimentos que permitam operacionalizar estes valores são vistos como noticiosos.

É importante que percebamos que há uma espécie de valoração dos assuntos a serem tratados na mídia. A questão da sustentabilidade cidades, por exemplo, e a infinidade de temas que evoca, como a questão do destino adequado dos resíduos sólidos, habitação adequada, melhoria da qualidade de vida, acesso a recursos hídricos, dentre outros, são temas que não corresponderia às expectativas destes valores ao menos que estivesse envolto de intrigas que sejam interessantes aos media. Mas também não se pode desconsiderar as implicações específicas do contexto no qual se produzem a notícia, o que torna estes valores muito mais flexíveis em determinadas situações.

4.3 Enquadramento noticioso: a hierarquização de informação no discurso jornalístico

O estudo das características e critérios de noticiabilidade tem servido de alicerce desde a década de 1970, porém mais intensamente a partir da década de 1990, para a retomada dos estudos dos efeitos dos meios de comunicação na sociedade. Um deles é a hipótese da agenda setting ou agendamento, formulada por Dolnad Shaw e Maxwell McCombs no início da década de 1970. Ela diz respeito à capacidade que as mídias teriam de determinar, a partir de um efeito a longo prazo, quais os assuntos devem ser considerados mais relevantes pelo público.

Essa função é descrita por MacCombs (2009) como a forma na qual jornalistas, editores e diretores de redação, ao selecionarem aspectos de alguns temas da realidade social, influenciam a opinião pública. Como consequência deste processo, há a formação de uma agenda para além do campo da comunicação, a agenda pública, que em último estágio, fornece os primeiros alicerces para a formação de uma opinião pública, como resume o autor:

Os públicos usam estas saliências da mídia para organizar suas próprias agendas e decidirem quais assuntos são mais importantes. Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos mais importantes pelo público. A agenda da mídia, torna-se em boa mediada, a agenda do público (MACCOMBS, 2009, p. 18).

Segundo o autor, o agendamento ocorre por que há nas pessoas uma natural necessidade de orientação para que, a partir desta elas possam tomar suas decisões. Este fenômeno é descrito pelo psicólogo americano Edward Tolman como mapas mentais, teoria que se combina com a do pseudoambiente apontado por Walter Lippmann (1992) autor de Opinião Pública. Tal recurso, porém, é demandado, segundo MacCombs, a partir da dependência da relevância e incerteza de um determinado evento.

Uma vez havendo, em alguma medida, este poder midiático em estabelecer agendas do público, há também problemática da fiabilidade dos critérios de seleção destes tópicos. MacCombs cita Walter Lippman (1922) para argumentar que em geral as pessoas agem em resposta à um “pseudoambiente” criando pela mente, ou seja, por meio de uma imagem imperfeita da realidade. Nesta lógica, os critérios de seleção midiática dos tópicos importantes de serem discutidos é, grosso modo, uma leitura a partir de um “pseudoambiente” individual. O autor ressalva que isto não evidencia que a notícia é uma mera fabricação, mas considera que ela constrói imagens múltiplas da realidade.

Uma vez que não há nem a capacidade de coletar informações sobre todos estes eventos nem a capacidade de contar à audiência sobre eles, os jornalistas apoiam-se

sobre um conjunto de normas profissionais que guiam sua seleção diária do ambiente (MACCOMBS, 2009, p. 45).

Esta seleção diária como vimos, são guiados por critérios de noticiabilidade que tipificam os acontecimentos, e estão atrelados à premissa de Gaye Tuchman que entenda notícia como uma construção social da realidade. No entanto, o que MacCombs sugere por meio do agendamento é que, ao mesmo tempo em que as características e crenças profissionais, constrangimentos organizacionais, a instituição de critérios de noticiabilidade criam uma hierarquização dos acontecimentos, tal fenômeno, a longo prazo, têm efeitos semelhantes na hierarquização dos conteúdos de uma agenda pública, seja de forma direta ou indireta. Em alguns estudos empíricos, MacCombs (2009) chega a identificar certa correspondência entre os assuntos mais recorrentes nos meios de comunicação hegemônicos e os assuntos considerados mais importantes pelo público em um determinado período.

No entanto o autor também relativiza este poder midiático ao argumentar que nem sempre a agenda do público se pautará pela agenda da mídia. Segundo ele, o que determinará tal ocorrência é a necessidade de orientação que determinado acontecimento demanda, ou seja, quanto mais próximo determinado assunto estiver das experiências empíricas de determinada pessoa, em tese, menos ela demandará orientação por meio de uma agenda midiática (MACCOMBS, 2009). Em um contexto de crescimento de mídias alternativas, engendradas, sobretudo, pela popularização da internet, podemos acrescentar ainda nesta relativização que hoje a agenda pública estará cada vez menos dependente da uma agenda midiática hegemônica, uma vez que formas de interação pelas redes sociais virtuais e mídias alternativas tem se colocado com um papel de suprir a necessidade de orientação na qual, por vezes, as mídias tradicionais falham.

Em resumo, MacCombs (2009) argumentava que, diferentemente do que estava posto anteriormente sobre os efeitos imediatos dos meios de comunicação, a mídia não teria tanto êxito em dizer as pessoas o que pensar, mas com certeza são mais eficientes em dizer as pessoas como pensar. No entanto, observa Porto (2004), o novo paradigma começou a ser criticado pela sua falta de consistência em relacionar as preferências do público e a apresentação dos temas pela mídia, especialmente por não levar em conta variáveis do conteúdo.

Mas se de algum modo pode-se falar numa influência do jornalismo na saliência dos assuntos debatidos na esfera pública, outros estudos dos efeitos dos meios de comunicação acrescentam a essas ideias a possibilidade de esses mesmos meios possuírem roteiros interpretativos dos assuntos tratados, ou seja, sugerir não só sobre quais assuntos se deve

pensar (agendamento), mas como se deve pensar determinados assuntos (enquadramento). Tal efeito é denominado de framing ou enquadramento. O conceito tem sua origem ainda na década de 1950 nos estudos de Gregory Batson sobre psiquiatria, que partia do princípio de que as interações sociais são moldadas por quadros de sentidos que estão presentes na linguagem e se tornam identificáveis nas interações sociais. No entanto a apropriação e desenvolvimento desta ideia, por Erving Goffman em 1982, na obra “Frame analysis: an essay on the organization of experience” foi o que logrou ao conceito usos mais diversos.

Os estudos de Goffman tratavam dos processos de interação social em contextos mais restritos, se afastando de análises mais gerais da sociedade. Para ele, a questão “o que está acontecendo aqui?” tem a função de guia para orientar qualquer indivíduo nas suas interações a fim de saber a melhor forma de se colocar diante de uma dada situação. É através desta questão que também se chega ao enquadramento, que na definição de Goffman seriam os princípios que organizam e guiam os indivíduos em um determinado evento (GOFFMAN, 1986).

A utilização do termo na comunicação ocorreu pela primeira vez por meio dos estudos de Gaye Tuchman na sugestão de que os jornalistas guiavam suas escolhas por meio de quadros interpretativos, no entanto Entman (1992) salienta que a noção de *framing* neste campo se tornou problemática à medida em que, houve uma fragmentação do paradigma por conta de características específicas da comunicação. Para ele o centro deste processo está na relevância e na seleção que significa, em outros termos, “selecionar determinados aspectos da realidade percebida e torná-las mais salientes nos em um texto comunicativo de tal maneira à promover um definição particular, interpretação causal, avaliação moral, ou recordação do item descrito” (ENTMAN, 1992, p. 23).

O enquadramento, portanto, é um fenômeno que ocorre ao menos em três níveis: no comunicador; no texto e no receptor. No primeiro caso o enquadramento seria um guia consciente ou inconsciente, organizado por um sistema sistemas de crenças, no qual o jornalista se basearia para tomar suas decisões. No texto, no entanto, ela se manifesta pela presença ou ausência de certo conjunto de palavras, frases, imagens estereotipadas, fontes de informação, e frases que reforçam agrupamentos temático de fatos ou julgamentos de situações. Quanto ao receptor, é um pouco mais problemático estabelecer relações precisas entre os quadros que o orientam e os outros dois anteriores, uma vez que ele pode ou não refletir o enquadramento contido no texto e o do comunicador (ENTMAN, 1992).

Especialmente quanto a este último aspecto, Porto (2004) apresenta uma revisão de vários estudos que atentam para a relação entre os enquadramentos midiáticos e os

enquadramentos da audiência sobre determinados assuntos. Embora considere haver em alguns deles fragilidades pontuais, as pesquisas têm apontado frequentemente para esta relação, ao menos em contextos e temas específicos. Gamsonn (1992), citado por Entman (1992), levanta, por exemplo, a possibilidade da criação de forte poder sobre o campo jornalístico. Para ele a existência de um termo amplamente aceito, coloca limitações para quem questioná-lo ou desconsiderá-lo, uma vez que o público –alvo irá perceber e tratar esse jornalista como de pouca credibilidade. Não se pode presumir com segurança, no entanto, que quadros como esses produzidos dentro do campo jornalístico tenham por si só tal poder, porém é possível que, aliados a quadros mais gerais e universais igualmente cristalizados, eles possam fortalecer ainda mais determinada ideia.

Para Porto (2004) essa diferença de níveis impõe a necessidade de separação do enquadramento entre dois tipos: enquadramento interpretativo e enquadramento noticioso. Os enquadramentos interpretativos operam em um nível mais específico e estão geralmente atrelados a agentes de fora do campo jornalístico. Tratam-se, de padrões de interpretação de um determinado fato ou evento e incluem definição de problemas, avaliação sobre as causas e responsabilidades, recomendações e tratamentos, dentre outras.

Os outros tipos de enquadramentos propostos, os noticiosos, são:

padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros (PORTO, 2004, p. 92).

São, portanto, enquadramentos produzidos dentro do campo jornalístico, por meio um longo processo de construção da notícia, tal como foi apresentado brevemente nas seções anteriores. Porto (2004) salienta que estas diferenças estão baseadas na fonte dos enquadramentos, sendo no primeiro caso em atores sociais e políticos e no segundo caso nos jornalistas. Porém, mesmo agindo sob a crença da objetividade, é possível que o jornalista utilize tais agentes como uma forma de dizer e legitimar determinadas ideias que lhe parecem mais importantes.

Considerar a existência de enquadramentos para além do campo jornalísticos, é importante para entendermos os limites dos efeitos dos enquadramentos da mídia na sociedade. No entanto, para os objetivos desta pesquisa, nos centraremos exatamente nos enquadramentos noticiosos como principais elementos para a construção de um discurso recorrente sobre a sustentabilidade das cidades.

Para Rothberg (2011) há, neste sentido, alguns assuntos que podem seguir determinadas formas de enquadramento recorrentes a serem levadas em conta numa análise crítica de um produto midiático. No caso da cobertura política, por exemplo, ele aponta o enquadramento de “jogo” ou “corrida de cavalos” em que é dado maior valor às chances de vitória ou derrota de um candidato a um cargo público do que em suas propostas, o enquadramento “estratégico” em que vê cada ação do político como parte de um cálculo para poder alcançar seu objetivo, o enquadramento “episódico” que só enfoca fatos esporádicos do processo político e o enquadramento de “conflito” que dá atenção às dificuldades que este político tem de conseguir seu objetivo. Há, ainda, o enquadramento temático que leva o jornalista situar, por meio dos temas, os mais diversos aspectos da política e colocá-los no seu devido contexto.

O enquadramento, como demonstra Rothberg (2011), pode ser também um importante caminho para o entendimento e a análise do discurso de uma maneira mais crítica uma vez que permite a entender os caminhos e as escolhas do enunciador na produção e reprodução de um discurso. Quanto a esse aspecto da pesquisa que se desenvolveu neste trabalho, é possível identificar várias tendências e entendimentos dos procedimentos e de como entendemos que a análise do discurso deve se desenvolver, havendo por tanto uma ampla discussão e produção científica sobre esta área. Para efeitos mais práticos e para delimitarmos bem a perspectiva desta pesquisa, nos baseamos no entendimento de Teun Van Dijk pela ampla produção no campo do discurso noticioso que merece algumas considerações.

Teun Van Dijk (1990) considera o discurso do jornalismo, e por consequência, da notícia, como uma prática social institucional particular, produzindo um discurso igualmente particular. O estudo desta prática tem, segundo o autor, a vantagem por que estes receberam uma atenção específica ao longo do tempo, mas, por configurarem um campo autônomo de investigação, não está acessível aos desenvolvimentos correntes em outras disciplinas.

Desta forma a notícia pode ser analisada pelo seu componente textual e contextual. No primeiro se analisa as diferentes estruturas em diferentes níveis do discurso jornalístico e no segundo seus fatores cognitivos e sociais assim como as condições, ou limites destas estruturas textuais. Desta forma o autor pretende superar as análises que revelam as macroestruturas e microestruturas sociais da produção do discurso, e passa também a considerar de que maneira os produtores da notícia compreendem o fato e como estas compreensões dão forma aos textos jornalísticos (VAN DJIK, 1990).

Nesta perspectiva o autor sugere uma análise que se estenda por três aspectos da construção deste discurso: as estruturas textuais da notícia, a produção e compreensão. Nas

estruturas textuais da notícia deve-se buscar entender as particularidades do texto noticioso por meio da identificação fonológica, morfológica, sintáticas e semânticas do texto. Mas, além disso, o autor salienta para a importância da escolha do léxico (acervo de palavras) para referir determinadas ideias para revelar determinadas ideologias e opiniões ocultas do discurso.

Na produção parte-se do entendimento de que este é uma etapa que envolve tanto formas altamente complexas de processamento do texto como estratégias e representações cognitivas subjacentes a estes processos. Neste sentido os jornalistas, segundo Van Dijk (1990), constroem o que se pode denominar de modelo situacional, ou seja, uma estrutura de conhecimento episódica e subjetiva, a partir da qual ele assimilará a variada material fonte que se utilizará para produzir a notícia. A construção deste modelo, no entanto, também está ligada a argumentos do conhecimento genérico assim como por ideologias e ações globais. Este modelo é sugerido pela hierarquização e organização das informações jornalísticas no texto.

O processo de produção, seguindo a ideia da construção do modelo interpretativo anterior, tem como elemento importante o fato de que boa parte, das pessoas lembram apenas da macroestrutura das notícias que leram, e, a partir delas, constroem novos modelos interpretativos, o que pode, segundo Van Dijk (1990), resultar na generalização e descontextualização destes modelos.

5 ANÁLISE DO JORNAL DIÁRIO DO PARÁ

Os capítulos desenvolvidos até aqui podem ser resumidos em duas frentes. A primeira, capítulo 1 e 2, pretendeu problematizar as diversas noções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade presentes no movimento ambientalista e como essas noções, de um certo modo, se reproduzem na ideia de cidade sustentável.

A segunda frente, por outro lado, tentou apresentar por meio dos capítulos 4 e 5 a inserção do jornalismo na temática e quais as características peculiares do fazer jornalístico podem influenciar neste processo.

De uma certa maneira este capítulo é uma frente, na qual tentaremos estabelecer relações mais claras entre as duas últimas. Logo, explicaremos de início os pressupostos metodológicos que orientaram nossas escolhas e procedimentos desta pesquisa. Também será apresentada características mais gerais sobre nosso objeto, o jornal Diário do Pará juntamente com as justificativas de sua escolha.

5.1 O campo social como conceito interpretativo

Pierre Bourdieu, teórico para quem a teoria científica é um programa de percepção e ação que só se realiza no trabalho empírico, cunhou um conceito importante para nortear esta pesquisa: o campo social. Desta forma, podemos dizer que o campo social se estrutura através de um estado de relações de força entre agentes que estão engajadas na luta por um capital específico. A estrutura também está sempre em jogo, cujas lutas que se estabelecem têm por objetivo maior o monopólio da autoridade específica, ou, nas palavras de Bourdieu (1983, p. 32) “a conservação ou subversão da estrutura da divisão do capital específico”.

Neste espectro, aqueles que conseguem monopolizar o capital específico, que fundamenta a condição de autoridade, tendem às estratégias de conservação (ortodoxia) enquanto aqueles que possuem menos capital, portanto menos poder dentro do campo, tendem a subversão do campo (heresia). No entanto, mesmo estas estratégias de subversão ocorrem dentro de certos parâmetros dados pelas próprias regras que fazem o jogo existir, e que, portanto, devem ser mantidas sob pena de exclusão deste processo.

O campo social, segundo ele, nasce no processo prático da pesquisa como a intenção de fazer um contraponto à forma como se trabalhavam as mais variadas ciências, das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou ciências literárias. Para Bourdieu (1983), nestas disciplinas há uma oposição entre o formalismo que colocaria a arte num grau forte de

autonomia e um reducionismo que tenta relacionar diretamente as formas artísticas e as formas sociais, que, no entanto, não levaria em conta o campo de produção como espaço social de relações objetivas.

Partindo desta perspectiva de entender tais campos como relacionais, Bourdieu partiu da análise do próprio campo intelectual como campo autônomo de relações específicas e posteriormente aplicado ao campo religioso, através de uma reinterpretação das análises de Marx. Há, no entanto, uma influência forte da teoria econômica, levando Bourdieu a supor que a teoria do campo é, na verdade, uma teoria da economia dos campos, que se insere, portanto dentro da teoria econômica. A ideia diz respeito a um domínio autônomo, espaço de relações objetivas, no qual há disputas internas específicas que os caracterizam e diferenciam. Este conceito é central na obra de Bourdieu por que é por meio dele que se desenvolve toda análise social do autor, nas mais diferentes áreas do conhecimento.

No entanto, da mesma forma em que no conceito de campo, o conceito de habitus é construído, a partir da ideia de Hexis de Aristóteles e Etos de Hegel. Nasce da oposição as ideias de consciência ou do sujeito, bastante utilizadas nas ciências sociais. Foi uma tentativa segura, segundo ele, que o permitiu “romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica ou do homo economicus que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico” (BOURDIEU, 1983, p. 61).

O habitus decorre, portanto, de estruturas constitutivas de campos sociais constituindo-se, desta forma em um sistema de disposições duráveis predispostas a funcionarem como geradoras e estruturadoras de práticas e representações. Como destaca Bourdieu (1983), este processo ocorre de maneira a produzir práticas “reguladas e regulares”, no entanto sem fazer com que o agente o faça de maneira objetiva e consciente. Desta forma, segundo Setton (2002, p. 63), este seria um conceito que estaria na transição entre as características individuais e as coletivas.

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades.

A ideia de campo social, e o conjunto reflexões que ela traz nos serviu de ponto de partida para a compreensão das relações estabelecidas no âmbito da construção do discurso da sustentabilidade das cidades e de como o discurso jornalístico contribui nesta construção a partir da análise de matérias do Diário do Pará.

5.2 O jornal Diário do Pará

Segundo Castro (2012), a partir de uma interpretação geopolítica, é possível dizer que a Região Amazônica possui um sistema de comunicação midiática classificável nas seguintes categorias: os grandes grupos de comunicação; os grupos médios de comunicação; os grupos não sediados na região, mas que nelas possuem veículos próprios; os grupos religiosos de comunicação; os grupos de comunicação pública, estatal e educativa; as organizações de radiodifusão comunitária e as médias e pequenas empresas de comunicação. Segundo o autor, em toda região são cinco grandes grupos de comunicação, dentre os quais dois no estado do Pará. Têm como forte característica, além da atuação midiática, a atuação política e econômica.

O jornal Diário do Pará faz parte de um destes grandes grupos. Foi fundado em 1992, pelo governador do Pará à época, Jader Barbalho, no contexto de início da redemocratização do país. Ao longo dos anos, processos de modernização gráfica e de distribuição colocaram o jornal hoje como um dos mais importantes da região. Atualmente faz parte de um grande conglomerado de comunicação composto por emissoras de rádio como Rádio Clube AM, Rádio Diário FM, e Rádio 99, além do canal de TV RBA, Rede Brasil Amazônia filiada à Rede Bandeirantes. O Jornal possui ainda um portal de notícias e entretenimento, o DOL, que em alguns momentos compartilha parte das informações do jornal mais funciona também com conteúdo próprio.

O veículo possui ainda ligações políticas muito explícitas que remontam o contexto regional e as condições e objetivos de sua fundação. É possível observar tais ligações desde início no trecho da matéria do próprio jornal, pelo aniversário de seus 27 anos:

Ninguém podia imaginar que aquele panfleto impresso de maneira quase amadora, que funcionava como instrumento do PMDB contra a ditadura militar e da campanha vitoriosa de Jader Barbalho ao governo do Estado, se tornaria o mais moderno jornal impresso de todo o Norte e Nordeste do país (DIÁRIO DO PARÁ, 2016).

Os conflitos decorrentes da sua posição política têm sua expressão no campo da comunicação também por meio da concorrência com o jornal O Liberal, mais antigo que o Diário do Pará, porém, também com origens políticas. Segundo Pinto (2011), essa concorrência fez com que O Liberal criasse o tabloide Amazônia para capturar audiências nas classes C, D e E, público o qual Diário do Pará começava a crescer. A estratégia, segundo Pinto (2011), não deu certo e rebaixou O Liberal ao terceiro lugar em venda.

Outro ponto a destacar neste aspecto é que o jornal é o único no Pará que têm auditoria do Instituto de Verificação de Comunicação (IVG), instituição independente para sondagem de audiência no Brasil. Segundo dados do IVG publicados no site da Associação Nacional de Jornais, o Diário do Pará era em 2014 o 38ª jornal em tiragem, com 24.744 jornais ano.

De caráter popular, o jornalismo do Diário do Pará investe bastante nos cadernos de polícia e esporte, espaços do jornal que mais atraem os leitores. Dentre outros cadernos do jornal estão Brasil, no qual geralmente estão as matérias de economia e políticas nacionais, Atualidades, que são a principais notícias da cidade, Você, caderno de cultura e entretenimento, e Classificados, espaço comercial do jornal. É comum em ocasiões especiais como eleições e datas comemorativas, o jornal apresentar cadernos provisórios para tratar dos temas.

O jornal também tem investido em projetos de marketing editorial como é o caso do “Orgulho de Ser do Pará”, implementada em 2009. Inicialmente proposta do projeto era enaltecer as riquezas da região ressaltando aspectos como a história, cultura popular, religiosidade, belezas naturais entre outros aspectos. O projeto teve grande receptividade pelo público, e fez o jornal ganhar prêmios na área de Marketing, o que levou a mais duas reedições do projeto nos anos posteriores.

O mesmo projeto, a partir de 2013 entrou em uma nova fase, dessa vez através da campanha “Agentes do Bem”. Segundo o site do projeto, “O Agente do Bem tem por objetivo principal engajar o cidadão comum a mudar atitudes consideradas ruins e a espalhar bons exemplos”. A campanha foi desenvolvida ao longo de 2013 e 2014 e foi dividida em três etapas: Portadores de necessidades especiais e terceira idade; trânsito; Meio ambiente e lixo. Esta etapa do projeto também trouxe ao jornal alguns prêmios internacionais na área de marketing.

5.3 Seleção do corpus

Ainda no início do projeto de pesquisa, a intenção era perceber como os jornais da dita grande mídia local abordavam por meio de suas coberturas o problema da sustentabilidade urbana. No entanto, no decorrer da construção do projeto, com a ideia inicial amadurecida para compreender como são construídos os discursos da cidade sustentável, e nos momentos iniciais de sua execução, algumas dificuldades se impuseram.

Uma delas foi quanto a escolha do período. Pelo fato de ser uma área relativamente nova, o tema da sustentabilidade das cidades estritamente ganhou um debate social mais amplo a partir do final da década de 1990. No entanto, como foi possível ver na revisão de literatura, as coberturas midiáticas sobre temas ligados à sustentabilidade e ao meio ambiente aumentavam com a realização das grandes conferências sobre o tema, como a Rio 92 por exemplo.

Partindo deste princípio selecionamos a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio +20, a qual trouxe ao Brasil cerca de 45.381 pessoas e de 4.075 jornalistas, como marco temporal para a realização da pesquisa. Neste sentido, o período escolhido foi de julho de 2012 à julho de 2015.

No entanto, caso adotássemos como material todas as matérias produzidas pelo Jornal Diário do Pará neste período, o volume de informações a serem administradas seria muito grande e impossibilitariam a análise dada à natureza da pesquisa. Numa tentativa de delimitar essa quantidade recorreu-se à ideia da amostragem estratificada proposta por Sousa (2006), que propõe a escolha de algumas edições de jornal dentro do universo temporal delimitado anteriormente, seguindo certo padrão.

Neste sentido, partindo do mês de julho de 2014 elegeu-se todos os meses ímpares para a coleta do material. Dado a quantidade ainda elevada de matérias recorreu-se a mais uma estratificação, dessa vez pela escolha aleatória de três dias da semana: quarta-feira, sábado, domingo.

Porém, havia ainda uma outra dificuldade: que matérias poderiam ser consideradas com uma abordagem do assunto “sustentabilidade urbana”. Em primeiro momento se pensou em delimitar esse universo às matérias que contassem o conceito de sustentabilidade urbana, no entanto, por ser um termo pouco popularizado, era provável que poucas matérias fizessem referência a ele.

Pelo que já havia sido pesquisado, a noção de sustentabilidade urbana abarcaria uma adoção da perspectiva do desenvolvimento sustentável em vários temas que dizem respeito à cidade, como habitação, saneamento, transporte, segurança, saúde, entre outros. Neste sentido uma outra estratégia adotada foi a utilização dessas temáticas como referência para selecionar o material de análise, no entanto foi sugerido durante a qualificação do projeto que a escolha arbitrária dessa temática poderia comprometer o resultado final do trabalho.

Desta forma a seleção que pareceu mais viável foi relacionar matérias que abordassem temas que diziam sobre a cidade a partir da perspectiva da sustentabilidade, do

desenvolvimento sustentável ou do meio ambiente. Após todos esses procedimentos, chegamos a 38 matérias selecionadas e analisadas entre julho de 2012 e julho de 2015.

5.4 Procedimentos de análise

Para realizar a coleta das informações foi utilizada a análise crítica do discurso noticioso baseadas em Van Dijk (2010) e Sousa (2006) foi construída uma ficha para o levantamento, documento a documento, das informações que eram necessárias para a realização da pesquisa. Dentre as categorias analisadas estão tópicos das matérias, os elementos gráficos, os enquadramentos jornalísticos, as fontes, os procedimentos de objetividade e os procedimentos de persuasão, aspectos relacionados com o debate sobre sustentabilidade e jornalismo. A seguir descrevemos cada um deles mais detalhadamente e suas funções dentro da análise.

a) Tópicos:

Como sugere Van Dijk (2010), os tópicos de um discurso são uma sumarização, um resumo das ideias essenciais dos textos os quais podem evidenciar tanto a hierarquização das informações dentro do texto jornalístico quanto a sequência argumentativa apresentada sobre uma determinada ideia, e principalmente, o seu sentido global. Segundo o autor, os tópicos do discurso se estabelecem a partir de uma coerência local – relação entre frases de um texto - e são estabelecidas ao menos quatro regras para operacionalização deste processo: a) omitir; b) selecionar; c) generalizar; d) construir ou integrar. As orações selecionadas a partir destas regras guardam sempre uma coerência com os sentidos globais do texto e sempre estão implicadas semanticamente com as orações anteriormente e posteriormente selecionadas (coerência global). Tal análise compreende a articulação entre a análise dos títulos, subtítulos, intertítulos e os demais tópicos do discurso.

b) Elementos gráficos

Segundo Sousa (2006), está relacionado à aplicação do design no campo do jornalismo, com objetivos de atrair a atenção do leitor e organizar, articular e hierarquizar os conteúdos de um jornal. No contexto desta pesquisa as análises consideraram basicamente boxes de texto e “olhos” utilizados como forma de entender quais as ideias mais enfatizadas no texto.

c) Enquadramentos

Como foi mostrado anteriormente, enquadramentos são a perspectiva pela qual determinada matéria foi realizada e uma das maneiras de enfatizar determinadas ideias em detrimento de outras. Neste sentido os enquadramentos contribuíram para sabermos quais ideias eram mais salientadas ao longo dos relatos.

d) Fontes

As fontes são basicamente os entrevistados das matérias. Buscou-se uma categorização quanto aos tipos de fonte que segundo Schmitz (2011) podem ser: as fontes oficiais, as fontes institucionais, fontes especialistas, e fontes populares. Nesta pesquisa analisaremos as fontes a partir de suas funções no texto e do que elas falam com objetivo de saber o que qual sua função na construção do discurso de sustentabilidade das cidades.

e) Procedimentos de Objetividade

Segundo Tuchman (1972) os jornalistas se valem da objetividade como um ritual estratégico enquanto forma de defesa do fazer jornalístico e sustentar o discurso da imparcialidade. Sousa (2006) listou alguns desses procedimentos: identificação das fontes, contrastação de fontes antagônicas, imputação de opiniões, separação entre fatos/notícias e comentários e análises, verificação dos fatos em função da hierarquia das fontes quanto a credibilidade e representatividade. Buscou-se, através da identificação desses procedimentos compreender as ações dos jornalistas sobre determinadas matérias

f) Procedimentos de Persuasão

Apesar das regras de objetividade é possível perceber nos textos jornalísticos, segundo, Van Dijk (1990), alguns elementos que demonstram estratégias de persuasão do leitor para determinadas ideias. Dentre elas podemos destacar: menção as causas do acontecimento, encadeamento de acontecimentos numa relação de causa consequência, uso de argumentos e conceitos fornecidos e citação de especialistas e outras fontes que ajudem a legitimar uma ideia. O objetivo também foi compreender estratégias dos jornalistas de intensificação de determinadas ideia e perspectivas.

6 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES NO DIÁRIO DO PARÁ

6.1 Esclarecimentos iniciais

Foi possível perceber que o discurso produzido no âmbito de um veículo específico, o jornal Diário do Pará, é reflexo de um campo de relações que se estabelecem entre os ocupantes deste ambiente profissional e destes em relação a outros segmentos da sociedade. Assim, podemos descrever como fazendo parte do segmento estritamente profissional, os repórteres, editores e diretores do jornal Diário do Pará, para centrar naqueles que estão estritamente ligados à produção da notícia. Pela configuração natural de uma organização o poder de decisão maior na Direção e segue a sequência de editores e repórteres.

Por outro lado, como agentes intermediários desse campo estão assessorias de comunicação ou imprensa de instituições não jornalísticas, mas que têm algum interesse na temática da sustentabilidade. Essas também têm suas hierarquias, porém trataremos elas aqui por meio de sua função mais geral que é a de mediar a relação das instituições com a imprensa, e tentar inferir sobre como sua atuação pode influenciar no tratamento das matérias.

Como outro conjunto desse campo do discurso, temos as instituições interessadas na temática da sustentabilidade da cidade. No entanto dividiremos estas em pelo menos três segmentos distintos: as instituições científicas, as instituições oficiais, e as instituições sem fins lucrativos ou de caráter social.

As instituições científicas estão representadas por fontes ligadas às universidades federais e privadas do Pará, Institutos de Pesquisa, dentre outros. As instituições oficiais estão ligadas a secretarias estaduais ou municipais de saúde, saneamento, meio ambiente ou urbanismo. Já as instituições sem fins lucrativos ou de caráter social estão cooperativas de catadores, movimentos de cicloativismo, ONGs ambientais, entidades de classe, associação de moradores, dentre outras.

Todos esses segmentos estão atrelados por meio de um objetivo comum que é, a legitimidade em falar da sustentabilidade (ACSELRAD, 2009). Tentaremos entender, no entanto, se os sentidos de sustentabilidade defendidos por cada um desses agentes são coincidentes e qual é o papel de cada um nesta construção.

Parte-se do princípio, no entanto, que o polo mais forte desta produção é exatamente o ligado estritamente à organização jornalística. Porém, as formas de avaliação, seleção, categorização dos acontecimentos seguem uma complexidade bem maior do que uma posição fixa. Além disso, o discurso noticioso é construído por meio da interdiscursividade com

outros campos, o que traz uma possibilidade de discursos bem maior que puramente a visão da instituição jornalística.

Porém, é importante fazer uma ressalva quanto a este agrupamento. Ele segue uma lógica genérica dos agentes que, naturalmente, estão mais ligados a produção do discurso jornalístico sobre a sustentabilidade das cidades para os que estão mais distantes desta. Portanto, o fato de empresários, editores e repórteres ou de instituições de objetivos antagônicos ocuparem o mesmo grupo deve ser interpretado aqui apenas sob essa perspectiva, o que não quer dizer que produzam ou reproduzam o mesmo discurso necessariamente, como vai ser possível perceber com o avançar das análises.

Outro aspecto importante inicialmente é quanto aos enquadramentos encontrados no texto. Através de uma categorização, observando um conjunto de aspectos apresentados no capítulo 4 e por meio do quadro de análise, pudemos chegar a três formas básicas de enquadramentos: os enquadramentos propositivos, os enquadramentos temáticos e os enquadramentos episódicos.

Os propositivos apresentavam os temas de maneira ampla e com uma complexidade maior, geralmente incluindo análises. A característica preponderante é quanto a presença de elementos persuasivos em torno das ideias expostas. Da mesma forma que os enquadramentos propositivos, os enquadramentos temáticos também ampliavam o assunto sem se prenderem a um único aspecto ou fato. No entanto, não possuem intenções persuasivas maiores. Já os enquadramentos episódicos têm como característica marcante a exposição da temática a partir de apenas um aspecto ou fato.

Importante salientar que os enquadramentos aqui referidos dizem respeito a perspectiva predominante no texto, cabendo, no entanto, a consideração de que estes quadros dominantes interagem com vários outros quadros secundários no mesmo texto.

6.2 O discurso dominante

Apresentamos nos primeiros capítulos deste trabalho algumas diferentes perspectivas de entendimento da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável a partir de três posições do movimento ambientalista. Da mesma forma vimos como essas diferentes visões se conformaram no discurso de cidades sustentáveis e como produziram outras formas de entendimento. Portanto, a partir das análises feitas, encontramos a recorrência de um discurso dominante, presente em quase todos os tipos de enquadramentos. É possível dizer que, no geral, a cidade sustentável no Diário do Pará se apresenta essencialmente do ponto de vista da

eficiência eco energética, ligados às noções de sustentabilidade econômica. Este tipo de discurso está atrelado, sobretudo, às matérias cujo o tema principal são o do transporte, mobilidade e resíduos sólidos e se desenvolve a partir da premissa da racionalidade econômica dos recursos da cidade, da ênfase tecnológica como solução para os problemas urbanos e da conscientização ambiental como forma de promover a racionalização dos recursos.

As matérias analisadas apresentam na sua maior parte a conformação desse discurso, elas fazem parte do tratamento dado pelo jornal ao tema da cidade e da sustentabilidade:

Quadro 1 - Matérias analisadas.

Matéria	Data	Caderno/Seção
Testes já começaram nas praias da RMB	22/01/2012	Atualidades
Comitê verifica condições de catadores no "Lixão do Aurá"	07/03/2012	Atualidades
"Outorga onerosa" em debate	07/03/2012	Atualidades
MPF quer barrar repasse de recursos federais para o BRT	07/03/2012	Atualidades
Sesan começa limpeza do entorno	19/03/2012	Atualidades
Conflitos na orla da Estrada Nova	19/03/2012	Atualidades
Vida nas ilhas é lição para usar a água	20/03/2012	Atualidades
Ambulantes serão remanejados hoje	04/07/2012	Atualidades
Serviço precisa estar entre as prioridades	09/09/2012	Atualidades
Ações educativas marcam a data	22/09/2012	Atualidades
Sustentabilidade em destaque no evento	04/11/2012	Atualidades
CMB: oposição promete boicotar votação	11/11/2012	Atualidades
Uma Belém esquecida para os espaços de lazer	06/01/2013	Atualidades
Um potencial que precisa ser explorado	13/01/2013	Atualidades
Andar de bike é roleta russa	18/05/2013	Atualidades
Às margens do direito de morar bem	10/11/2013	Atualidades
Como uma bomba sobre a população	12/01/2014	Atualidades
Bosque Rodrigues Alves clama por manutenção	22/01/2014	Atualidades
Em águas paradas	29/01/2014	Atualidades
Trânsito: desafio coletivo	09/03/2014	Atualidades
Essa calçada é minha rua	15/03/2014	Atualidades
Malária: o cerco á grande Belém	15/03/2014	Atualidades
Obras colocam em risco mananciais	15/03/2014	Atualidades
Por um pedaço melhor	16/03/2014	Atualidades
Para desembarcar no futuro	04/05/2014	Atualidades
O problema é seu	18/05/2014	Atualidades
Todas as praias de Belém estão liberadas	02/07/2014	Atualidades
Lixo é dinheiro	19/07/2014	Atualidades
Um coração de lata	20/07/2014	Atualidades

Sem carros, Cotijuba esbanja atrações	13/07/2014	Atualidades
A arte de reciclar	13/07/2014	Atualidades
Moradores do Una cobram providências	06/09/2014	Atualidades
Belenenses ainda penam sem água	08/07/2015	Atualidades
Belém, cidade dos Ipês	11/01/2015	Atualidades
Praças em estado de abandono	14/01/2015	Atualidades

Fonte: Elaboração própria (2016).

Na matéria intitulada “Lixo é dinheiro”, por exemplo, o texto apresenta como cooperativas de catadores estimulam, a partir da reciclagem, uma economia emergente na cidade.

Os benefícios gerados pelos trabalhos realizados pelas cooperativas de catadores vão muito além de reduzir a quantidade de resíduos recicláveis que poderiam ir parar junto ao lixo comum. Isso por que essa classe trabalhadora exerce dois papéis fundamentais dentro da sociedade: eles são multiplicadores da consciência ambiental entre os demais cidadãos e também são responsáveis por movimentar a economia local gerando emprego e renda (SOARES, 2014, p. 06).

Segundo aponta Acselrad (2009), um dos principais aspectos dentro da visão de sustentabilidade enquanto eficiência ecoenergética é a ênfase nos aspectos mais econômicos e técnicos além da racionalização dos recursos. A temática também está contemplada em relatórios das Nações Unidas desde a divulgação do Relatório Brundtland, em 1987 e encontra ressonâncias em estratégias apontadas na Agenda 21 e no Habitat II. Para Acselrad (2009) o que está por traz desta ideia é a intenção de tornar a cidade produtiva com vistas a atrair investimentos e melhorar sua competitividade, uma lógica, portanto de mercado.

A mesma ideia também se apresenta sob a ênfase de soluções técnicas para os problemas ambientais urbanos. Na matéria, “Desembarcar no Futuro” temos um exemplo bem claro desta proposta. O objetivo é mostrar as opções mais avançadas de modelos de transporte existentes hoje no mundo e no Brasil e incentivar os leitores a conhecer aplicativos de trânsito que ajudam os usuários a contornar os problemas de mobilidade da cidade. Em um dos trechos, após abordar as opções de modelo de transporte público, a matéria apresentar modelos “mais limpos” de transporte individual:

Atualmente, modelos de veículos automotivos com maior senso de responsabilidade ambiental estão em desenvolvimento. Os carros híbridos que reduzem o consumo de combustível através da injeção elétrica de combustível já fazem com que o veículo rode 20 quilômetros à mais com um litro de combustível são tendência crescente e dentro de alguns anos devem se tornar padrão dentro da indústria. Mas novas formas de transporte também já visam a utilização de energia limpa (ALMEIDA, 2014, p. 14).

A utilização da tecnologia como instrumento de promoção da sustentabilidade é apontada por Jatobá et al. (2009) como uma das expressões do tecnocentrismo no movimento ambientalista. Segundo a autora esse discurso é sustentado pela lógica de que a sociedade, superando a fase pós-industrial, subsistirá as tecnologias mais pesadas por outras tecnologias que agridam menos o meio ambiente. Uma das críticas a esta visão é de que ao colocar a tecnologia como centro da discussão ela desconsidera outras formas mais determinantes na construção da sustentabilidade, como a desigualdade na distribuição dos recursos naturais e as relações de poder estabelecidas neste contexto por exemplo.

De uma certa forma a escolha de trabalhar a matéria nesta perspectiva, dentro da visão da sustentabilidade, evidencia a relevância dada a esse aspecto dentro das soluções para os problemas apresentados. É uma reprodução do discurso da cidade sustentável enquanto eficiência energética uma vez que propõe, a partir do investimento, a utilização de “carros híbridos” e outros transportes e “energia limpa”, uma racionalização dos recursos e resíduos, aumentando a eficiência do ponto de vista da racionalidade econômica.

Uma última forma na qual podemos compreender esse discurso no Diário do Pará é através de matérias cujo o objetivo é o engajamento em hábitos mais sustentáveis para a cidade. É o que ocorre, por exemplo, em uma matéria que apresenta soluções para o problema dos resíduos sólidos em Belém.

Na questão do combate ao lixo, também somos parte do problema por que produzimos o lixo, mas também por que temos a qualidade de vida afetada por ele. Desta forma antes de esperar uma ação do poder público devem partir de nós ações para superar esse problema (ALMEIDA, 2014, p. 18).

Neste trecho em específico podemos entender a ênfase nas atitudes pessoais do cidadão está atrelada à ideia de uma consciência ecológica em torno da racionalização material contidas neste discurso dominante. Como observa Acselrad (2009, p. 56), a concepção da eco eficiência muitas vezes está atrelada à “uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana, pela via da educação ambiental, da disseminação da consciência ecológica, de projetos comunitários de reciclagem ou pelo engendramento de uma economia da reciclagem”, e em algumas matérias foi possível perceber que este discurso é reelaborado na atitude de reforçar ou “dizer” que práticas são mais sustentáveis do ponto de vista da base material da cidade.

No entanto, a escolha das perspectivas dessas matérias não pode ser considerada isoladamente. Somam-se a elas o fato de que a maioria das matérias que construíam esse discurso dominante estavam ligadas ao projeto editorial Orgulho de Ser do Pará, por meio da

campanha “Agentes do Bem”. Segundo informações do site do projeto, o objetivo da campanha é “Incentivar o maior número de pessoas a debater novas ideias e a se envolver em ações, posturas, comportamentos e atitudes que ajudem a construir cidades melhores - combatendo problemas que estão ao alcance de todos, para além da intervenção do poder público”. Neste sentido, tais matérias tornam-se, não mais ações isoladas, frutos de um contexto específico das rotinas produtivas jornalísticas mais corriqueiras, mas uma ação mais clara e organizada intervenção na realidade.

A decisão de direcionar as campanhas para esses temas, a partir dessas perspectivas recorrentes, pode ser vista, tal como apontou Shwaab (2011), como uma construção “de um lugar para si”, na disputa pelo saber dizer no jogo em torno dos sentidos de sustentabilidade. Naturalmente essa construção tem suas nuances mais ou menos explícitas, porém, como toda campanha, devem representar de maneira mais evidente certos valores, e interesses da empresa jornalística.

O que é possível observar, portanto, é ao mesmo tempo uma reprodução do discurso dominante da sustentabilidade das cidades enquanto eficiência eco energética por meio da ênfase e relevância em determinados aspectos, assim como a aproximação a este discurso como uma forma de refletir, através deles, valores da própria organização, ou seja construção de um espaço do Dizer sobre a sustentabilidade nas cidades.

Essa construção, como pudemos avaliar, se distancia da dimensão social do desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ambiental, social e econômica). Deixa em segundo plano abordagens com perspectiva da justiça social, própria da ecologia política e da ênfase da humanização das cidades, questão levantada na Habitat II.

Porém, o fato de haver um discurso mais evidenciado por meio do processo de hierarquização das informações, não significa que não haja ao longo do conjunto de matérias, aquelas que fogem a este padrão. Foi possível encontrar, por exemplo, matérias que salientavam o problema de moradia na cidade atrelado a ideia de desigualdade social. Alguns outros casos enfocavam o problema do lixo pela perspectiva do conflito entre poder público e catadores, provocados pela implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos na cidade. Já em outros destacam o problema sob o ponto de vista dos conflitos entre moradores de áreas atingidas por problemas ambientais e poder público.

Notadamente, as considerações feitas dizem respeito a aspectos mais gerais, relativos ao discurso dominante encontrado. No entanto, o objetivo é que cheguemos ainda aos pormenores da construção deste discurso e qual o papel de cada agente neste processo. Os

próximos tópicos, portanto, discutirão essas ideias de forma mais específica, evidenciando outros elementos destacado nas matérias analisadas.

6.3 Os tópicos da notícia

Como já foi apresentado anteriormente, as matérias jornalísticas analisadas neste trabalho, podem ser divididas ao menos em três tipos de enquadramentos noticiosos, levando em conta o tipo de abordagem: o enquadramento propositivo, o enquadramento temático e o enquadramento episódico. Esses quadros dizem também respeito a uma hierarquização de informações dentro do discurso, provocando a atenção do olhar do leitor para alguns aspectos em detrimento de outros. Aqui mostraremos que relações estabelecem determinadas estruturas dos tópicos do texto com esses enquadramentos e como eles contribuem para reforçar a ideia dominante de sustentabilidade das cidades.

6.3.1 Enquadramentos propositivos

A partir dos procedimentos de estruturação dos tópicos dos textos de enquadramento propositivo, foi possível observar que eles reforçam a ideia de que há um certo engajamento em torno de uma ideia e, muito além de informar, há o objetivo explícito de sugerir soluções acerca das problemáticas apresentadas ou de sugerir práticas “mais sustentáveis” aos leitores. O primeiro exemplo que destacamos é de uma matéria que trata da mobilidade e do trânsito urbano sob o ponto de vista dos desafios. Publicada em 09/03/2014, a matéria “Trânsito: desafio coletivo” apresenta os seguintes tópicos.

Quadro 2 - Tópicos da matéria “Trânsito: desafio coletivo”.

Título: Trânsito: desafio coletivo
Subtítulo: O Pará soma mais de 2,1 milhões de veículos e têm desafios cruciais para a mobilidade urbana nas cidades paraenses Os impactos de hábitos e comportamentos no trânsito para as nossas vidas, para os nossos bolsos e para o nosso futuro são os temas da série de 24 matérias especiais que o DIÁRIO, veicula a partir de hoje dentro da nova fase da campanha Agente do Bem do Projeto Orgulho de Ser do Pará.
1 – A necessidade de deslocamento segue um desejo latente dentro das metrópoles atuais;
2 - Como conciliar todas as necessidades convergentes em nossas metrópoles com a impossibilidade cada vez maior de se locomover?
Intertítulo: planejar é preciso
3 - A crise na mobilidade das cidades é resultado de regiões que não se planejaram e não acompanharam o ritmo de crescimento da urbanização;
4 - Mais da metade dos veículos no país são automóveis individuais e no Pará o cenário é o mesmo;
5 - A lei de Mobilidade Urbana estabeleceu que até 1 de abril de 2015 que fossem elaborados planos de mobilidade urbana nas cidades com mais de 20 mil habitantes;
6 – A lei de mobilidade urbana estabelece prioridade aos meios de transporte não motorizados e individuais e, por fim, aos motorizados individuais;
7 - A falta de segurança e conscientização de motoqueiros, motoristas e ciclistas são fatores que impedem que os diversos sistemas de transporte convivam melhor;
Intertítulo: Desafio diário
8 - Tornar o transporte público mais rápido que os automóveis privados e primar pelo conforto dos passageiros é uma medida par minimizar o colapso no sistema de trânsito;
9 - Aumento da fiscalização e “Remodelação Semafórica” são outras soluções possíveis;
10 – A busca de informação e a educação do usuário também deve compor as soluções dos problemas de mobilidade.

Fonte: Elaboração própria (2016).

O título expressa uma definição clara da problemática apresentada, como podemos perceber pelo o emprego dos dois pontos. Neste caso, esta pontuação tem a função de sintetizar o que foi dito anteriormente, logo a mensagem que se deseja passar é a de que o trânsito deve ser pensado enquanto um desafio coletivo.

Aliás, o termo “Coletivo”, no contexto do discurso da sustentabilidade, tem significado importante. Como pudemos observar ao longo da discussão nos capítulos anteriores, a partir da Agenda 21, e com distensões em outras ações no bojo da sustentabilidade das cidades, noções como as de cooperação, responsabilidade compartilhada (setor público, setor privado, sociedade) passavam a fazer parte do vocabulário utilizado por vários agentes em torno da promoção das estratégias globais para se atingir o desenvolvimento sustentável.

No entanto, neste caso, embora a palavra sugira que vários agentes têm um papel na superação deste desafio, há uma ênfase em um dos elementos dessa coletividade: no papel do cidadão. Isto fica bem claro no subtítulo, no qual o primeiro período expõe alguns aspectos da problemática e a oração em seguida, os objetivos da série de reportagens que a matéria

inaugura. Estão relacionados ao impacto de “comportamentos” e “hábitos” no trânsito para a coletividade.

O emprego do pronome na primeira pessoa do plural, “nós” e dos pronomes possessivos “nosso/nossas” demonstra também uma flexibilização das estratégias de objetividade no jornalismo apresentadas por Gaye Tuchman (1975), que preconiza a impessoalidade no tratamento de uma temática em questão, geralmente marcada pelos pronomes “eles/elas” (ex. “disse eles”, “ela informa”, “explica o pesquisador”). Portanto, ao se colocar no mesmo patamar do leitor (“nós”), o jornal demonstra um envolvimento maior com esta pauta, e não com outras.

Analisando os tópicos subsequentes (subordinados aos títulos e subtítulos), podemos perceber que nos tópicos 1 e 2 há a introdução do problema do trânsito apontando-o como uma necessidade histórica. A partir do tópico 3 até o 7 são levantadas as principais causas para as dificuldades enfrentadas no trânsito, que vão desde a falta de planejamento até a falta de consciência do usuário. A partir do tópico 8 são apresentadas sugestões de soluções para o problema. Temos, portanto, uma estrutura que segue a seguinte lógica: apresentação do problema – levantamento das causas do problema – e sugestões de solução do problema.

A elaboração de matérias com uma estrutura mais complexa como esta - veremos estruturas mais simples nos enquadramentos posteriores - requer um certo investimento não somente em termos de capital econômico estritamente, mas de “tempo”, que no universo da atividade jornalística é um elemento importante de se destacar. Logo, há na temática valores - notícia, que qualificam o grau de noticiabilidade (TRAQUINA, 2005), que devem justificar a publicação da matéria – ou do conjunto de textos já que faz parte de uma série.

Sendo a relevância um dos principais valores-notícia do campo do jornalismo, ao qual estão atrelados vários outros, podemos dizer que a relevância do tema pode estar na proximidade que ele tem com o leitor. Considerando que o leitor médio do jornal é majoritariamente urbano, de metrópoles como Belém ou cidades médias do interior do estado, que enfrentam problemas comuns com o trânsito diariamente, a aposta em uma matéria que proponha “soluções” para o problema parece ser razoável.

No entanto é importante salientar que esta matéria, muito mais do que outras, se insere numa avaliação cujo os critérios de seleção especialmente sofrem uma grande influência editorial, já que é um conteúdo que faz parte de uma campanha do jornal, portanto, muito mais do que qualquer outro, deve refletir valores da organização. A matéria não pode, portanto, ser entendida dissociada de uma estratégia de uma organização de integrar a sua

imagem corporativa perante ao público, valores sustentáveis, como apontou Shwaab (2001) no capítulo 4.

Um segundo exemplo apresenta questões semelhantes quanto a estrutura do texto. É na matéria sobre a reciclagem de resíduos sólidos, publicada em 13/07/2014, com o título “Arte de Reciclar”, como é possível perceber no quadro a seguir.

Quadro 3 - Tópicos da matéria “A arte de Reciclar”.

Título: A arte de reciclar
Subtítulo: pequenos cuidados com o lixo em casa fazem toda a diferença para que cadeias inteiras de reaproveitamento de vidro, plástico, latas, papel e outros materiais funcione. Você pode mudar tudo.
1- Reciclar é um processo de transformação de resíduos sólidos que os convertem novamente na mesma matéria prima;
2- A reciclagem tem uma abrangência pequena no país;
3- 10% do lixo é reciclado e 18% da população tem acesso à coleta seletiva;
4- Há grande prejuízo anual por conta da falta de investimentos em reciclagem;
5 - Menos lixos nas ruas traria vários benefícios para a cidades e pessoas;
6- Uma das grandes dificuldades da reciclagem no Estado é a Logística;
7- Plano Nacional de Resíduos Sólidos é desconhecido pela população e Empresas;
8- O poder público não promove campanhas de conscientização, não promove a construção de ecopontos e não estimula cooperativas de catadores;
9- Apesar da falta de estímulo do poder público, existem pessoas que separam o lixo em casa;
Intertítulo: Trabalho Transformador
10- A figura do catador é importante na cadeia do processo de reciclagem;
11- A Lei de Resíduos Sólidos prevê o fomento e estimula da atividade de catadores;
12- Catadores sofrem preconceito e a falta de apoio das empresas para a coleta de lixo;
13 - Os catadores apresentaram um projeto para o governo do Estado para o estímulo de cooperativas no Pará.

Fonte: Elaboração própria (2016).

Está presente no título uma adjetivação implícita da atividade do catador. A frase expressa uma comparação do trabalho do processo de reciclagem com o processo artístico, conferindo-lhe significados positivos, sobretudo àqueles responsáveis por executar este processo, o que também fica explícito no intertítulo. No subtítulo coloca-se, no entanto, o contexto de tal comparação, sugerindo a importância que tem “os cuidados com o lixo em casa”, e fazendo uma interlocução direta com o leitor através do emprego do pronome “você”, colocando-o como um agente de mudança responsável pelo processo.

Essa interlocução com o leitor é reforçada na prestação de serviços nos boxes gráficos em verde dispostos no lado direito do texto, como é possível a seguir, na figura 1, nos quais é possível ver destacados números estatísticos sobre a reciclagem no Brasil e boxes com títulos

numa pauta como essa, portanto, pode se justificar pelo seu valor de importância que estes fatos trouxeram para o contexto da discussão sobre resíduos sólidos nas grandes cidades.

Quanto ao tratamento positivo dado ao trabalho do catador parece muito claro que este fato está necessariamente relacionado ao ano do início da implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o qual trouxe uma série de medidas que visam estimular a atividade e utilizá-la estrategicamente no contexto do tratamento adequado dos resíduos sólidos. No entanto, a imagem positiva construída por esses relatos também pode ser resultado de uma maior organização destes agentes por conta da luta pela legitimação do trabalho frente à instabilidade de transição entre a vigência das leis de então para as novas leis. A organização em torno de cooperativas e coletivos mais a visibilidade trazida pelo contexto da nova lei, conferem a este agente um capital midiático considerável que pode ou não se manter em outros momentos.

Alguns textos de enquadramento propositivo variaram um pouco quanto a forma e sequência lógica dos tópicos. No entanto, o centro estruturante da narrativa está no engajamento em torno de ações e políticas para o meio ambiente e sustentabilidade da cidade. Isto é possível ver na matéria “Para Desembarcar no Futuro”, que aborda o tema da mobilidade urbana. O texto, como é possível perceber, é preponderantemente composto de sugestões para o problema exposto:

Quadro 4 - Tópicos da matéria “Para desembarcar no futuro”

Título: Para desembarcar no futuro
Subtítulo: “Projetos inovadores vem traçando novos caminhos para a mobilidade das cidades há anos. Enquanto os investimentos não vêm e Belém ainda não mergulha em sua vocação regional, aplicativos compartilhados pela web e redes sociais melhoram aos poucos nosso dia a dia nas ruas, rios e calçadas. A lição: o trânsito muda quando você age e participa”
1- É momento de observar direções que o futuro apresenta sobre a mobilidade urbana e transportes;
2- Tecnologias e sistemas de transporte já utilizados e consagrados em outras regiões ainda não foram explorados em Belém;
3- O sistema de trânsito integral ou troncal é uma alternativa para Belém;
4- Em Curitiba é possível trafegar em ônibus de vias exclusivas e ir à vários lugares sem gasto extra com passagem;
5 – Um sistema integrado para Belém contribuiria para a economia das passagens;
6 – Investimento em transporte aquaviário deve ser outra alternativa para o transporte urbano;
7- O transporte aquaviário traria ganho de tempo aos passageiros;
Intertítulo: você é o trânsito
8- A utilização da informática e das redes sociais como suporte de mobilidade urbana deve se tornar tendência nos próximos anos;
Intertítulo: Onda verde
10 - Veículos automotivos com maior senso de responsabilidade ambiental estão sendo desenvolvidos;
11- muitos desses veículos são utilizam painéis de energia solar e reduzem o impacto ambiental
12- Há também ônibus que liberam pelo escapamento vapores d’água, melhorando a qualidade do ar liberado;
13 – “Não podemos perder o bonde que sai para o futuro”.

Fonte: Elaboração própria (2016).

A compreensão global do título só se efetiva por analogia com a compreensão do subtítulo. No subtítulo a primeira oração faz referência as tecnologias disponíveis para o melhoramento do trânsito enquanto a segunda e a terceira, exploram a possibilidade da utilização dessas ferramentas na própria cidade. Na última oração, a interlocução novamente aparece, convidando o leitor a ação, como é possível perceber no trecho “A lição: o trânsito muda quando você age e participa”. A “lição” a qual o texto se refere diz respeito à conclusão que se espera que o leitor alcance ao final do texto e é a ela que alude o título “para desembarcar no futuro” fazendo um jogo implícito entre o ato de desembarcar (do carro, do ônibus, do metrô, do barco) e a utilização dessas tecnologias.

No primeiro intertítulo é possível ver uma metáfora e ao mesmo tempo uma interlocução - “você é o trânsito” - a qual tem o objetivo de expressar o grau de autonomia que as novas tecnologias de deslocamento podem dar aos usuários dentro da cidade. Já o segundo intertítulo faz alusão ao valor sustentável que alguma tecnologia vem conferindo a determinados meios de locomoção, como os automotivos e transportes de massa.

Os elementos gráficos, como boxes em verde claro e verde escuro dispostos no lado direito do texto, como é possível observar na figura 2, apresentam a mesma tendência propositiva da narrativa: são elencados alguns modelos de transporte público no mundo e os já utilizados no Brasil, seguidos de uma breve descrição, além de endereços eletrônicos de aplicativos para dispositivos moveis ajudam a locomoção do usuário pela cidade.

Figura 2 – Matéria para desembarcar no futuro.



Fonte: Jornal Diário do Pará (2014).

Seguindo a análise dos tópicos é possível ver o predomínio de sugestões. Observa-se que além de informar sobre as atuais condições de Belém no contexto das atuais

transformações do sistema de transporte público, o texto sugere sistemas de transporte troncal e aquaviário como os mais adequados para a cidade e estão presentes nos tópicos 3 e 6 respectivamente. Tal ideia é defendida nos tópicos 5 e 7 sob o argumento de que traria maior economia nas passagens e traria ganho de tempo aos passageiros. Essas duas proposições são colocadas em destaque, mas são apresentadas outras para o transporte automotivo, individual e coletivo, por meio do uso da tecnologia.

Se observarmos a partir do ponto de vista da noticiabilidade um grande valor na escolha não só da temática, mas especialmente da perspectiva da matéria é justamente a novidade e a atualidade. Os problemas em relação a gestão do transporte urbano quanto a sua insuficiência e ineficiência é pauta constante de jornais e tem um grande apelo junto ao público, por ser diretamente afetado no seu cotidiano por tais questões. No entanto, aliar a essas abordagens possibilidades coletivas, mas especialmente individuais para o problema do lixo por meio de novas tecnologias pode despertar no leitor um interesse a mais na temática.

6.3.2 Enquadramentos temáticos

Os enquadramentos temáticos abordam a questão da cidade sustentável a partir de algumas temáticas recorrentes como é o caso de resíduos sólidos, saneamento e urbanismo e também, em grande medida reproduzem o discurso da sustentabilidade enquanto eficiência eco energética. No entanto, foi possível encontrar também outras perspectivas como fica bem explícito na matéria, “Serviço precisa estar entre as prioridades”, publicada em 09/09/2012.

Quadro 5 - Tópicos da matéria “Serviço precisa estar entre as prioridades”.

Título: Serviço precisa estar entre as prioridades.
Subtítulo: os problemas enfrentados pela população com a falta de saneamento mostram que o setor requer atenção urgente
1 - Políticos não investem em saneamento por que não traz ganhos políticos;
2 - No entanto moradores de áreas sem investimento em saneamento dizem que votariam em políticos que solucionassem este problema;
3 - Outro problema dessas áreas são os alagamentos e a falta de limpeza nos canais;
4 - O saneamento é responsabilidade dos municípios;
5 - Não por acaso o tema é tratado em entrevistas e programas da campanha eleitoral de Belém;
Intertítulo: Ranking
6 - Entre as cidades com mais de um milhão de habitantes, Belém aparece em último lugar com percentual de esgoto à céu aberto;
7- Belém também é a cidade com mais lixo em vias públicas;

8 - Mesmo sendo responsabilidade do setor do município o saneamento pode ser repassado ao setor privado ou á outro ente da Federação;
9 - Em Belém a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa), do Estado, é responsável pelo abastecimento de água e esgoto.
10 - Cabe à prefeitura a coleta de lixo e dragagem de águas pluviais
11 - Para transferir o serviço à terceiros a Prefeitura precisa cumprir uma série de tramites legais;
12 - A Câmara Municipal já autorizou um contrato de 30 anos entre a prefeitura e a Cosampa, mas a medida ainda não foi tomada pelo atual prefeito;
Intertítulo: Propostas dos candidatos para o saneamento
13 - Candidatos à prefeitura de Belém apresentam suas propostas para o saneamento da cidade.

Fonte: Elaboração própria (2016).

A matéria aborda o problema do saneamento do ponto de vista da política pública. Há uma ideia base ponto de partida que está implícita no texto: o saneamento é um problema urgente da cidade que precisa estar na pauta dos candidatos à prefeitura. Tal ideia fica clara quando observamos no título o verbo “precisa”, que se relaciona a necessidade de urgência que o tema merece ter. O motivo de tal afirmação é justificado logo a seguir no subtítulo, que dá destaque aos problemas de saneamento enfrentados por moradores da cidade.

Geralmente este tipo de avaliação em textos jornalísticos aparece em tópicos mais inferiores do texto, dando-se destaque ao acontecimento em si. Neste caso, o fato desta avaliação estar no espaço mais privilegiado da informação, como aparece nos tópicos 1, 2 e três e nos títulos e intertítulos - segundo Van Dijk o texto jornalístico hierarquiza as informações mais importantes de cima para baixo, mostra que esta é a ideia de partida, geradora da pauta.

Porém, a partir do tópico 4, é possível perceber que são estruturadas uma série de informações que dizem respeito à atual condição da cidade em relação ao problema de saneamento, citando dados estatísticos e leis. Os tópicos a seguir, expõem a opinião dos candidatos à prefeitura sobre a problemática apresentada. Este fato mostra que, para além de expor uma ideia, havia um objetivo maior de prestar um serviço ao leitor, haja vista que a matéria foi escrita no contexto de uma disputa eleitoral, e fazia parte de um caderno do jornal montado exclusivamente para as eleições municipais de 2012. Tal afirmação também é possível perceber através de um box azul, no canto esquerdo do texto, com o título “Síntese” (ver figura 3) em que o autor destaca a definição de Saneamento: “Saneamento compreende abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto e de lixo, e drenagem de águas pluviais” (SOARES, 2012, p. 2).

Figura 3 – Matéria “Serviço precisa estar entre as prioridades”.

Serviço precisa estar entre as prioridades

Os problemas enfrentados pela população com a falta de saneamento mostram que o setor requer atenção urgente

RITA SOARES

Um velho ditado que circula nos meios políticos diz que os governantes não costumam investir em saneamento porque as obras são duradouras e não atraem votos entre o eleitorado. Mas, pelo contrário, quem mora em áreas com problemas de abastecimento de água, coleta de lixo e drenagem de águas pluviais:

“A pessoa que resolver isso vai ter voto aqui para sempre”, diz Waldemar Brito, apontando para um pequeno lago de água preta, parada e mal cheirosa, que fica em frente à casa dele na passagem Trindade, no bairro do Marco. Na travessa Estrela, a agência da dona de casa Milene Cristina Rogo é a falta de água. As 10h, parte da lojaça de café da manhã ainda estava sobre a pia. “A água chegou 11 da noite, o gerente tem que encher baldes e buchas. Arrasa tudo”, queixa-se.

Em frente à casa dela, Sebastião Miranda faz malaba-



Segundo dados do IBGE, 33,3% dos domicílios do município de Belém estão próximos de algum ponto de esgoto a céu aberto

risimos para entrar e sair de casa sem precisar colocar os pés na água do onde sai um terrível cheiro de esgoto. A rua é asfaltada, mas com a falta de limpeza dos canais, a água fica empossada. “Não precisa nem chover para ficar assim”, conta Miranda.

O saneamento compreende o abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto e de lixo e o drenagem de águas pluviais. De acordo

com a Constituição, é responsabilidade dos municípios. E não é por acaso que o tema tem sido recorrente nas entrevistas e nos falas dos candidatos à prefeitura de Belém no horário eleitoral.

RANKING

A capital paraense encabeça o último lugar no ranking das cidades com percentual de esgoto a céu aberto em uma lista

feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que inclui 15 cidades com mais de um milhão de habitantes. Segundo o IBGE, 44,5% dos domicílios da capital paraense estão próximos de algum ponto de esgoto a céu aberto.

Também coube a Belém o título de cidade com mais lixo em vias públicas, segundo a mesma pesquisa. Scriram 10% das residências con-

vivendo com o problema. Os dados refletem uma realidade. Belém dá tratamento a apenas 7% do esgoto que gera.

Mesmo sendo responsávelidade do município, o saneamento pode ser repassado ao setor privado ou a outro ente da federação, segundo os termos da lei de número 11445, de 2007. Em Belém, é a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa) que res-

ponde pelo abastecimento de água e pela coleta e tratamento de esgoto. A Cosampa é controlada pelo Estado. Resta para a prefeitura a coleta e destinação do lixo e a dragagem das águas pluviais (das chuvas).

Para repassar os serviços a terceiros, o município pode fazer uma licitação ou assinar convênio de cooperação com o Estado. A medida precisa ser aprovada pelos legislativos municipal e estadual. Belém está no meio do caminho. A Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Belém já autorizaram a prefeitura a assinar contrato de 30 anos com a Cosampa, mas a medida ainda não foi tomada pelo atual prefeito de Belém, Dalcimar Costa.

Em 2013, o prefeito tentou municipalizar os serviços com vista a realizar uma possível concorrência privada para o setor, mas o projeto enfrentou resistências e acabou adiado. Ao próximo prefeito caberá assinar o contrato com a Cosampa ou optar pela privatização dos serviços.

SÍNTESE

SANEAMENTO

O saneamento compreende o abastecimento de água potável, coleta, tratamento de esgoto e de lixo e a dragagem de águas pluviais.

Fonte: Jornal Diário do Pará (2014).

Aqui há uma abordagem dos problemas ligados ao saneamento do ponto de vista das ações políticas. Segundo Acselrad (2009), tal discurso está ligado a ideia central de que a sustentabilidade se dará quando as políticas públicas conseguirem corresponder satisfatoriamente às demandas da sociedade. Neste caso a estruturação do discurso tem a função de ampliar o debate, buscando informar o leitor sobre as propostas políticas sobre saneamento postas para a eleição de então.

Do ponto de vista das rotinas produtivas mais específicas, a ação tem a proximidade clara tanto do tema com os moradores da cidade quanto destes com o problema do saneamento. A ideia da mídia como a estrutura que “vigia o poder” é também um aspecto da cultura profissional que aparece aqui como mobilizador da pauta e um valor específico.

Outra temática, pouco frequente que aparece explorada nos enquadramentos temáticos é relacionado à saúde. O objetivo também é apresentar outras informações a questões recorrentes sobre um mesmo assunto. O exemplo destacado é o da matéria do dia 15/03/2014, “Malária: o cerco a grande Belém” na qual o problema ambiental é apresentado a partir do ponto de vista das políticas de saúde.

Quadro 6 - Tópicos da matéria “Malária: o cerco a grande Belém”.

Título: Malária: o cerco à grande Belém
Subtítulo: Ananindeua sofreu um surto de quase 90 casos de malária no início do ano. Setenta deles foram registrados apenas em um dos bairros, o Grajaú, cujo o cenário é retrato perfeito do tipo de contexto que favorece a instalação deste mal na Amazônia: falta de saneamento e o desprezo por todos os demais cuidados esperados do poder público em áreas urbanas pobres
1 – A malária é um problema que atravessa a história do estado;
2 – 90 Casos de malária foram conformados em Ananindeua no início do ano;
3 – A coordenação estadual de controle da malária identificou dois focos principais da doença em Ananindeua;
4- Casos de surto já haviam sido identificados em outras regiões do estado em outro período;
Intertítulo: Nó socioambiental
5 - O Instituto Evandro Chagas tem desenvolvido pesquisas da doença para diagnósticos mais rápidos e universalizados além de trabalhar na vigilância em saúde pública, como a investigação de surtos;
6- Agentes do instituto foram até um bairro de Ananindeua para identificar mais um possível caso da doença;
7- A redução do número de casos de malária em todo país também é uma preocupação do Ministério da Saúde;
8- O Ministério tomou algumas medidas para incluir procedimentos específicos a empreendimentos e assentamentos que precisem de licenciamento ambiental e estejam localizados em áreas endêmicas da malária;
9- 2 milhões de reais foram enviados ao Estado do Pará para combater a malária em terras indígenas;
10 – O Pará reduziu 70% dos casos de malária em relação ao ano de 2012, mas ainda têm alguns núcleos considerados críticos.

Fonte: Elaboração própria (2016).

A matéria parte de alguns acontecimentos (uma série deles) para ampliar a abordagem, apresentando um contexto no qual elas se inserem. A impessoalidade e o distanciamento que o apresenta o título reforça esse objetivo. No entanto é no subtítulo que ele fica mais claro, no qual, através da citação de números de casos e lugares específicos, o próprio repórter já aponta a “falta de saneamento e o desprezo por todos os demais cuidados esperados do poder público em áreas urbanas pobres” (MACHADO, 2014, p. 8), como uma das principais causas do problema.

Neste caso, no entanto, além de dar um contexto aos fatos, o autor apresenta como destaque algumas das possíveis causas do surto de malária: falta de saneamento e de outros cuidados que o poder público deveria tomar em relação ao problema. Seguindo os tópicos é possível perceber percurso parecido. Em primeiro momento é apresentada a malária como um problema de saúde que atravessa toda a história do Pará (tópico 1) para logo depois (tópicos 2 e 3) apresentar casos mais factuais. A partir do intertítulo “Nó socioambiental”, o texto elenca uma série de medidas que estão sendo tomadas para combater a malária tanto em nível local quanto em nível nacional.

Outro ponto que corrobora para o objetivo de apresentar um serviço ao leitor é justamente a presença de vários boxes no lado esquerdo do texto nos quais são apresentados: tópicos sobre o que é a doença; dados sobre a doença na região Amazônica e no estado do Pará, alguns sintomas da doença e medidas de prevenção (figura 4).

Figura 4 - Malária: o cerco à grande Belém.



Fonte: Jornal o Diário do Pará (2014).

6.3.3 Enquadramento episódico

Este tipo de enquadramento aparece de forma mais recorrente no conjunto de relatos jornalísticos, no entanto a ideia sobre sustentabilidade das cidades não aparece de maneira tão explícita quanto nos demais enquadramentos, por conta do maior rigor as estratégias de objetividade. Em geral também reforçam a ideia de sustentabilidade das cidades pela sua eficiência eco energética, no entanto, outro discurso sobposto muito comum é o da sustentabilidade a partir do questionamento das políticas públicas. Um dos primeiros exemplos que podem ser destacados neste sentido é a matéria “Obras colocam em risco mananciais”, publicada no dia 15/03/2014.

Quadro 7 - Tópicos da matéria “obras colocam em risco mananciais”.

Título: Obras colocam em risco mananciais
Subtítulo: Alerta foi feito pela comissão de meio ambiente da OAB, que fez um relatório sobre a situação.
1 – Obras de prolongamento da Avenida João Paulo podem comprometer rede de abastecimento de água de Belém;
2 – A constatação foi feita por meio de um estudo da OAB sobre o licenciamento para a execução de obras;
3- As obras passaram por dentro do Parque do Utinga suprimindo uma área onde ficam os mananciais de abastecimento de água;
4- O parque pode ser impactado de maneira irreversível;
Intertítulo: Utinga
5 – No licenciamento de concessão da obra consta a construção de pelo menos 5 bacias;
6- O conselho gestor não tem receita e nem estrutura para fazer a manutenção das 15 bacias de contenção;
8- Com a falta de manutenção os mananciais poderão ser poluídos e poderá gerar riscos de doenças;
9- A única forma de impedir que o abastecimento de água seja comprometido é fazendo em caráter de urgência todo o sistema de esgotamento da cidade;
10 - A Cosampa não teria dinheiro para a construção de um sistema de esgotamento;
11 – O relatório foi encaminhado ao presidente da OAB e
12- Se aceito, será pedido a paralização da obra;

Fonte: Elaboração própria (2016).

O texto se desenvolve a partir de um tom de denúncia: obras realizadas pelo Governo do Estado do Pará podem contaminar os principais mananciais de abastecimento de água de Belém, e é expressa logo no título. Esta, aliás, é uma tese defendida pela Comissão de Meio Ambiente da OAB-PA, fato explícito logo a seguir, já subtítulo. Os demais tópicos apresentam em totalidade os argumentos da OAB-PA para comprovar que a obra oferece riscos ambientais à cidade. Em um boxe no canto inferior direito do texto, com o título “Resposta”, o jornalista informa que a Secretaria de Meio Ambiente ficou de se pronunciar em outro momento e ninguém da Secretaria de Estado Comunicação foi encontrado para se pronunciar sobre o assunto. De qualquer forma a matéria foi pautada a partir de uma única perspectiva.

Uma das regras da objetividade dentro do jornalismo é de que se deve sempre apresentar ao menos duas versões sobre um determinado fato, o que não ocorre neste caso. No entanto, se retomarmos a ideia de valores notícia de Traquina (2005) e de Corrêa (2009) que são os valores pelos quais os jornalistas selecionam os fatos da realidade, e também as considerações de Tuchman (1972) sobre os fatores que interferem na construção das notícias, podemos fazer algumas considerações sobre o que tais fatos dizem sobre a produção da notícia.

A primeira delas se refere aos possíveis valores notícia apresentados. A relevância, como salienta Corrêa (2009) é estruturadora de todos eles, logo, a possibilidade de uma obra do Governo Estadual contaminar mananciais de água de uma cidade é considerada relevante por que: 1) é uma notícia que impactaria muitas pessoas (boa parte do abastecimento de água da cidade ocorre a partir deste local); 2) Envolve uma obra do Governo Estadual - um dos grandes papéis sociais atribuídos aos jornalistas é o de vigiar o poder e 3) A denúncia parte de uma instituição de grande prestígio social como é o caso da OAB, o que pode, conferir, numa avaliação do jornalista, grande credibilidade na denúncia.

No entanto a decisão pode estar relacionada também a fatores ligados ao contexto do qual a organização jornalística faz parte, o que, segundo Tuchman (1973) pode trazer certos constrangimentos ao contexto de produção da notícia. Neste caso, a questão do tempo e as assessorias de imprensa são também fatores chaves na compreensão deste processo uma vez que parte dos relatos produzidos nas redações são pautas provocadas por assessorias de imprensa ou de comunicação das organizações que com ela se relacionam. Como chegamos a afirmar no capítulo 4, a boa relação destas com as organizações jornalísticas pode, em parte, ser medida pelo grau de profissionalização da assessoria de imprensa. Neste caso, uma pauta, que também é da instituição, pode se converter na pauta do jornal ao atender as regras de noticiabilidade mínimas e facilitar o trabalho dos repórteres que, com a ausência deste serviço ou a ineficiência do mesmo teriam que gastar mais tempo (grande valor para a atividade jornalística), buscando as informações que constam na matéria.

Em outro exemplo, o qual destacamos aqui, pode-se perceber situação semelhante. Ela ocorre na matéria “Moradores do Una cobram providências”, de 06/09/2014, que trata de uma reunião entre entidades de moradores prejudicados por alagamentos causados por uma grande obra na periferia da cidade de Belém, como é possível acompanhar pelos tópicos do texto.

Quadro 8 - Tópicos da matéria “Moradores cobram providências”.

Título: Moradores do Una cobram providências
Subtítulo: não possui
1 – Integrantes da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, Comitê Popular Urbano (CPU) e Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas se reuniram para tratar das condições dos 20 bairros contemplados no projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una;
2- A reunião visa chamar a atenção para o não cumprimento das ações que visavam conter os alagamentos nas áreas contempladas pelo projeto;
3- A reunião é uma preparação ao 20º Grito dos Excluídos;
4- Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una iniciou em 2005 quando começaram os primeiros alagamentos;

5- A prefeitura municipal de Belém e a Companhia de Saneamento do Pará são alvos de uma Ação Civil Pública que prevê a execução de obras complementares que ficaram pendentes assim como a manutenção de obras já concluídas pelo Projeto de Macrodrenagem da bacia do Una.
6 – A prefeitura Municipal de Belém está buscando, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiamento para reparar as obras;
10 – Consampa vai analisar o assunto e levantar as responsabilidades.

Fonte: Elaboração própria (2016).

No título, espaço de maior destaque de informações de um texto, é possível perceber uma ação, explicitada pelo verbo “cobrar”, na voz ativa. O núcleo do sujeito gramatical é identificado como “moradores” e o predicativo do sujeito como “providencias”. Os tópicos 1 e 2 do texto apresentam o motivo das cobranças: grupos de moradores específicos, de uma região específica da cidade cobram providências do poder público sobre os possíveis danos causados por uma obra de saneamento. O tópico 3 apresenta um contexto ainda mais amplo no qual a reunião ocorreu: no contexto da realização de mais uma edição do Grito dos Excluídos. No tópico seguinte, 4, são apresentados os motivos que levaram a criação da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, Comitê Popular Urbano (CPU), que é uma das entidades que cobram reparo nas obras.

A partir do tópico 5 são apresentadas distensões do fato principal. Uma ação civil pública cobrará tanto da Prefeitura Municipal de Belém quanto da Companhia de Saneamento do Pará (COSAMPA). A primeira informou que buscará financiamento para executar as obras e a segunda que ainda vai analisar o caso e levantar as possíveis responsabilidades.

Mas uma vez, portanto, a estrutura “Denúncia – Resposta” marca o texto. No entanto, diferente do caso anterior, neste caso a denúncia parte de um grupo de moradores de uma área periférica da cidade. Notadamente o grupo não possui o prestígio, nem saber específico suficiente reconhecido para pautar uma matéria no jornal, no entanto voltarmos à ideia dos valores notícia, podemos compreender a perspectiva da matéria, relacionada à relevância, à notoriedade e ao fato inesperado.

A relevância, notoriedade, e o inesperado são alguns dos valores-notícias que podem ter influenciado na noticiabilidade do fato em questão. No caso, a obra contestada é Macrodrenagem da Bacia do Una, que ocorre no contexto da execução do Programa de Saneamento da Estrada Nova, da Prefeitura Municipal de Belém, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, que abrange 20 bairros da cidade. Deste modo, o número de pessoas para os quais o assunto é relevante por estarem ligados a ele diretamente é muito grande, assim como a notoriedade do órgão financiador. Soma-se a isso o

fato de ser inesperado uma obra que pretende intervir para o melhoramento dos moradores cause o efeito inverso. Esse conflito entre a expectativa e a realidade traz ao fato um interesse maior.

Considerando também um contexto no qual os agentes se articulam em busca de dar visibilidade a suas causas, podemos entender que os “moradores” retratados na matéria não estavam representando interesses avulsos, mas sim se apresentavam por meio de certa organização coletiva. A articulação, por exemplo, da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una com outros movimentos sociais com atuação em causas semelhantes e mais experientes no trato com a mídia como é o caso do Comitê Popular Urbano (CPU) Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas, e a eventos com uma agenda anual bem consolidada como é o caso do Grito dos Excluídos, pode ser considerada uma estratégia de visibilidade midiática capaz de pautar determinadas temáticas que são de seu interesse.

6.4 O papel dos agentes na construção do discurso sobre sustentabilidade das cidades

No campo das relações dos agentes, na busca de colocarem em circulação seus sentidos de cidade sustentável (ACSELRAD, 2009) no Jornal Diário do Pará, é possível encontrar aqueles com maior e aqueles como menor possibilidade de fazê-lo, seja pela sua por sua falta de capital midiático, seja por fatores mais restritos às rotinas de produção da notícia. Essas relações podem, em parte, ser expressadas pela relação de ao menos dois fatores dentro dos relatos jornalísticos aqui analisados: o que falam as fontes consultadas nas notícias e a função recorrentes que exercem na construção dos discursos. Sob estes dois aspectos que a secção se aprofunda.

6.4.1 Fontes especialistas

Observando casos recorrentes, é possível afirmar que uma das fontes de maior influência na construção deste discurso dominante de cidade sustentável no jornal Diário do Pará são as fontes especializadas. A elas estão relacionados verbos como “explicar”, “avaliar”, “sugerir”, que demonstra a legitimidade para falar sobre a sustentabilidade das cidades. Essa postura de avaliação, por exemplo, é a que podemos perceber por meio da fala de uma pesquisadora numa matéria que trata da mobilidade urbana.

A especialista e pesquisadora em trânsito da Universidade Federal do Pará, Patrícia Bitencourt acredita que a crise crescente nos processos de mobilidade nas cidades é resultado de regiões que não se planejam e conseqüentemente não acompanham o

ritmo de crescimento da urbanização. ‘Basta pensarmos que há 20 ou 30 anos as ofertas na cidade, dos produtos e serviços, lazer e cultura eram bem menores e, portanto, haviam menos opções de destinos para se chegar. O crescimento dessa oferta aumentou consideravelmente o número de viagens que as pessoas fazem hoje em dia’, explica a pesquisadora’ (PATTA, 2014, p. 10).

A objetividade jornalística, uma das características que estrutura toda atividade, se dá por meio de algumas estratégias, dentre elas a citação indireta através do uso de aspas. Desta forma o jornalista garante a impessoalidade e o distanciamento entre a versão de um entrevistado e a versão de quem o entrevista. Como se pode perceber, não é o que ocorre exatamente neste caso. O jornalista se utiliza do recurso da citação indireta e direta para se referir a avaliação da pesquisadora. Isso denota tanto uma estratégia formal de dar fluidez ao texto e, por isso, ser mais atrativo ao leitor, como também sugere um comprometimento maior deste como o que se está falando.

A ideia central defendida no texto, está relacionada “a falta de planejamento” como um dos problemas centrais da mobilidade urbana. Tal ideia é reforçada por vários exemplos e por comparações com outros modelos de transporte em outras cidades. A ênfase da crítica é evidenciada ainda pelo trecho seguinte, o qual foi destacado no “olho” da matéria.

Vivemos hoje um modelo insustentável herdado da cultura americana de privilegiar os automóveis enquanto que a tendência mundial é restringir o uso dos automóveis e valorizar o transporte público, informa Patrícia (PETTA, 2014, p. 10).

O termo “insustentável”, neste caso, é utilizado para a qualificação do atual modelo de transporte e o faz ainda pela comparação com o sistema de transporte de outros países. Tanto aqui como no outro trecho vemos a ênfase que é dada à eficiência da base material da cidade sob a perspectiva das políticas públicas e da falta de planejamento.

Em um outro exemplo, há um afrouxamento das regras de objetividade, semelhante à apresentada anteriormente, no entanto, a forma como a citação ocorre sugere ainda uma estratégia persuasiva:

A coleta seletiva do lixo e a conscientização da população para separar os resíduos antes de descartá-los podem aumentar não apenas a reciclagem como também trazer melhorias na qualidade de vida de todos. Infelizmente no Pará não existe nenhuma instituição que recicle alumínio no Pará, mas é fundamental levarmos em consideração a coleta seletiva. O alumínio que for destinado corretamente irá se converter em uma unidade de novos materiais sem perder nenhuma propriedade. E um dado mais relevante é que para reciclá-lo são necessários apenas 5% de energia usada originalmente na sua produção, aponta Andrea (BRABO, 2014, p. 14).

Nesse caso os usos do discurso indireto combinado com o indireto apontam não só maior envolvimento do jornalista com a fala do entrevistado como também a tentativa de validação de uma ideia anteriormente exposta. Por outro lado, o núcleo das ideias que se deseja enfatizar está centrado nos termos “coleta seletiva”, “concretização da população” e “qualidade de vida” sendo os dois primeiros estabelecendo relação de causa e consequência como o último. Desta forma, há uma sugestão em torno da ideia de compartilhamento de responsabilidades entre o Governo e a sociedade para as soluções de problemas relacionados à sustentabilidade das cidades, aqui representada pelo termo “qualidade de vida”. Como já vimos anteriormente, essa é uma das formas nas quais tais matrizes discursivas se apresentam.

Outro exemplo parecido é de uma matéria sobre a aprovação de um Projeto de Lei na Câmara Municipal, do vereador Gervásio Morgado (PR), que pretendia liberar o limite do gabarito das construções no Bairro do Sousa, em Belém. A pesquisadora tem a função de avaliar as consequências deste projeto para a cidade.

Outra questão, segundo a professora, são os empreendimentos classificada como Polos Geradores de Tráfego (PGTs) que se configuram como de grande porte pois atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária em seu entorno imediato. Como consequência direta podem comprometer a acessibilidade não só da área próxima ao empreendimento, mas em toda a região o que pode agravar a trafegabilidade tanto de veículos, públicos e privados quanto dos demais motociclistas e motoristas, ciclistas e pedestres. ‘O arquivamento é a melhor medida. (OUTORGA ONEROSA EM DEBATE, 2012, p. 3).

A avaliação feita pela pesquisadora é destaque em um elemento gráfico no texto, mostrando que essa é uma parte do texto cujo, o autor considera relevante. Mais uma vez a preferência por um discurso indireto e indireto demonstra uma aproximação com a ideia defendida, embora também seja uma questão formal do texto.

A influência das fontes especializadas no discurso de sustentabilidade das cidades também pode ser percebida na matéria “Conflitos na orla da estrada nova”, de 18/03/2012. Neste caso, não só elas participam muito do que é dito sobre questões de sustentabilidade, como também são os agentes que propõem a pauta para o jornal. Trata-se de uma matéria produzida pela Agência Museu Goeldi que fala dos conflitos na Orla da Estrada nova, região periférica da cidade, entre moradores e algumas obras de Macrodrenagem na região. Em uma das falas, o pesquisador do Museu Emílio Goeldi contesta a forma como o projeto é executado:

Analisando o Portal da Amazônia não é difícil ver as contradições técnicas que revelam no campo político e administrativo da cidade a total desarticulação das

secretarias e dos órgãos públicos. Essa desarticulação tem seus efeitos sobre a sociedade civil e particularmente sobre a população pobre que necessita dos portos para sobreviver (LEÃO, 2012, p. 6).

A função aqui segue o mesmo padrão: avaliar e confrontar políticas públicas e faz isso do ponto de vista do planejamento e seus efeitos para os moradores impactados pela obra. No entanto ela se distancia das demais do ponto de vista da natureza da discussão, que se centra nos efeitos econômicos e sociais do que propriamente da eficiência dos serviços públicos. Isso se deve, em grande medida, ao prestígio e nível de organização da instituição, no caso Museu Goeldi.

O fato de o texto ser integralmente de uma Agência de notícias de uma instituição científica é também emblemático, pois pode sugerir, muito além de uma preferência por fontes vinda desse campo, uma dependência um pouco maior de materiais externos com contribuições diferenciadas para a cobertura da temática. Muitas vezes, a disputa pela audiência, como observa Miranda (2005), ao contrário do que se pode esperar, corrobora para uma uniformização dos discursos entre os veículos concorrentes. Recorrer a textos de agências deste tipo, desde que enquadrados dentro de certas margens de valores, também pode ser uma estratégia de diferenciação.

De uma forma geral, a utilização das fontes especializadas como avaliadoras de determinadas políticas e legitimadoras de determinadas ideias não pode ser encarada de maneira simplificada. Esse fenômeno faz parte de um complexo processo de edição, dos quais estão presentes a seleção, exclusão, ênfase de determinados aspectos da realidade e detrimento de outros.

A escolha das fontes também faz parte deste processo. A preferência por fontes especializadas de determinadas áreas, como no caso da engenharia, do urbanismo, ou da ciência social, se relaciona a uma primeira avaliação que é o da autoridade sobre a temática em questão, embora, não fosse impossível a busca de outros olhares (que fugissem ao padrão) sobre uma mesma questão.

Outra avaliação que faz parte deste processo, e que influencia nessa posição das fontes especializadas dentro dos discursos de sustentabilidade do jornal Diário do Pará é quanto à seleção do conteúdo dos entrevistados. Certamente o que os especialistas dizem não é colocado na íntegra na matéria, portanto há um processo de hierarquização das informações do que é dito em função de uma ideia pré-estabelecida da problemática levantada relacionadas a esquemas de percepção ou uma pré-disposição involuntária.

No entanto não se pode simplesmente entender esse discurso como sendo um discurso estritamente científico, e sim um discurso fruto de técnicas de edições, supressões, seleções influenciadas por posições do contexto organizacional e dos jornalistas diante da temática, o que o torna um discurso jornalístico, uma reelaboração a partir do discurso científico. O dizer, portanto, embora também seja um ato daquelas fontes consultadas, é também um dizer com ou a partir das fontes.

6.4.2 Fontes populares

A partir da análise das matérias publicadas no Diário do Pará foi possível perceber uma relação recorrente e específica entre fontes populares e as instituições oficiais consultadas. Essa relação pode ser simplificada no binômio Denúncia-Resposta, na qual, em resumo, os moradores denunciam os problemas ambientais da cidade e as fontes oficiais responsáveis respondem tais denúncias. É possível ver esta relação na maior parte das matérias mais especialmente nas de enquadramento preponderantemente episódico. Neste sentido, podemos destacar algumas peculiaridades das funções desempenhadas por cada segmento dentro do discurso da sustentabilidade das cidades.

Iniciando nossa exposição pelas fontes populares, podemos ver que em algumas matérias que denunciam uma determinada realidade, estas fontes têm um papel menos ativo. Um exemplo é uma matéria a qual aborda a situação de alguns moradores de áreas com condições de habitação precárias no bairro da Pratinha II, região periférica da cidade. Pode-se perceber que o jornalista investiu tempo maior no local da realização da matéria. Alguns indícios são a detalhada descrição tanto do local quanto dos personagens. Os entrevistados tinham a função, através do relato sobre a relação deles como a região, de exemplificar ao leitor as condições de precariedade de moradia em que viviam. Um dos entrevistados, o comerciário Davi Fontenele, contou da sua preferência pelo lugar onde mora, por conta da tranquilidade, mas criticou as condições de sua casa, como é possível ver no trecho: “o grande problema daqui é a falta de saneamento. Aqui a gente vive sossegado, mas é tudo muito longe”.

O repórter, na mesma matéria, narra o encontro com outro morador, Éder Silva, que dava banho em um dos filhos num banheiro improvisado na frente da sua casa, sem água encanada. Desta forma introduz outro tema no texto que é a qualidade da água nesses locais, anunciada pelo entrevistado: “é a única água que a gente tem e, mesmo assim só serve para tomar banho, por que tem gosto e cheiro de ferrugem. Para beber, só água mineral. Agora essa

água do igarapé não presta pra nada não, é tudo poluído” (JÚLIO, 2012, p.18). Todos os entrevistados, como se pode conferir fazem ao menos alguma referência negativa ao local onde moram. Essa sequência narrativa e de depoimentos tenta criar um contexto para os próximos tópicos do texto, anunciado pelo intertítulo “Metade vive em condições precárias”, no qual o jornalista apresenta dados da pesquisa “Aglomerados Subnormais do Censo de 2010 do IBGE”. Ou seja, a função de muitos dessas falas é dar contexto a uma dada problemática, que em muitos casos é anunciada por uma pesquisa ou mesmo levantada como questão central da pauta.

O recurso de dramatização do discurso aqui ocorre por meio personificação, ou seja, o direcionamento da matéria para atos ou situações pessoais, neste caso aqui os moradores desta região específica da periferia de Belém. No entanto, esse recurso, para além de apresentar a realidade dos moradores, faz parte de uma estratégia persuasiva em torno da temática das condições de moradia precária na cidade, denunciando-a através dos dados.

Desta forma, é possível perceber que em casos como esse a fonte popular é utilizada como estratégia de legitimação e persuasão em torno da denúncia, no entanto não exerce a ação diretamente. Quem o faz é o próprio jornalista, assumindo a posição de “voz do povo”, muito comum em jornais mais populares.

O investimento de tempo em matérias com essa temática pode ser ligado, em um primeiro momento, a valores-notícia relacionados à proximidade que os fatos possuem da realidade do leitor, uma vez que é um problema que atinge metade dos moradores e o da novidade já que os dados foram divulgados num período próximo. No entanto, mesmo estes sendo bons pressupostos para a publicação da notícia, eles não podem justificam por si só o investimento. Ele está também atrelado a decisões e posições críticas – não necessariamente conscientes - do jornal ou jornalista em relação a determinadas políticas locais sobre a problemática abordada ou mesmo ausência destas.

Situação semelhante também se repete em outra matéria, de enquadramento episódico, na qual as falas dos moradores são colocadas como destaque, em um quadro no lado direito do texto. A pauta é a interrupção do abastecimento de água por pelo menos três dias em 14 Bairros da grande Belém. Uma das moradoras, logo no início da matéria, reclama da falta de informação sobre o prazo da interrupção do abastecimento: “É hoje, é amanhã, e não temos nenhuma resposta. Três dias sem água para uma capital no coração da Amazônia é brincadeira, disse a professora Rosana Trindade, moradora do bairro da sacramenta” (PARAENSE, 2015, p. 6).

Nesta matéria a narrativa segue um modelo mais tradicional, cuja as estratégias da objetividade estão mais notáveis. Uma delas é a imputação de opiniões através do uso de aspas que foi bastante utilizado no caso das fontes populares, inclusive com destaques gráficos no próprio texto. Neste caso, no entanto, diferente da anterior há uma postura mais ativa das fontes populares na ação de “denunciar”, sendo a função do jornal a de “dar voz ao povo”.

Porém, se partirmos da ideia de que o ato de selecionar quem escutar e em que situação escutar é uma forma de “dizer” da mesma forma pode-se presumir que a utilização dessas fontes é também um modo de “dizer” dos jornais que, no entanto, está implícito pelas regras de objetividade. Neste caso valores-notícia de proximidade e do fato inesperado tornam o caso interessantes ao jornal, e ganham mais relevância uma vez que a falta de água atingiu 14 bairros da cidade e durou cerca de três dias. Além disso, pela importância do fato, a chance de fazer parte da pauta da concorrência é bem maior, o que torna a sua cobertura obrigatória.

No entanto, além da função comum de denunciar problemas ambientais da cidade, foi possível encontrar também alguns outros exemplos que não seguiam esse padrão. Elas estavam ligadas, em geral, a matérias de enquadramento propositivo e em poucos casos a matérias de enquadramento temático. Um deles é a função de exemplificar boas práticas de sustentabilidade, como pode ser visto em uma matéria que trata sobre o processo de reciclagem de resíduos sólidos. O hábito de separar o lixo em casa narrados por uma das entrevistadas é destacado no texto como uma das soluções para o problema do lixo.

A falta de estímulo do poder público não impede, no entanto, que alguns cidadãos tomem a medida de separar o lixo para coleta por conta própria ‘há cerca de dois anos quando me mudei pra cá, conheci um grupo que realizava coleta nas ruas do bairro, e pedia pra fazer a separação de papel e plástico. Não tinha hábito, mais via que era uma ação tão simples que poderia fazer a diferença para quem pedia, então passei a fazer a separação’, explica a bibliotecária Joana Chaves, 42, moradora do bairro da Marambaia (ALMEIDA, 2014, p. 14).

A intenção da fala se completa ao observarmos o destaque que se dá a mesma fala num olho da matéria (elemento gráfico) e em um dos boxes do texto com o título “Agentes do Bem”, “Os mandamentos de Joana Chaves” no qual é colocado em resumo as práticas feitas por ela descritas na matéria.

Neste caso a escolha do personagem como forma de “dizer” do jornal é bem mais clara. Trata-se uma estratégia persuasiva em torno da ideia de reciclar o lixo. Embora a fonte não tenha uma postura exatamente ativa, ela tem a função de legitimar uma tese do Jornal de

engajar o público em torno da ideia exposta. A seleção do entrevistado aqui, muito mais que em outros casos, seguiu uma estratégia específica para atender as expectativas da pauta.

No entanto, no geral podemos perceber que no caso das fontes populares há uma clara intenção de apresentar ao leitor uma legitimação de uma ideia já construída. Ora, essa ideia, embora se encontre reflexo na fala do entrevistado, invariavelmente é resultado de todo o processo de produção pelo qual uma notícia passa. Nos primeiros casos, porém destaca-se como fatores ideológicos que dizem respeito as disputas políticas da empresa jornalística – dadas sua histórica relação com a política local- torna-se os principais polos da “razão de ser” da notícia. Nestes casos nenhuma avaliação estrita sobre a importância do problema ambiental está em jogo, mas sim a relação desta com grupos opostos dentro do jogo político da empresa que produz o discurso, no caso o Diário do Pará. Este comportamento, aliás, será recorrente em algumas outras fontes com menor ou maior grau de atuação, mas sem dúvida o fator político e ideológico quando não é o principal motivador e enquadrador da produção dos discursos noticiosos é ao menos um dos elementos mais importantes nesse processo de produção.

6.4.3 Fontes oficiais

Se por um lado cabe em muitos casos a fontes populares o papel denunciar ou criticar determinado problema público, em oposição cabe às fontes oficiais estritamente a função de responder a esses problemas. Geralmente o fazem em um espaço muito menor que os demais e aparecem por meio de citações indiretas nos últimos parágrafos do texto. Por isso também têm pouco poder de influenciar diretamente no discurso sobre sustentabilidade presentes no jornal. Um exemplo que podemos destacar é o da matéria a qual repercute a decisão da Justiça Federal de multar a prefeitura Municipal de Belém caso não houvesse a retirada do lixo depositado em uma área ao entrono do Aeroporto Internacional. A reportagem identifica que agentes da prefeitura já faziam a retirada do lixo no local, mas apurou que em outras regiões da cidade, havia ocorrências semelhantes. O Secretário Municipal de Saneamento de então, Ivan Santos, fala:

Ainda existem 11 pontos que exigem cuidados, mas pontos críticos são 06 – Rua Bagé, Canal São Joaquim e rua Clemente. A partir de segunda feira (hoje) estamos reformulando a logística da cidade para que possamos passar nessas locais mais de uma vez por dia (GOMES, 2012, p. 9).

Outro exemplo é da matéria que trata da falta de manutenção de uma importante área verde da cidade. A resposta da prefeitura aos problemas apontados pela matéria é apresentada em forma de síntese no fim da matéria.

Em nota a secretaria de meio ambiente esclareceu que realiza diariamente a limpeza do Bosque Rodrigues Alves, porém muitos visitantes ainda jogam lixo no chão. A secretaria informou ainda que devido às fortes chuvas dos últimos dias, em um curto espaço de tempo, ‘alguns pontos ficaram com acúmulo de água. Para garantir a limpeza e segurança no espaço, bem como o conforto dos visitantes a SEMMA informa que está reordenando as equipes de manutenção. (MAGNO, 2014, p. 5).

Os poucos casos em que fontes oficiais tiveram maior destaque ocorreram em matérias ligadas a discussões de matérias específicas das pautas legislativas como na matéria que tratava do início das discussões sobre o Plano Diretor de Belém na Câmara Municipal de Belém, na qual a então secretária de Meio Ambiente, Camila Miranda, defende a ideia da regulamentação do Plano Diretor e do plano de arborização da prefeitura.

De acordo com a Secretária de meio ambiente, Camila Miranda, a aprovação do Projeto Será um presente para Belém. ‘É dever do poder público regulamentar o plano diretor. Depois de regulamentado teremos benefícios imediatos como evitar a poda drástica de árvores e envenenamento, além de servir como educação ambiental, (OUTORGA ONEROSA EM DEBATE, 2012, p. 3).

Em geral, em outras temáticas, há uma presença mais proativa de fontes oficiais na proposição de pautas. No caso da sustentabilidade das cidades no jornal Diário do Pará, isso não ocorre. Isso talvez se deve ao fato do processo de generalização salientadas por Gaye Tuchman (1972) em relação à garantia da objetividade jornalística. Segundo essa premissa, os jornalistas avaliam suas fontes ligadas às grandes instituições a partir do ponto de vista de que estas têm interesses a defender e tem mecanismos de se proteger e proteger aqueles que falarem em nome de seus interesses. Neste caso a proposição de pautas mais explicitamente poderia ser vista com desconfiança quanto à confiabilidade do material pelo público e, portanto, uma decisão arriscada para a organização jornalística.

Como vimos anteriormente, aqui é mais um caso em que podemos considerar o peso da conjuntura política na produção desses discursos de sustentabilidade das cidades. O fato de a organização jornalística estar atrelada a grupos de políticos opostos aos grupos que, neste período, estavam no poder tanto na esfera estadual quanto municipal, também não pode ser descartada já que as relações externas das organizações jornalísticas acabam criando constrangimentos nas rotinas produtiva ou mais ainda a incorporação involuntária de valores da organização no fazer diário dos jornalistas.

6.4.4 Fontes institucionais

Quanto as fontes institucionais, foi possível perceber pouca recorrência nos relatos jornalísticos apresentados, especialmente quando se tratam de ONGs e associações de moradores por exemplo. Em geral suas funções dentro do discurso se assemelham às das fontes populares que são atreladas à denúncia ou ao comentário de determinado problema urbano. No entanto em muitos casos apresentavam uma postura mais ativa do que as fontes populares, influenciando em grande parte a pauta apresentada.

Um dos casos em elas aparecem, a fonte está ligada à OAB, instituição com uma atuação mais sólida no debate público geralmente atrelada à valores como independência e credibilidade. Neste caso, aliás, a pauta da fonte é a pauta da própria matéria, e está ligada à cobrança do poder público pela eficiência das obras públicas, como é possível notar no trecho:

O parque (do Utinga) será impactado podendo ser até de maneira irresistível. Várias espécies já foram e dezena de árvores foram danificadas. O licenciamento foi feito fora da legalidade e a autorização foi irresponsável. Deveriam ter sido utilizadas técnicas mais sustentáveis, calculando um menor dano ambiental. As pessoas não estão sabendo disso. Não houve um estudo dos impactos nem uma audiência pública para ouvir a população’, disse Lima (SOARES, 2014, p. 04).

Aqui a perspectiva principal é denunciar a um suposto crime ambiental ressaltando suas falhas quanto à técnica de execução e revisão do projeto, uma ideia que ressalta a sustentabilidade do ponto de vista da sua eficiência técnica e racionalização da base material da cidade (ACSELRAD, 2009).

Um outro exemplo, o mais recorrente em relação a este tipo de fonte, é sobre os catadores de resíduos sólidos na matéria “Fim de Lixão deixa catadores inseguros”, publicadas em 20/09/2014. Como se pode ver pelo título a pauta principal está diretamente ligado à esta categoria de trabalhadores. A presidenta da Associação de Catadores do Aurá à época, Ana Morais, teve como uma das falas selecionadas para publicação no jornal esse trecho:

O cadastro (dos catadores) foi feito e depois disso por enquanto está parado. Fizemos inscrição no minha ‘Casa Minha Vida’ no ‘cheque moradia’, mas estamos sentindo o impacto do fechamento do lixão. A gente tem medo que depois que feche o Aurá, essas coisas todas não se concretizem, desabafou. Se tivessem para onde remanejar pra gente trabalhar, o fechamento vai ser bom. Mas se tudo ficar só na conversa vai ser um desastre (MAGNO, 2014, p. 5).

A pauta trazida por representantes da categoria dos catadores da cidade insere neste caso um debate geralmente deixado em segundo plano em outras matérias que abordam a mesma questão, que é a condição da categoria diante das mudanças trazidas pela lei no tratamento de resíduos sólidos em 2014. A abordagem, desta forma, se direciona para o

caráter político e socioambiental muito afinado ao entendimento da ecologia política ligada à justiça ambiental. Também traz para a agenda midiática a discussão da sustentabilidade da cidade sob a perspectiva das desigualdades sociais, essa muito pouco presente em todas as matérias analisadas neste trabalho.

O baixo acesso de tais fontes ao jornal em relação à esta temática pode estar relacionado a fatores de que, de fato, não são avaliadas como preponderantes na construção de notícias sobre os assuntos tratados e, especialmente no caso de instituições menores e com menos expressividade social, pode estar ligado ao fato de não possuírem uma capacidade organizativa que permita uma relação mais profissionalizada com o veículo, como aponta Wolf (1992).

No entanto, é preciso destacar o papel destas fontes na produção do discurso sobre cidades sustentáveis, especialmente por que, em muitos casos, elas trazem para dentro da discussão debates que deveriam ser basilares na discussão da temática e que remontam a problemática urbano como um todo. É o caso, por exemplo, do acesso desigual aos recursos, as condições precárias de moradia, o Direito ao transporte público eficiente entre outras questões.

Muitos desses agentes, embora não estejam efetivamente inseridos no debate ambiental de um modo geral, permitem com que algumas questões, as vezes excessivamente pautadas por uma visão ecocêntrica ou mercadológica da sustentabilidade dêem lugar à um debate que considere questões sociais mais profundas das cidades, e, neste sentido, mas próximas de um perspectiva da justiça ambiental.

Por fim, foi possível identificar os principais sentidos de sustentabilidade urbana a partir da análise e sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 9 – Resumo.

1. O sentido de sustentabilidade está ligado à sustentabilidade ecológica e econômica
2. Sentidos de Sustentabilidade das cidades aparecem especialmente na temática do lixo urbano e no saneamento
3. As pautas relacionadas à sustentabilidade das cidades têm como perspectivas comuns a discussão das políticas públicas inexistentes.
4. As matérias que propõe maior engajamento ao leitor são relacionadas à temática do lixo urbano
5. A sustentabilidade das cidades não é muito problematizada quando os assuntos estão ligados à desigualdade de acessos aos serviços urbanos
6. A questão das condições de moradia, embora seja pano fundo de muitas matérias, também não apresentam uma atenção maior na produção jornalística.

Fonte: Elaboração própria (2016).

7 CONCLUSÃO

Os resultados que levantamos até aqui nos permitem afirmar que o discurso mais evidenciado sobre cidade sustentável no Diário do Pará entre os anos de 2012 a 2015 é o que corresponde à cidade enquanto eficiência eco energética no sentido de Acselrad (2009) e se aproxima de uma visão emergente do ambientalismo moderado, com ênfase na sustentabilidade econômica. É possível dizer ainda que este discurso enfatiza a racionalidade econômica e material da cidade e se distancia de uma perspectiva social, socioambiental ou de justiça ambiental trazida apontada por Jatobá et al. (2009), Alier (2010) e Limonard (2013).

Esse discurso é recorrente na abordagem de alguns temas como transporte, mobilidade e resíduos sólidos, no entanto é possível encontrá-los também como segundo plano de outros discursos. As premissas pelas quais eles se desenvolvem são preponderantemente três: da racionalidade econômica dos recursos da cidade; da ênfase tecnológica como solução para os problemas ambientais urbanos e da conscientização ambiental como forma de promover a racionalização dos recursos.

Um fator de grande importância para a configuração deste discurso foram as matérias ligadas à campanha “Agentes do Bem” do projeto “Orgulho de ser do Pará” do jornal Diário do Pará. Isso evidenciou uma interferência editorial maior em determinadas matérias quanto aos seus direcionamentos haja vista que deveriam estar atreladas necessariamente aos objetivos do projeto e às intenções do jornal com o projeto.

É possível afirmar que os discursos se apresentavam sob três formas distintas: enquadramentos propositivos, enquadramentos temáticos e os enquadramentos episódicos. De todos eles os enquadramentos propositivos foram os que mais contribuíram na construção do discurso dominante de cidade sustentável no Diário do Pará.

As notícias de enquadramento preponderantemente propositivo apresentavam uma estrutura recorrente que evidencia a sugestão de práticas mais sustentáveis. Por outro lado, as notícias de enquadramento temático não tiveram grandes variações em relação às propositivas, no entanto os tópicos evidenciaram a tentativa de amplificar o debate sobre uma determinada temática. Foi possível encontrar neste tipo de enquadramento algumas matérias que saíam do padrão do discurso dominante.

Já as notícias de enquadramento episódico, que foram muito mais recorrentes nas matérias analisadas, também estavam atreladas geralmente ao discurso dominante da sustentabilidade das cidades, no entanto foi possível observar uma tendência do discurso da

sustentabilidade enquanto problema de política pública. As estruturas dessas notícias evidenciavam ainda conflitos situações de conflitos em torno de questões ambientais.

Quanto às fontes, encontramos ao menos quatro categorias delas: fontes oficiais (Secretaria de Estado, Municipal, Governo do Estado, Prefeitura Municipal e Governo Federal), fontes populares (entrevistados avulsos), fontes institucionais (Entidades de Classe, Associações, Cooperativas, ONGs) e fontes especialistas (pesquisadores de Universidades e Institutos de pesquisa), e fontes institucionais (representantes de entidades de classe, de Cooperativas e Associações).

Cada uma dessas fontes, no entanto, apresentou condições de influência diferenciadas na construção deste discurso. Neste sentido as fontes especialistas, geralmente ligadas ao urbanismo, engenharia e área ambiental foram as que apresentaram maior influência por ser a este campo atribuídos os atributos específicos e mais legítimos em falar em sustentabilidade. No entanto foi possível perceber também que, justamente por essas características, as fontes especialistas tinham a função de dar legitimidade à argumentações próprias do campo jornalístico, contribuindo para um dizer do próprio jornal sobre a sustentabilidade das cidades.

A oposição fontes populares e fontes oficiais recorrentes dentro do texto salientavam por outro lado uma estratégia de construção de discurso sob a perspectiva do conflito. Enquanto as fontes populares criticavam e denunciavam problemas da cidade as fontes oficiais geralmente apareciam respondendo a esses, no entanto com poucas possibilidades de influenciar nas questões mais substanciais da temática tratada. Porém, uma leitura possível de alguns casos neste contexto é de que o jornal, ao selecionar determinadas falas e determinadas críticas de fontes populares emprega mais legitimidade à uma determinada ideia. Essa operação fica mais evidentes em matérias de enquadramento preponderantemente temático e enquadramento propositivo.

Quanto às fontes institucionais, observou-se pouca capacidade de influenciar no discurso de cidade sustentável. No entanto, dentre esta categoria de fontes, destacam-se as cooperativas de catadores como os mais recorrentes e os que mais rederam pauta, muito por conta do início da implementação das Políticas Nacional de Resíduos Sólidos. Embora não seja uma relação uniforme entre os casos encontrados, foi possível perceber que, ao trazer ao debate da sustentabilidade, a condição de precariedade do trabalho de vida desses trabalhadores, algumas matérias conseguiram trazer uma dimensão mais social a esse debate.

De um modo geral, pesquisa coloca em evidência que, embora o discurso do Jornal Diário do Pará reproduza em muitos aspectos o discurso dominante da sustentabilidade das

idades, em parte descrito neste trabalho, o faz sob diferentes perspectivas e com diferentes objetivos.

Com os resultados e as discussões teóricas apresentadas aqui, acredita-se que esta dissertação, além de responder as questões pertinentes de pesquisa, contribui para ampliar o debate sobre a sustentabilidade da cidade, especialmente a sua reprodução em campos específicos como o jornalismo. Além de tudo, contribui para os diálogos entre as áreas do jornalismo e meio ambiente e as temáticas de sustentabilidade, especialmente por se aprofundar nas especificidades da construção de sentidos sobre essas temáticas dentro do campo jornalístico, notadamente em veículos da grande mídia regional.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. Discursos de Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, n. 1. 1999.

_____. (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 2000.

ALIER, Joan Martiez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2010.

ALMEIDA, Taion. A arte de reciclar. **Diário do Pará**, Belém, 13, jul. 2014. Caderno Atualidades, p. 14.

_____. O problema é seu. **Diário do Pará**, Belém, 18 maio, 2014. Caderno Cidades, p. 18.

_____. Para desembarcar no futuro. **Diário do Pará**, Belém, 04 de maio, 2014. Caderno Cidades, p. 14.

ALSINA, Michel Rodrigo. **La contrucción de lanoticia**. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1993.

AMARAL, Márcia F. Fontes Jornalísticas: o lugar da fala o cidadão. In: HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marivalda. (Org.). **Jornalismo no século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BARNEJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Associação de Universidades da Amazônia, 2003.

BELAZ, Aline. CMB: oposição promete boicotar votação. **Diário do Pará**, Belém, 11 nov. 2012. Caderno Atualidades, p. 9.

BARROS FILHO, Clovis de; MARTINO, Luiz Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRABO, Bruna. Um coração de lata. **Diário do Pará**, Belém, 20, jul. 2014. Caderno Atualidades, p. 14.

BRASIL, **Estatuto das Cidades**: Lei n. 10.257, art. 2º. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2001.

BRELAZ, Aline. Comitê verifica condição de catadores no lixão do Aurá. **Diário do Pará**, Belém, 26 jan. 2013. Caderno Atualidades, p. 4.

BUENO, Wilson. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

CARDOSO, Adalto Lucio. Trajetórias da questão ambiental urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais. **Revista Parâmetros do Desenvolvimento**. Curitiba, n. 102, p. 51-69, jan./jun. 2002.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In _____. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Fabio Fonseca de. A geopolítica da comunicação na Amazônia. **Comunicação & Sociedade**. ano 33, n. 57, p. 149-169, jan./jun. 2012.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD . **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, João C. **O Poder do jornalismo e a midiaticização do espaço público**. Universidade da Beira do Interior, 1995. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2012.

_____. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso**: notas sobre o jornalismo e representações sociais. São Paulo: Labcom Books, 2009.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, H. S. M apud Moura, Heloisa S. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? Belo Horizonte: R. B. **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, nov., 1999.

COSTA, Luciana de Miranda. O esverdeamento da imprensa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 3, n. 2, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. Populações Tradicionais em Unidade de Conservação: o mito da natureza intocada. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMOM, Dália (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Belém: APED; UFPA, 1993.

DOCUMENTOS FINAIS DA CÚPULA DOS POVOS NA RIO + 20 POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)**. Rio de Janeiro, 2012.

ENTMAN, Robert. M. Framing: toward Clarification of Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n.4, p. 51- 58, 1993.

FANTE, Eliege Maria et al. A trajetória do jornalismo e jornalistas ambientais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DE MÍDIA, 10. 2015. [Anais....]. Porto Alegre: UFRS, 2015.

FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: a ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1986.

GOMES, Edmê. Sensan começa limpeza de entorno. **Diário do Pará**. Belém, 19 mar. 2012, Caderno Atualidades, p. 9.

GUERRA, Lamuel. Contra-discuro do desenvolvimento sustentável. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Associação de Universidades da Amazônia, 2003.

HABITAT II. **United Nations Conference on Human Settlements**. Istanbul, 1996.

JACOBI, Pedro Roberto. **Cidade e meio ambiente: percepções e pratica em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2000.

_____. Impactos ambientais urbanos - do risco à busca de sustentabilidade. In: MENDONÇA, Francisco. **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004.

JÚLIO, Tiago. As margens do direito de morar bem. **Diário do Pará**, Belém, 11 nov. 2012. Caderno Atualidade, p.18.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEÃO, Silvia de Sousa. Conflitos na Orla da Estada Nova. **Diário do Pará**, Belém, 19 mar. 2012. Caderno Atualidades, p. 6.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Henri. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. **Caderno MetrÓpole**. São Paulo, v. 15, n. 29, p. 123-142, jan/jun 2013.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MACHADO, Ismael. Malária: o cerco á grande Belém. **Diário do Pará**. Belém, 15 mar. 2014. Caderno atualidades, p. 8.

MAGNO, CÍntia. Bosque Rodrigues Alves clama por manutenção. **Diário do Pará**, Belém, 22, jan., 2014. Caderno Atualidades, p. 6.

_____. Fim de lixão deixa catadores inseguros. **Diário do Pará**, Belém, 20 set, 2014. Caderno Atualidades, p. 5.

MARICATO, ErmÍnia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 1, n. 1, 2002.

MERCÊS, Simaia. Transformações recentes na produção do espaço intra-urbano e da moradia em cidades na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2013. [Anais...] Rio de Janeiro, 2013.

MIRANDA, Clarissa M. **Fontes Jornalísticas em Veja**: enquadramento como estratégia em pautas de clima e meio ambiente. 2012. 152 f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Midiática) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2012.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001.

MORADORES DO UMA COBRAM PROVIDÊNCIAS. **Diário do Pará**. Belém, 06 nov. 2014. Caderno Atualidades, p. 06.

MOURA, Heloisa Soares. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Org.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: Arte, 2008. p. 80 – 92.

MOURA, Heloisa Soares. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? Belo Horizonte: R. B. **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, nov. 1999.

OLIVEIRA, Fabíola. Democracia, meio ambiente, e jornalismo no Brasil. In: DENKER, Ada de Freitas; KUNSCH, Margarida Maria (Org.). **Comunicação e Meio ambiente**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 1996.

ONU. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-09.htm>>. Acesso em: 10 set. 2015.

OUTORGA ONEROSA EM DEBATE. **Diário do Pará**, Belém, 07, mar. 2012. Caderno Atualidades, p. 3.

PARAENSE, Roberta. Belenenses ainda penam sem água. **Diário do Pará**. Belém, 08 jul., 2015. Caderno Atualidade, p.06.

PATTA, Natália. Trânsito desafio coletivo. **Diário do Pará**, Belém, 09, mar., 2014. Caderno Atualidades, p. 10.

PINTO, Lúcio Flávio. O público dos jornais. **Jornal Pessoal**, n. 490, 1ª quinzena, jun., 2011.

PORTO, Mauro. Enquadramentos de mídia e política. In: RUBIN, Antônio Albino Cancelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagem**. Salvador: EDUFBA, 2004.

ROTHBERG, Daniel. O conceito de enquadramento e sua contribuição para a crítica de mídia. In: CRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e Vidraça: crítica e qualidade no jornalismo**. São Paulo: Labcombooks, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fonte de Notícia: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2012.

SETTON, Maria Graça Jacintho. A teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 20, p. 60-70, Maio/Jun./Jul./Ago., 2002.

SHWAAB, Reges. **Uma ecologia do jornalismo**: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril. 2011. 236 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2011.

SOARES, Priscyla. Lixo é Dinheiro. **Diário do Pará**, Belém, 19 jul., 2014. Caderno Cidades, p. 06.

SOARES, Priscyla. Obras colocam em risco mananciais. **Diário do Pará**, Belém, 15, mar. 2014. Caderno Atualidades, p. 04.

SOARES, Rita. Serviço precisa estar entre as prioridades. **Diário do Pará**, Belém, 09 nov. 2012. Caderno Eleições 2012/Brasil, p. 2.

STEINBERGER, Marília. A (re)construção de mitos sobre a sustentabilidade do (no) espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 4, maio, 2001.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública –RAP**, Rio de Janeiro, p. 27-53, jan./fev. 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo volume II**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRINDADE JÚNIOR, Saint - Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. **Papers do Naea**, Belém, n.321, dez. 2013.

TUCHMAN, Gaye. Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, v. 79, n. 1, p. 110-131, jul., 1973.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **American Journal of Sociology**: the University of Chicago Press. v. 77, n. 4, p. 660-679, jan., 1972.

VAN DJIK, Teun A. **La notícia como discurso**: comprensión, estructuras e producción de lainformación. PaidósComunicación, Barcelona, 1990.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1992.